



Universidade de Évora

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Ramo de Património Artístico e História de Arte

Maria Antónia Valentim Ventura Ermitão Ferreira

De Memória de Espaço Régio a Escola Prática de Artilharia: Um Património a Conhecer, Preservar e Valorizar.

Orientadora: Professora Doutora Ana Cardoso de Matos

Co-Orientadora: Professora Doutora Antónia Fialho Conde

Universidade de Évora

Évora, 20 de setembro de 2012



Universidade de Évora
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural
Ramo de Património Artístico e História de Arte

Autor: Maria Antónia Valentim Ventura Ermitão Ferreira

De Memória de Espaço Régio a Escola Prática de Artilharia: Um Património a Conhecer, Preservar e Valorizar.

Orientadora: Professora Doutora Ana Cardoso de Matos

Co-Orientadora: Professora Doutora Antónia Fialho Conde

Universidade de Évora
Évora, 20 de setembro de 2012

Índice Geral

Siglas

Agradecimento

Resumo/Abstract

Introdução 9

Capítulo I—De Palácio a Escola Prática de Artilharia 15

1-A localidade de Vendas Novas e a sua relação com o Palácio: Enquadramento histórico-geográfico 15

2-O Palácio e a sua evolução 22

2.1-Análise histórico-arquitetónica do conjunto do Palácio 22

2.2-As diversas ocupações/funções do Palácio 28

3-De Espaço Régio a Escola Prática de Artilharia 30

4-A organização da Escola Prática de Artilharia dos inícios até atualidade. 34

4.1-O modelo da Escola Prática de Artilharia e a influência dos outros países 34

4.2-Os Cursos Ministrados/efetivos militares 46

4.3-A criação de um Polígono de Tiro 49

5-A Escola Prática de Artilharia na Atualidade 53

Capítulo II—O valor Patrimonial do Espaço Militar 56

1- O enquadramento do património militar no contexto das políticas patrimoniais atuais 56

2- Os vestígios patrimoniais do antigo Palácio 58

3-Património construído durante a vigência da Escola Prática de Artilharia 64

4-O Polígono de Tiro e a envolvente paisagística 69

Capítulo III—Proposta de valorização 74

1-A presença militar em Vendas Novas: um Património a preservar 74

2-Proposta de valorização	76
2.1-Requalificação do Palácio de Caça em Núcleo Museológico	76
2.2-Criação de um Arquivo Documental	78
2.3-Reabilitação do Hangar do Aeródromo para prática e exposição de aeromodelismo	79
2.4-Reabilitação da Estação Meteorológica	81
2.5-Percursos Culturais	82
2.5.1-Percurso 1: Vertente Histórico-cultural	82
2.5.2-Percurso 2: Vertente vivencial no Polígono de Tiro	83
Conclusão	85
Fontes	89
Bibliografia	92
Webgrafia	95
Anexos	96
Anexo I- Fichas de inventário dos tetos das salas da Escola Prática de Artilharia	
Anexo II- Auto da entrega da Igreja à EPA	
Anexo III-Projeto de Uniformes para o Exército Português	
Anexo IV- Fardas Militares expostas no Museu da EPA	
Anexo V- Circular com a descrição do nº de prédios ocupados pela EPA	
Anexo VI- Paradas da EPA	
Índice de Figuras	
Figura 1-Enquadramento geográfico de Vendas Novas	15
Figura 2-Construção do Palácio Real	19
Figura 3-Chafariz Real de Vendas Novas	20
Figura 4-Escadaria antiga da EPA	22
Figura 5-Cupido/piso inferior do Palácio	23
Figura 6-Cupido/piso inferior do Palácio	23

Figura 7-Planta do Palácio	24
Figura 8-Escadaria atual da EPA	25
Figura 9-Diana-Deusa da Caça	26
Figura 10-Nepturno Deus do Mar	27
Figura 11-Mercúrio e Vénus	27
Figura 12-Entrada da EPA	31
Figura 13-Planta do Museu ao ar livre	60
Figura 14-Planta interior do Museu	61
Figura 15-Palácio Real de Vendas Novas	65
Figura 16-Paradas General Bernardo de Faria e General Reis Fisher	66
Figura 17-Construções na EPA (1945/1983)	68
Figura 18-Polígono de Tiro da EPA	69
Figura 19-Palácio de Caça no Polígono de Tiro	78
Figura 20-Hangar do Polígono de Tiro da EPA	81
Figura 21-Aerómodelismo no Polígono de Tiro	81
Figura 22-Antiga estação Meteorológica	82
Figura 23-Estação Meteorológica MARWIN	82

Siglas

AHM- Arquivo Histórico Militar

CEP- Corpo Expedicionário Português

CANIE- Comissão Administrativa das Novas Instalações para o Exército

DIE- Departamento de Infraestruturas do Exército

DGC- Direção Geral do Património Cultural

DRCAlentejo- Direção Regional de Cultura do Alentejo

EPA- Escola Prática de Artilharia

EUA- Estados Unidos da América

GBA- Grupo de Baterias de Artilharia

IPPAR- Instituto Português do Património Arquitetónico

IGESPAR- Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

IHRU- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

ICOMOS- Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Nacional dos Monumentos e dos Sítios

RV/RC- Regime de Voluntariado/ Regime de Contrato

RALIS- Regimento de Artilharia de Lisboa

SPAA- Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico

ZEP- Zona Especial de Proteção

MIP- Monumento de Interesse Público

PAO- Pelotão de Aquisições de Objetivos

PM- Prédio Militar

SACC- Sistema Automático de Comando e Controle

UNESCO- Instituto de Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

Agradecimentos

Quando chegamos ao final de mais uma etapa das nossas vidas, sentimos alívio e satisfação. Repensamos em todos os momentos que vivemos até alcançarmos essa vitória, os desafios com que fomos confrontados, as dificuldades que enfrentámos, mas também o apoio daqueles em quem confiámos. Por isso, neste momento agradecemos a todos aqueles que fizeram parte desta etapa.

O apoio prestado pela orientadora professora doutora Ana Cardoso de Matos e Co-orientadora professora doutora Antónia Fialho Conde.

Destacamos de uma forma muito especial o Senhor Comandante da Escola Prática de Artilharia, Henrique Pereira dos Santos pela forma como nos recebeu e toda a informação que por ele nos foi facultada, ao 1º Sargento José Selorindo pelos contactos que através dele conseguimos com Oficiais que elaboraram trabalhos sobre a EPA no âmbito do Tirocínio para Oficiais de Artilharia, ao 1º Sargento Rodrigo Maltez, e praças do Arquivo da EPA, ao Coronel Jorge Oliveira pela bibliografia que colocou à nossa disposição, ao tenente coronel José Bérger e a toda a equipa por ele coordenada no Departamento de Infraestruturas do Exército por tudo o que nos disponibilizou, ao Bruno Catita e à Susana Figueiredo pela colaboração na organização, aos meu filhos e nora que sempre me apoiaram e ajudaram dentro das suas possibilidades. Por fim, agradeço ao meu marido, pela paciência e por tudo o que recebo que é sempre mais do que aquilo que consigo dar.

De Memória de Espaço Régio a Escola Prática de Artilharia: Um Património a Conhecer, Preservar e Valorizar.

Resumo

A presente dissertação inscreve-se no Mestrado de Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural da Universidade de Évora, privilegiando a história local e as temáticas da memória coletiva e do património.

Como objeto de estudo selecionamos o antigo Palácio das Passagens mandado construir por D.João V, hoje Escola Prática de Artilharia situado na zona central da cidade de Vendas Novas e o Polígono de Tiro, situado na zona noroeste da cidade. O período de estudo situa-se entre os anos de 1728, data da construção do Palácio e a atualidade. Do

ponto de vista metodológico, foi crucial, entre a bibliografia e fontes disponíveis, o levantamento e análise das memórias acerca deste espaço que foram escritas ao longo do tempo por várias pessoas. Tratámos o Património edificado, fazendo o levantamento do mesmo e apontamos sugestões para uma requalificação no Polígono de Tiro, contribuindo desta forma para a sua defesa e preservação.

Palavras-chave: Património, Vendas Novas, Palácio joanino, EPA, preservação e requalificação.

From Regal Space Memory to Artillery Practice School: An Heritage to Know, Preserve and Valorize

Abstract

The present dissertation is inscribed in the Management and Enhancement of Historical and Cultural Heritage at the University of Évora, master's degree, focusing local history and collective memory themes and heritage.

As a subject of study, we select the ancient Passages Palace built under D. João V reign, today is Practical School of Artillery located in city centre of Vendas Novas and the Polygon shot of that school, situated in the northwest city. The period study is set between 1728, date of the Palace construction, and the present days. From the methodological point of view, was crucial, between the bibliography and the sources available, a research and analysis of memories about this space, which were written over time by several people.

We explore the heritage buildings making a survey of it and pointed suggestions for the Polygon shot rehabilitation, thus contributing to its defense and preservation.

Keywords: Heritage, Vendas Novas, Joanino Palace, EPA, conservation and rehabilitation.

Introdução

Os monumentos são referências que podem sintetizar vivências, refletem sentimentos e modos de estar de uma comunidade cujas marcas ficam para a posteridade. Assim, o Palácio Real de Vendas Novas faz parte da identidade, da história e da memória da cidade de Vendas Novas e contribuiu para que este “povoado no meio da charneca”, como nos refere Pinho Leal, se tornasse naquilo que é hoje, uma cidade.

A transformação e adaptação do edifício a Escola Prática de Artilharia permitiu que o mesmo não se degradasse, e a ocupação pelo exército assegurou também a preservação da sua envolvente.

No entanto, o espaço continua a não ser devidamente conhecido pela população local que na maior parte dos casos não reconhece o seu valor histórico e patrimonial. Além disso o espaço necessita de obras de forma a preservar o seu património.

Daí que uma das razões que nos levaram à escolha do tema e à elaboração deste trabalho passa pela proposta de manutenção de um Património e de uma memória coletiva que importa preservar para o futuro. Algumas questões se nos colocam a este propósito, nomeadamente a preocupação em refletir sobre as melhores opções para essa mesma preservação, de molde a potenciar todo o conjunto que é atualmente formado pelo Palácio Real, Escola Prática de Artilharia e pelo Polígono de Tiro.

Este trabalho tem, pois, como objetivo central a preservação do conjunto e das suas memórias utilizando a reconversão como meio de intervir no Património construído de forma a possibilitar a reutilização de antigas estruturas edificadas e espaços envolventes a novas valências.

Ele possibilita também transmitir o nosso interesse em termos de Património local, partindo de um conjunto que valorizamos e que queremos dar a conhecer aos outros. Enquadra-se numa tentativa de colmatar uma falha, pois até ao momento pouco se pensou sobre a possível requalificação destes espaços que se encontram hoje obsoletos e degradados, uma vez que são um Património Militar importante e não podemos esquecer que a criação do Polígono de Tiro foi pensado dentro do contexto da história militar do século XIX.

Para pensar a requalificação destes espaços impõe-se uma abordagem histórica desde os séculos XVIII/XIX até à atualidade, acabando por mergulhar na história local, pois Vendas Novas nasceu, e cresceu a partir da opção régia de aí implantar um Palácio Real. Pensamos, assim, o valor patrimonial destes espaços, em íntima ligação com o seu passado, olhando o presente e perspetivando o futuro dos mesmos que tão importantes foram e continuarão a ser para Vendas Novas. Também, e atendendo ao vasto quadro legislativo nacional e internacional relativo à proteção e valorização do Património Cultural, procuramos sensibilizar o poder Autárquico, a própria Escola Prática de Artilharia, o Estado e até os cidadãos para o valor patrimonial do conjunto e para a necessidade da sua preservação. Desta forma, propomos para este trabalho os seguintes objetivos:

- Perceber os processos históricos que levaram à construção deste edifício, assim como a sua nova funcionalidade;
- Sensibilizar o poder Autárquico, Escola Prática de Artilharia e Estado para a recuperação do Património;
- Colocar o Património ao serviço da região;
- Despertar a consciência Patrimonial nos jovens.

Além destes objetivos de carácter prático, procuraremos ainda:

- Perceber a evolução do edifício como entidade arquitetónica desde as suas origens até aos dias de hoje;
- Contribuir para a sua valorização como Património histórico/cultural.

Após a determinação do objeto de estudo passámos ao desenvolvimento da investigação. O nosso estudo centrou-se nos primórdios da construção do Palácio das Passagens, em 1728, depois na sua passagem a Escola Prática de Artilharia 1856, e, posteriormente, naquilo que é na atualidade, partindo depois para uma Proposta de Valorização patrimonial.

Fontes e Metodologia

Esta investigação implicou, sob o ponto de vista metodológico, o recurso a Arquivos e Bibliotecas, que nos pareceram possuir um conjunto de documentação essencial para podermos elaborar este trabalho. Recorremos ao Arquivo Distrital de Évora, Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca da Universidade de Évora, Biblioteca e Arquivo da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Biblioteca e Arquivo Primário da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas, Biblioteca da Escola Secundária de

Vendas Novas, Arquivo Fotográfico e Topográfico da Escola Prática de Artilharia e Arquivo Histórico Militar.

Na investigação efetuada no Arquivo de Montemor-o-Novo encontrámos livros de atas com documentação relativa às primeiras vendas construídas ainda antes da existência do Palácio, que serviam para albergar os viandantes. Esta investigação foi importante porque conseguimos perceber quando é que surgiu o primeiro casario e o porquê destas vendas. Também neste Arquivo a documentação atesta a importância que os lavradores exerciam sobre as terras e que só com a política Fontista, Vendas Novas consegue espaço nas herdades circunvizinhas.

Para compreender a construção do Palácio e a escolha dos construtores muito contribuiu o Dicionário sobre Engenheiros, Arquitetos e Construtores de Sousa Viterbo, que também nos ajudou a perceber as intenções desta construção assim como os grandes propósitos de D.João V.

Também na investigação efetuada elaboramos inventários relativamente às construções efetuadas após a passagem do Palácio a EPA. Elaborámos também fichas das pinturas ainda existentes em alguns tetos do Palácio, que foram posteriormente analisadas e que se encontram em anexo.

Estado da Arte

A conjuntura político-diplomática derivada da Guerra da Sucessão, especialmente no sentido de melhorar as relações entre os reinos peninsulares, implicou a chamada *Troca das Princesas*, duplo matrimónio ocorrido na fronteira do Caia entre os príncipes herdeiros das casas reais portuguesa e espanhola (D. José, príncipe do Brasil com D. Maria Ana Vitória de Bourbon e D. Maria Bárbara de Bragança com o príncipe das Astúrias D. Fernando). Este acontecimento implicou a construção, da parte de D. João V, do Palácio das Passagens em Vendas Novas, possibilitando a pernoita da real comitiva (1728).

Este Palácio ao longo dos tempos inspirou algumas publicações (teses, artigos e comunicações), resultantes de estudos efetuados por especialistas de áreas diversificadas, tanto civis como militares, alguns deles patrocinados pela Câmara Municipal. Também investigadores de referência nacional têm também dedicado alguns dos seus estudos a esta temática pois, parece-nos que o interesse pela investigação se prendeu não só com a memória histórica do edifício como pela sua história recente, uma vez que este Palácio passou a Escola Prática de Artilharia em 1860. Também existem

trabalhos de investigação sobre Vendas Novas onde o Palácio e a EPA nunca foram esquecidos. As Revistas de Artilharia, e a imprensa local sobretudo em datas comemorativas, nomeadamente o dia 4 de dezembro dia de Santa Bárbara padroeira da EPA, publicaram artigos referentes à sua memória histórica, assim como à sua história mais recente. Em todas as obras de autores que escreveram sobre o Palácio das Passagens e a Escola Prática de Artilharia é feita uma resenha histórica sobre as origens de Vendas Novas, desde a construção do Palácio, esta grandiosa operação, numa charneca desabitada como nos refere também frei José da Natividade que o aglomerado populacional cresceu e aqui se fixou. Também Pinho Leal¹ nos ajudou a fundamentar a importância desta localidade com a passagem do Palácio a EPA, e a criação de um Polígono de tiro e o tipo de exercícios praticados neste espaço.

As obras consultadas de Artur Aleixo Pais², Saudade Baltazar³, Borges Coelho e Gustavo Marques⁴, Maria Filomena Mónica⁵ abordam a história que levou à construção do Palácio, a sua passagem para EPA, a influência das vias de comunicação, os contributos desta Escola com a formação do Associativismo e do ensino. Fazem-nos também referências à evolução desta Escola, às suas adaptações enquanto 1ª Escola Prática criada no País, não esquecendo de referenciar as ligações efetuadas ao longo dos tempos com a população civil.

Referimos também estudos militares que nos permitem acompanhar o percurso da Escola Prática de Artilharia num período de mais de meio século, dos quais destacamos:

¹ Augusto S de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, **Portugal Antigo e Moderno, Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Andreológico, Histórico, Biográfico e Etimológico de toadas as cidades, vilas e freguesias de Portugal de grande número de aldeias**, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Cardoso, 1882, p. 67.

² Artur Aleixo Pais, **Vendas Novas, das Origens do Povoado a sede do Concelho**, vol. I, p. 11-25, vol. II, p. 9-55, vol. III, p 11-56, vol.IV, p 13-46 e **EPA: das origens ao alvorecer do III Milénio**, Escola Prática de Artilharia, 2009, p. 30-51

Este senhor escreveu vários livros sobre Vendas Novas, abordando o nascimento das Vendas Novas, a construção do Palácio das Passagens, a sua arquitetura arte e história, a criação da unidade militar, e o seu percurso até aos nossos dias.

³ Saudade Baltazar, **Relações Civil Militares numa Comunidade Portuguesa -O caso particular da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas**. Este estudo permite-nos perceber o contributo desta instituição militar como agente dinamizador do contexto sócio económico cultural, ou seja as formas de relacionamento entre esta Unidade Militar e a comunidade de Vendas Novas que se tem fortalecido ao longo de muitos anos, assim como o contributo de acréscimo populacional, desenvolvimento comercial, desportivo, associativismo, formação profissional e também o serviço prestado a nível humanitário a esta

⁴ Borges Coelho e Gustavo Marques, **Vendas Novas-História e Património**, Ed. Câmara Municipal de Vendas Novas, 1992, p. 36-49 Estes autores escreveram sobre os percursos para Vendas Novas, a passagem de aldeia a vila e a concelho, o Palácio, o seu património e a criação da EPA.

⁵ Maria Filomena Mónica, **D.Pedro V**, Circulo de Leitores, 2005, p. 57-78 e 173-174. Escreve sobre D. Pedro V, as suas viagens e os seus conhecimentos sobre a Europa (monarca que criou em Vendas Novas a 1ª EPA do País.)

tese de Morais dos Santos⁶, “Descobrimo a Escola Prática de Artilharia”-1941-1960, realizado no âmbito do Tirocínio para Oficial de Artilharia, 2004/2005.

Também a tese da aspirante aluna Sónia Baldaia⁷, em 2003/2004, é importante para perceber este período.

Do trabalho do General Silvino da Cruz Curado destacamos o texto apresentado no Ciclo de Conferências em 2011 sobre as comemorações dos 150 anos da Escola Prática de Artilharia, realizado em Vendas Novas⁸.

Ainda dentro dos trabalhos de natureza militar, e na sequência das citadas comemorações, destacamos o texto do Coronel de Artilharia Henrique Pereira dos Santos⁹, na altura Comandante desta unidade.

As Revistas (Boletins), da EPA ajudaram-nos a compreender e a fundamentar a vida desta Unidade Militar ao longo do tempo.

Estrutura do trabalho

A presente dissertação estrutura-se em três capítulos. No primeiro capítulo, «De Palácio a Escola Prática de Artilharia» e por necessidade de enquadrar o tema espacial e cronologicamente, tratamos o seu enquadramento histórico e geográfico e, tentamos perceber a história da construção deste Palácio inserindo-o também na história da cidade, tentando relacionar o surgimento do Palácio com o crescimento geográfico da localidade. Seguidamente através da sua análise histórica/arquitetónica, tentámos

⁶ Morais dos Santos, **Descobrimo a Escola Prática de Artilharia” 1941-1960**, realizado no âmbito do Tirocínio para Oficial de Artilharia, 2004/2005. Este trabalho reporta-nos para as relações que ao longo deste período de tempo se estabeleceram entre a Escola Prática de Artilharia e a população civil, onde aborda a presença desta Unidade Militar em muitos momentos importantes. Refere-nos ainda os cursos frequentados no estrangeiro por oficiais desta Escola com o objetivo desta unidade estar modernizada ao nível das europeias.

⁷ Sónia Baldaia, **Apontamentos sobre a história da Escola Prática de Artilharia 1961-1980**, realizado no âmbito do Tirocínio para Oficial de Artilharia, 2003/2004. Este trabalho faz-nos uma abordagem dos cursos ministrados nesta Unidade não só a nível de Praças como de Sargentos e de Oficiais Refere-nos que eram necessários muitos efetivos uma vez que parte deste período de tempo é coincidente com a guerra do Ultramar.

⁸ General Silvino da Cruz Curado, Ciclo de Conferências sobre os 150 ANOS DA ESCOLA PRÁTICA DE ARTILHARIA, cujo tema foi **O Palácio das Passagens e o Polígono**. Militar que muito tem escrito sobre Vendas Novas, faz-nos o historial do Palácio das Passagens, não esquecendo o contexto para a sua instalação e aborda-nos a necessidade da criação de um Polígono, a sua importância uma vez que a nível nacional é a primeira Escola Prática do País.

⁹ Coronel Henrique Pereira dos Santos, Ciclo de Conferências sobre os 150 ANOS DA ESCOLA PRÁTICA DE ARTILHARIA, cujo tema foi **150 anos da Escola Prática de Artilharia, uma palavra do Comandante**, cujo tema faz referência ao papel desempenhado por esta Escola a nível das suas atividades como também a nível de apoio em operações no estrangeiro. Refere-nos também o relacionamento desta Instituição com a comunidade civil. Aborda-nos ainda os inúmeros exercícios práticos e táticos realizados no Polígono de tiro.

perceber a evolução do Palácio e entender o motivo que levou a que a arquitetura fosse esta, assim como o porquê da temática das pinturas, ou as funções que este espaço teve ao longo dos tempos, a criação da EPA, assim como aspetos relacionados com esta Unidade Militar.

No capítulo dois deste trabalho, sobretudo no que se refere ao «O valor Patrimonial do Espaço Militar», apresentamos o seu enquadramento legislativo, recorrendo para o efeito às leis do Património, que nos serviram de base para enquadrar o Património Militar no Património Cultural. Foi feito um levantamento de vestígios patrimoniais ainda existentes em algumas salas deste edifício, nomeadamente a nível de pintura, do património construído durante a vigência da EPA, nomeadamente o Polígono de Tiro e a sua paisagem envolvente, pois o fato deste património ter passado para a posse do exército muito contribuiu para a sua preservação.

No capítulo três, que se refere à Proposta de Valorização, partimos da ideia da Escola Prática de Artilharia como centro da ciência e arte de artilharia de campanha do Exército Português, como Escola de Comando, e como exemplo da permanência territorial do Exército para o desenvolvimento do progresso. Foi essa ideia que fundamentou a Proposta que apresentamos.

Na conclusão do trabalho chamamos a atenção para a descoberta de novas áreas de cooperação, nomeadamente a Autarquia e a Escola Prática de Artilharia tirando proveito de um Polígono que não está muito adequado ao tiro de artilharia mas que pode ser núcleo de experimentação entre a Escola e as estruturas de educação da cidade para despertar interesses nos jovens para investigação, nomeadamente em topografia, geodesia e meteorologia como forma de fazer a ligação entre a EPA e as Escolas do Concelho.

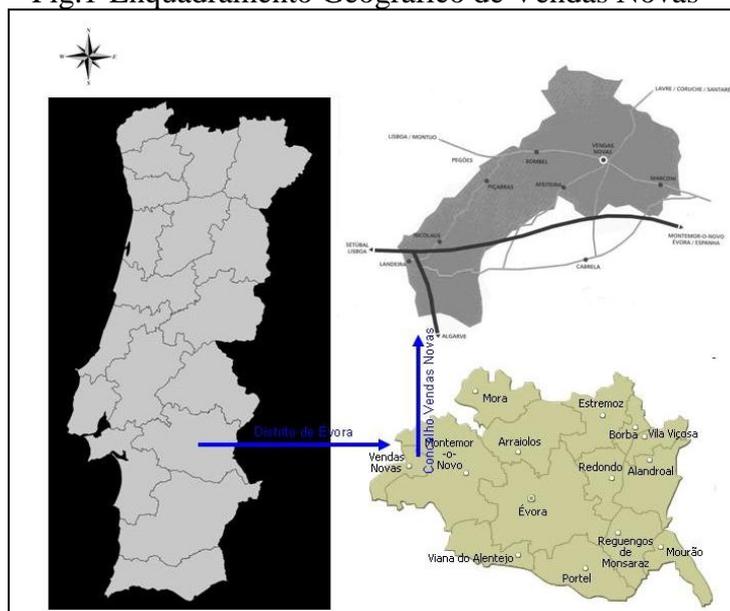
Capítulo I-De Palácio a Escola Prática de Artilharia

1-A localidade de Vendas Novas e a sua relação com o Palácio: Enquadramento histórico-geográfico

Em termos de caracterização geográfica, Vendas Novas está situada no Alentejo Central, na transição com a Península de Setúbal, a Lezíria do Ribatejo e o Alentejo Litoral e entre as ribeiras de Canha e Marateca. Sobretudo a partir de 1864 tornou-se centro populacional de grande importância industrial, agrícola, ferroviária e militar, esta última com a instalação da Escola Prática de Artilharia. Foi classificada como vila no ano de 1913, era uma antiga freguesia do concelho de Montemor-o-Novo do qual se desmembrou através do Decreto-Lei nº 44557, de 7 de setembro de 1962, e se constituiu como concelho com início administrativo no dia 1 de janeiro do ano seguinte. Passou a cidade no dia 20 de maio de 1993 (Lei 27/93).

O concelho ocupa uma área de 222,4 Km² e divide-se em duas freguesias: Vendas Novas, sede do concelho com 152,85 Km², e Landeira com 69,55 Km².

Fig.1-Enquadramento Geográfico de Vendas Novas



Fonte: Da Autora, 2012.

A população actual atinge os cerca de 13.000 habitantes (cerca de 0,11% do total da população de Portugal), e distribui-se pelos aglomerados urbanos de Vendas Novas, Landeira, Piçarras, Afeiteira, Bombel, Marconi, Nicolaus, Moinhola e Monte do Outeiro.

A densidade populacional neste concelho (54,3 hab/Km²), fica aquém da observada no país (114,4 hab/Km²), sendo, no entanto, consideravelmente superior à observada na região onde se insere - Alentejo central (23,6 hab/Km²).

O concelho possui uma rede viária com extensão superior a 90 km. Através da auto-estrada (A6), que está no centro nevrálgico com ligação a Norte (A13) e a Sul (A2), os acessos são excelentes para a Europa e a rede nacional de auto-estradas.

Localiza-se a 70 km de Lisboa (A6+A2), a 50 km de Évora e 130 km de Espanha (A6), a 70 km de Santarém (A13) com ligação à A1 para o Porto e a 35 km de Setúbal (A6+A2)

O concelho de Vendas Novas beneficia da proximidade e fácil acesso a Lisboa e aos portos marítimos de Setúbal e Sines, aos principais mercados de produção, de consumo e infra-estruturas logísticas nacionais e internacionais.

O posicionamento geográfico privilegiado do concelho de Vendas Novas, central aos eixos estruturantes que dinamizam a região de Lisboa, torna esta região atrativa em termos empresariais.

A rede ferroviária do concelho de Vendas Novas, representa um importante meio de transporte de mercadorias, materiais e pessoas.

O clima apresenta afinidades mediterrânicas e continentais. O verão é moderado/quente com cerca de 117 dias com temperaturas máximas superiores a 25°C, o que ocorre em 9 meses do ano (de março a novembro). A temperatura máxima pode ultrapassar os 41°C no verão. O inverno é moderado, ao longo do ano ocorrem cerca de 8 dias com temperaturas mínimas negativas, entre os meses de novembro a março.

Os valores mais elevados de precipitação total ocorrem no período invernal chuvoso. Contrariamente, os valores menos significativos são registados durante o verão. A precipitação média anual ronda os 700 mm/m².

A humidade relativa da atmosfera terrestre é mais acentuada no período invernal. Durante a época do verão, registam-se valores de humidade relativa inferiores.

O concelho de Vendas Novas caracteriza-se por possuir como cota mais baixa a altitude de 20 m, na zona da Ribeira da Marateca nas imediações da Landeira. As cotas mais altas, de 180 m, verificam-se na zona limítrofe do concelho, fronteira com Montemor-o-Novo, nas imediações da estrada nacional em direcção à povoação de Silveiras.

O conhecimento da localidade de Vendas Novas não pode ser dissociado da fundação da Capela de S. Fernando, no séc. XV, essencial para a compreensão da sua história. Actualmente em ruínas, esta capela marca o núcleo fundacional original daquela que viria a ser a futura vila de Vendas Novas; à sua volta floresceu o aglomerado populacional, dando forma ao futuro burgo.

Para a história de Vendas Novas é também essencial sublinhar a existência de uma antiga Pousada ligada à Casa de Bragança, detentora de vasta parcela territorial da freguesia de Montemor-o-Novo desde épocas imemoriais, talvez ainda por concessão de D. João I ao Condestável D. Nuno Álvares, e representada em 1540 pelo Duque D. Teodósio I. Terá sido ele a ordenar a edificação, junto da estrada para Lisboa, de uma pousada privativa destinada, essencialmente, às comitivas do mesmo estado senhorial, a que o povo passou a chamar do Duque. Segundo Túlio Espanca¹⁰ a origem toponímica do incipiente aglomerado humano surgiu à sombra da Pousada do Duque e as respetivas mudas reais e particulares, pertencendo a Filipe II o levantamento da maior Estalagem pública que em outubro de 1609 ainda se encontrava em construção.

Posteriormente, a passagem obrigatória de outras caravanas de reis, príncipes, prelados ou nobres pelo sítio, durante as viagens a Évora e fronteira espanhola determinou a fixação, com fins agrícolas e pastoris, de algumas famílias nómadas, que passaram a explorar vendas com Estalagens para viandantes, e o cultivo das terras envolventes, então consideradas das mais pobres da região, mas que, pelo esforço desses colonos desconhecidos, Manuel Severim de Faria referiu «...*Vendas Novas, onde a charneca he de área mais solta, e que parecia mais infrutífera, e contudo naquele sítio se tem plantado vinhas pomares e hortas muito boas*»¹¹.

É-nos referido em ata camarária¹² a importância da sua localização, geográfica, da criação de gado nas herdades próximas, a riqueza do solo, assim como a existência de água; também a construção da estrada e dos caminhos-de-ferro foram considerados muito importantes para o desenvolvimento desta povoação. A necessidade de edificação de novas casas para os atuais moradores, dado o crescimento populacional provocado pela construção da estrada e dos caminhos-de-ferro é referenciado na obra de Frederico de Quadros Abragão.¹³

¹⁰ Túlio Espanca **Inventário Artístico de Portugal**, vol II, Lisboa, Edição da Academia Nacional das Belas Artes, 1978, p. 446

¹¹ Manuel Severim de Faria, **Notícias de Portugal, 1655**, p 23 citado por Túlio Espanca, **Inventário Artístico de Portugal**, vol II, Lisboa, Edição da Academia Nacional das Belas Artes, 1978, p. 446

¹² Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, A1 B 156

¹³ Frederico de Quadros Abragão, **Caminhos de Ferro Portugueses**, vol.I Edição do Centenário, 1956, p. 98, 105e 209.

Também Pinho Leal¹⁴ nos ajudou a entender a importância desta localidade, não só no passado, mas todo o seu crescimento e desenvolvimento após a sua passagem a EPA.

Leite de Vasconcelos¹⁵ refere-nos a influência das vias de comunicação no desenvolvimento de povoações, aponta a sua boa localização geográfica e a criação da EPA, contributos muito significativos para o desenvolvimento de Vendas Novas.

A construção de um sumptuoso Palácio¹⁶ em local tão isolado terá ficado, provavelmente, a dever-se ao desejo de D. João V de impressionar a corte portuguesa, a comitiva espanhola ou ambas porque o edifício destinava-se a acolher em duas ocasiões à ida e de regresso da fronteira do Caia as comitivas reais que procediam à «Troca das Princesas», a que atrás já aludimos.

Mas existiam também razões de ordem prática: o elevado número de pessoas que compunham as comitivas e o seu elevado estatuto social, e a distância de um dia de viagem a que se situavam as Vendas Novas de Aldeia-Galega¹⁷ e de Montemor.

Ora, como não houvesse na estrada para o Caia, entre a Aldeia Galega e Montemor qualquer instalação que permitisse a pernoita de uma comitiva que a política de prestígio do Magnânimo exigia que fosse numerosa e da mais alta representação foi decidido construir, para o efeito, um Palácio em Vendas Novas, onde apenas existiam modestas estalagens de apoio aos viandantes.

Foi uma odisseia a construção em nove meses de um Palácio de apreciável dimensão e sofisticada decoração interna. Construíram-se abarrancamentos em Pegões, abriram-se tanques e chafarizes ao longo da estrada, a qual também foi preciso melhorar.

O pouco que sabemos desta grandiosa operação, numa charneca desabitada e desprovida de recursos, é descrito por frei José da Natividade¹⁸. Segundo este Autor, a construção ocupou cerca de 2000 trabalhadores, entre artífices de variados ofícios vindos de Lisboa e de toda a província do Alentejo e serventes vindos de todo o país. Para os transportes

¹⁴ Augusto S de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, **Portugal Antigo e Moderno, Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Andreológico, Histórico, Biográfico e Etimológico de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal de grande número de aldeias**, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Cardoso, 1882, p. 278-279.

¹⁵ Leite de Vasconcelos, **Religiões da Lusitânia**, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa 1981, p. 531

¹⁶ O Palácio foi inaugurado por ocasião da troca das princesas no Caia, o Rei português não podia contentar-se em proporcionar aqui hospedagem condigna de tão elevadas hierarquias, mandando construir um Palácio onde ele e tais príncipes repousassem com as respetivas comitivas. Efetivamente, o desejo de D. João V era de impressionar, talvez a corte portuguesa, talvez a comitiva espanhola, ou ambas, terá sido determinante na decisão do rei mandar construir tão grandioso Palácio num pequeno lugarejo perdido na charneca. Passada esta ocasião, o Palácio Real não foi esquecido e, cada vez que a corte se deslocava a Vila Viçosa, pernoitava neste faustoso Palácio, motivo pelo qual passou a ser chamado de Palácio das Passagens, sendo também chamado de Palácio das Vendas Novas.

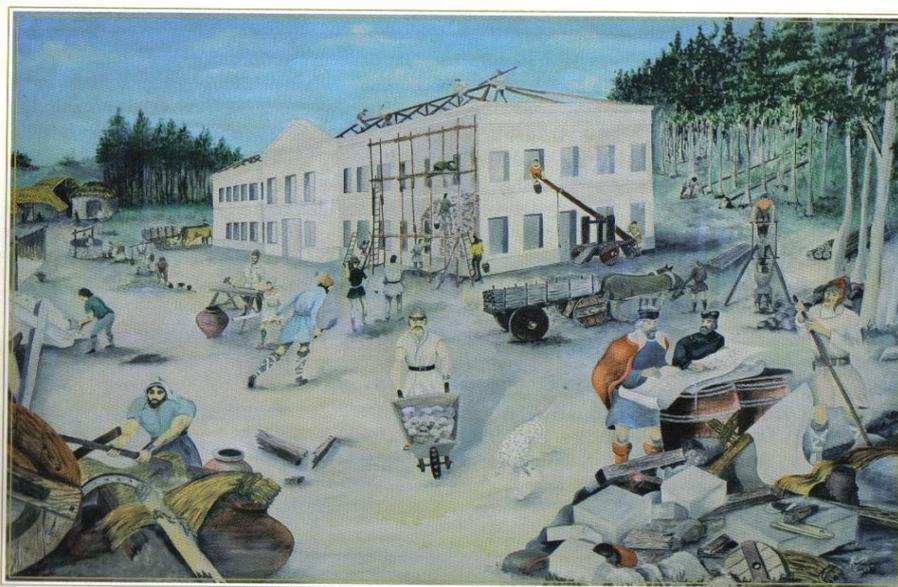
¹⁷ Aldeia Galega refere-se ao atual Montijo

¹⁸ Frei José da Natividade foi Pregador Geral da Ordem dos Pregadores, na Província de Portugal, salienta-se a sua obra **Fasto do Hymeneo ou Historia Pannegyrica dos Desposórios dos fidelíssimos reys de Portugal, nossos Senhores D. Joseph I. D. Maria Anna Vitória de Borbon**, Officina de Manuel Soares, Lisboa, 1752.

juntaram-se quinhentas carretas, a que corresponderiam um número de bovinos várias vezes superior. Os trabalhos abrangiam vinte e quatro horas por dia, sem interrupção, à luz de archotes pela noite. Muitos dos materiais e artigos de decoração tinham que chegar na hora certa de Lisboa.

Segundo Túlio Espanca, foi iniciada a construção em abril de 1728, e o risco do imóvel (Fig.2) pertenceu a um desconhecido arquiteto da Casa Real, talvez o italiano António Canavaro, ou ao alemão João Frederico Ludovice, mas a superintendência das obras ficou debaixo da alçada do coronel de engenharia José da Silva Pais e Vasconcelos, que estudou pessoalmente as condições inóspitas do terreno, então falho de água, pedra de cantaria, tijolo, tabuado e outros materiais de construção; determinou o seu provimento num raio de dez a setenta e cinco quilómetros de distância e arregimentou cerca de 2.000 operários que alojou no sítio.

Fig.2-Construção do Palácio Real



Fonte: Pintura, a partir de fotografia, da autoria de António Rosado, 1993 Arquivo da EPA

Segundo Pinheiro Chagas¹⁹, o arquiteto escolhido pelo rei para fazer a planta do edifício foi Custódio Vieira, sob a direção do coronel de engenharia José da Silva Pais e Vasconcelos. Contudo, surgem algumas dúvidas sobre a autoria do projeto, e há referências de que Custódio Vieira teria sido ajudante de Silva Pais.

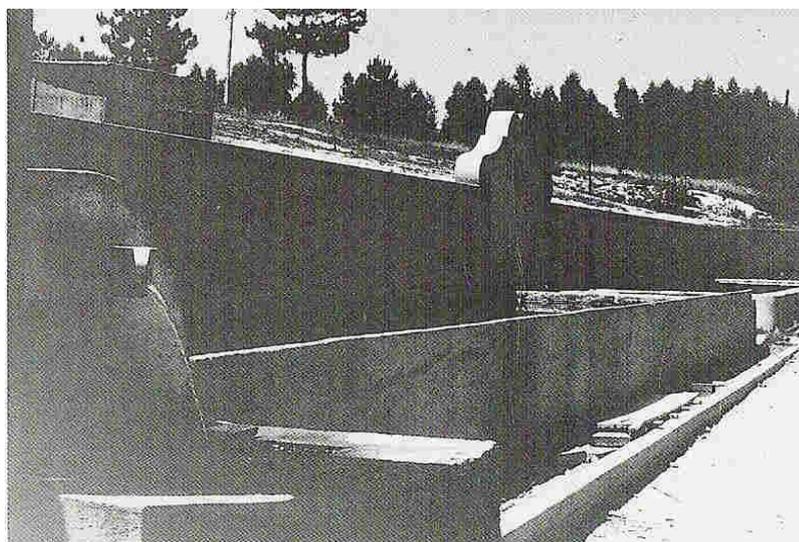
Sousa Viterbo refere um requerimento em cuja margem foi lavrado o decreto de 3 de março de 1733 com o seguinte teor «*Diz o Coronel Jozé da Silvas Paes, que por ordem de V^a. Majestade passou à província de Alem Tejo em feureiro de 1728 para efeito e mandar fazer*

¹⁹ Pinheiro Chagas; Colen, José Barbosa, **História de Portugal: Popular e Ilustrada**, Lisboa, Emp.da História de Portugal, vol. I, 1889/1909, 3ª Edição, p. 406-407 e 416-417.

um palácio nas Vendas Novas, além de outras cazas que se fizerão nos Pegões que ouuessem de seruir no tranzito das passagens que se fizerão nos ditozissimos consorcios do Príncipe nosso senhor e da Sereníssima Princeza das Asturias, mostrando que no curto espaço de des mezes pode o suplicante conceguir o fazeremos estas obras, além de outras mais particulares: como forão coatro tanques e fontes, que se descobrirão para a comodidade de beberem todos os passageiros e caualgaduras, sendo o palacio das Vendas Novas não só a admiração de todos os nacionaes, senão ainda dos mesmos estrangeiros que por aly passarão e vierão de proposito ver a mesma obra, tanto pela sua grandeza e perfeição, como tão bem de se poder executar em tão breue tempo em passagem tão dezerta.»²⁰.

Segundo o *Guia de Portugal*²¹ abriram-se trilhos pela charneca para mais de duzentas bestas de carga. Só desse modo foi possível levar para o local os materiais necessários. Da herdade da Chaminé, próxima de Vendas Novas, da pedreira ali existente, foram levadas pedras para os alicerces e paredes que são de grande espessura. Nas Silveiras e na herdade da Caeira, fabricou-se a cal necessária para toda a construção. O tijolo e a telha foram fabricados em Vendas Novas mas também vieram de outros locais e a madeira foi colhida nos pinhais dos arredores. O abastecimento de água quer para as pessoas quer para os animais foi conseguido através da abertura de um poço na área do estaleiro do Palácio. Também o coronel Silva Pais mandou construir, a poucas centenas de metros da obra o Chafariz Real. (fig. 3)

Fig.3-Chafariz Real de Vendas-Novas



Fonte: Arquivo da EPA

²⁰ Souza Viterbo, **Dicionário dos Arquitectos e Engenheiros Portugueses**, Lisboa, Imprensa Nacional vol. III, 1870/1890, p. 41-42.

²¹ **Guia de Portugal - A Estremadura Alentejo e Algarve**, vol. II, 1ª Edição, 1927 p. 14, 15 e 31.

Apesar dos trabalhos decorrerem com intensidade, não foi possível concluir a obra no prazo pretendido pelo Rei, pelo que um dos pavilhões situado a ocidente foi construído em madeira, perdurando até ao início do século XX.

Refere Aleixo Pais «*Embora com um pavilhão em madeira, o palácio, com uma frontaria cerca de 300 metros disposta em três corpos, dois intermédios mais recuados, por reforçarem o corpo central mais extenso e saliente embora de aspecto pesado e desguarnecido de arrebiques arquitetónicos, devia ter constituído ao acabar, um monumento imponente, sobressaindo de entre os restantes edifícios do lugar.*»²².

Segundo Túlio Espanca no *Inventário Artístico de Portugal*²³, os trabalhos desta fase, incluindo os acabamentos em curso, mesmo sem alcançarem a grandeza do projeto primitivo, atingiram um montante de 1 milhão de cruzados, como nos é referido e jamais recomeçaram no seu aspeto monumental, pois o Palácio no seu exterior apresenta alguma sobriedade, muito embora D. João V determinasse o prosseguimento das obras, armações, pinturas e oficinas anexas.

A partir de 1729, após a construção do Palácio, o povoado cresceu com bastante rapidez e no ano de 1758²⁴ acusava a existência de 55 vizinhos com 243 pessoas, distribuídas pela área da freguesia. Seis anos depois eram exploradas neste lugar duas estalagens, ambas foreiras à Câmara de Montemor-o-Novo e assistidas respetivamente por António Correia que tinha anexa três moradas de casas térreas e uma vinha que rendia 30.000 réis e António Correia, enfiteuta de José Amaral Coelho pela renda de 10.000 réis.

Havia ainda outros casais dependentes do Património municipal, e ainda a Sesmaria das Pêgas, que valia, por ano 8.000 réis.

Nas *Memórias Paroquiais* atrás referidas são feitas referências a outros locais²⁵. Referem também que não há conventos, nem hospital, nem casa da misericórdia, nem correio, nem feiras fazem apenas referência à igreja de S. Fernando e à grande memória que é o Paço Real de Vendas Novas, tão magnífico como admirável tanto no tamanho, como na arquitetura assim como nas pinturas interiores, que ficaram danificadas aquando do terramoto de 1755,

22 Artur Aleixo Pais, **Vendas Novas Das Origens Do Povoado A Sede DE Concelho**, vol I, 1985, Edição do Notícias de Vendas Novas, p. 23.

²³ Túlio Espanca, **Inventário Artístico de Portugal**, vol. II, Lisboa, Edição da Academia Nacional das Belas Artes, 1978, p. 446.

²⁴ ANTT, **Memórias Paroquiais**, 1758, vol. 39, fls. 711-716, citado por Túlio Espanca no **Inventário Artístico de Portugal**, vol II, Lisboa, Edição da Academia Nacional das Belas Artes, 1978, p. 446

²⁵ Nomeadamente Montemor-o-Novo que fica a uma distância de três léguas e meia, assim como às grandes herdades constituídas por terrenos de cultura intensiva, montados, cobertos de matos e arbustos as glandes, porque o trigo e o centeio aqui cultivados serviam para alimentar os porcos.

assim como o telhado e as paredes. A mesma fonte indica ainda a existência de picadeiros, cavaliças e cocheiras que conseguiam acomodar um número significativo de animais²⁶.

2-O Palácio e a sua evolução

2.1-Análise histórico-arquitectónica do conjunto do Palácio

O Palácio das Passagens foi construído não só para hospedar a Família Real e a Corte, mas também como meio de ostentação de poder. É notável a grande diferença decorativa entre o interior e exterior. No exterior há grande monumentalidade, porém valorizando a austeridade. No interior há conforto, mas também ostentação do poder (Fig.4)

Fig.4 Escadaria antiga da EPA



Fonte:Fotografia de Arquivo da EPA

As pinturas dos tetos são elementos a realçar pela sua temática: amor, casamento e fertilidade, uma vez que uma das razões da sua construção foi para servir à ida e regresso dos príncipes consortes. São pinturas de grande valor simbólico, que demonstram uma forte cultura clássica e um significativo vocabulário simbólico (Fig. 5 e Fig. 6)

²⁶ ANTT, *Memórias Paroquiais-Vendas Novas Montemor-o-Novo*, vol.39,nº125, p. 716.

Fig.5-Cupido/ piso inferior do Palácio



Fonte: Fotografia de Arquivo da EPA

Fig.6-Cupido/piso inferior do Palácio



Fonte: Fotografia de Arquivo da EPA

Para descrever o “Palácio das Passagens”, Miguel Baêana refere que «... *tem dois pisos e delimita um pátio interior, do qual partem duas alas (para nascente e poente), integra a Capela Real e duas Portas de Armas que dão entrada para duas paradas interiores*.²⁷(...) *a situação avançada do corpo e altaneira destaca-a do resto do edifício que era onde se alojava a Família Real e a Corte. A porta tem um frontão triangular emoldorado... a fenestração é igualmente monótona. (...) Passando ao interior pelo corpo central entra-se para um átrio, cujo teto era primitivamente revestido de pinturas alegóricas sobre tela. A sul e norte do corpo central diversos salões de recepção, aposentos reais e respetivos oratórios, aposentos da comitiva real, cozinhas e outras instalações de apoio à Família Real e comitiva. Ao subir a escadaria de madeiras exóticas... temos em frente a porta do Grande salão de honra e os corredores das duas alas de aposentos dos hóspedes reais. Os aposentos são pavimentados com rica madeira exótica e iluminados por altas janelas, na sua maioria ou totalidade eram cobertos por tectos falsos revestidos em abóboda forrados de tela com pinturas de cenas mitológicas. Essas pinturas devem-se a diversos pintores da corte embora hajam alguns repintes, na maioria do tempo de D. Maria I devido a um grande incêndio que houve e, na opinião do Dr. Vítor Serrão são barrocos rocaille.*»²⁸

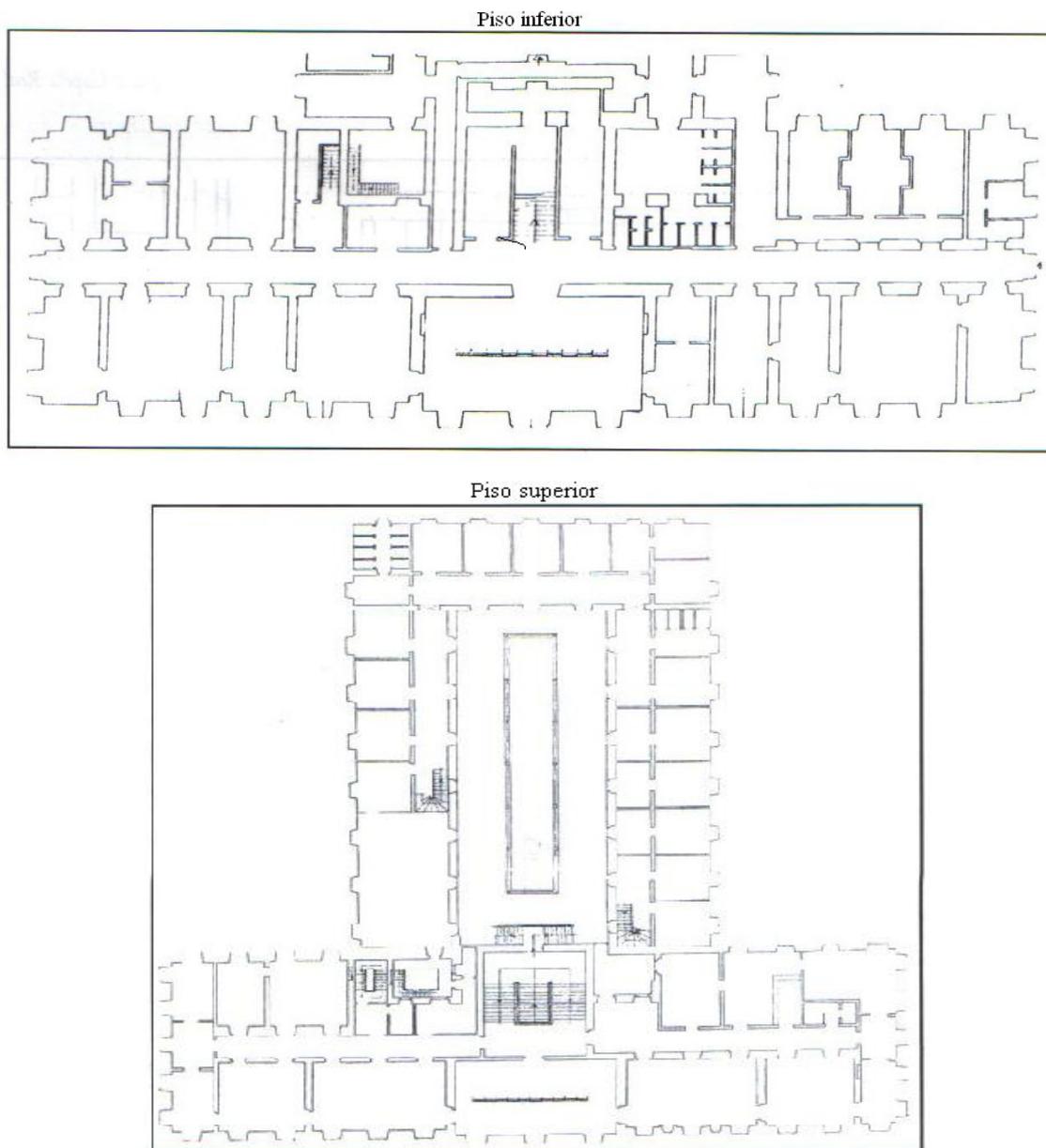
As alas do Palácio estavam distribuídas a nascente e oriente, respetivamente, pelas câmaras de el-rei e da rainha, com quartos, gabinetes, casas de cera, quadras, casas dos

²⁷ Miguel Baêana, Boletim da EPA, Ano IV/II Série, dezembro de 2003, p. 80-81.

²⁸ Ibidem

dosséis e oratórios privativos de excelente talha dourada. Eram célebres a cozinha e a casa dos arreios.(Fig.7)

Fig.7-Planta do Palácio



Fonte: Imagem adaptada do livro “Vendas Novas-História e Património”, António Borges Coelho e Gustavo Marques, Ed. CMVN, 1991

Segundo Túlio Espanca²⁹ o Palácio divide-se em pavilhão de três corpos angularmente cintados de pilastras almofadadas, com frente avançada e com aparatosa porta real e de frontão triangular com luneta moldurada e com janelas de sacada protegidas por grades de ferro batido de hastes cilíndricas e aneladas, e nos alçados gerais de vergas e jambas direitas de calcário. A esta imensa construção, com mais de cem metros de comprimento e na

²⁹ Túlio Espanca, **Inventário Artístico de Portugal**, vol. II, Lisboa, Edição da Academia Nacional das Belas Artes, 1978, p. 446.

correspondência axial, posterior, levanta-se outro pavilhão alongado mas muito mais estreito, distribuído em duas abas de dois pisos em cujo corpo térreo existiram as estrebarias reais, e nas bandas externas rasgavam-se dois vastos pátios ou picadeiros.

No grande vestibulo central outrora “Sala dos Tudescos”, que antecede a escadaria de dois patamares que substituiu a antiga (Fig. 8), existiu na cobertura volumosa composição de tema mitológico, que serviu infelizmente, nos primeiros tempos do aquartelamento, de tiro ao alvo de pistola dos jovens oficiais, que pretendiam atingir nos olhos e colos das Deusas do Parnaso. A tela, crivada de buracos foi substituída por estuque e posteriormente por madeira.

Fig.8-Escadaria atual da EA



Fonte: Fotografia de Arquivo da EPA

Das primitivas representações pictóricas, de óleo sobre tela, que constituíram o conjunto grandioso do céu do Palácio, tão elogiado pelos cronistas contemporâneos, sobretudo na expressão de frei José da Natividade nas suas referências a este Palácio dizendo-nos que saídas em armações riquíssimas dos primeiros pincéis do Reino, poucas escaparam aos incêndios e malfeitorias dos homens. São desconhecidos os nomes dos autores dessas vastas composições, que cobriam milhares de metros quadrados assim como as oficinas onde foram executadas, porque uma encomenda de tão grande dimensão só podia ser realizada em parceria em Lisboa e nos abarrancamentos de Vendas Novas.

O exame das pinturas subsistentes que ainda se encontram nos tetos de algumas salas, embora algumas se encontrem em estado de degradação, outras com imperfeições devido a

repintes que sofreram, além do ecletismo manifestado, acusam ligeireza no seu acabamento, motivado pela urgência da encomenda³⁰.

A temática geral, de pura intencionalidade profana, tanto do gosto cortesanesco da época de D. João V, é de evocação clássica-mitológica, e pode agrupar-se no ciclo diversificado de pintores estrangeiros então dominantes na corte portuguesa, desde franceses como Le Bouteaux, Rochefort Simoneau, Grampê ou Quillard, os italianos Giorgio Domenico Duprà, Júlio César Fermin e Vicente Baccarelli, e tendo ainda, segundo se presume, a colaboração do artista André Gonçalves.

As mais interessantes pinturas do piso nobre, armadas em forma cupular abaulada e presas a tabuado interno por pregaria especial de cabeça lisa, recoberta de tinta-de-óleo, situam-se em quatro dependências do ângulo oriental do edifício com luz para o recinto exterior, duas interligadas, outra correspondente ao corredor central, e a última isolada, embora no mesmo prolongamento. Esta, que se designa sala de Diana, infelizmente das mais repintadas, está decorada por enquadramento de balaustrada com sanefa de flores e arabescos e com a figura de Diana, a Caçadora. (Fig. 9)

Fig.9-Diana-Deusa da Caça



Fonte: Fotografia de Arquivo da EPA

A saleta ao fundo do corredor mantém ornatos, albarradas e ao centro Neptuno, o Deus dos Mares, envolvido em ninfas desfraldando bandeira bélica. (Fig. 10)

³⁰ A encomenda das pinturas foi feita com urgência, daí que verificamos algumas imperfeições nos acabamentos assim, como alguns repintes efectuados devido aos incêndios sobretudo o de finais do século XIX..

Fig.10-Neptuno-Deus do Mar



Fonte: Fotografia de Arquivo da EPA

As duas salas imediatas, as melhores conservadas e de cornijas muito salientes, são decoradas com atributos míticos, cupido e musas. A abóboda da sala maior, intensamente colorida e dedicada a Mercúrio, o Deus dos viajantes, dos pastores e a personificação do vento, conserva outros atributos como ramagens naturalistas, volutas e personagens da antiguidade clássica. (Fig.11)

Fig.11-Mercúrio e Vénus



Fonte: Fotografia de Arquivo da EPA

No topo ocidental do corredor, apenas existe, no vestíbulo correspondente, outra cobertura das mesmas características barrocas, de temas flóricos, cariátides e medalhões tendo no meio a figura simbólica do estio.

As três últimas composições subsistentes, no corpo térreo ficam na sala do ocidente, a mais atingida pela ruína, tem no meio Vénus e os Amores, e outros elementos ornamentais naturalistas. As duas dependências finais, situadas no alçado lateral e as mais atingidas por restauros mantêm balustrada octogonal e querubim axial; a outra de teto floral com anjos e águia amparando uma falsa composição que oculta, talvez o escudo real com atributos alegóricos, sendo algumas cenas de difícil interpretação devido ao estado em que se encontram mas que podemos observar em anexo neste trabalho.(Anexo nºI)

2.2-As diversas ocupações/funções do Palácio

Após a sua construção verificamos uma ausência bastante significativa no que diz respeito à utilização do Palácio.

Após a passagem das comitivas reais o Palácio ficou praticamente desabitado. Este Palácio conservou-se na posse da Casa do Infantado³¹ até ao estabelecimento da monarquia liberal em 1833, passando então a usufruto da coroa.

Em 1836 o Palácio era a base de um Destacamento Militar, comandado por um tenente, que vigiava a estrada das Vendas Novas aos Pegões, protegendo os viajantes dos assaltos de bandos de ladrões. Refere-nos o engenheiro Manuel Raymundo Valadas³² que os «atos de selvajaria cometidos no caminho de Aldeia Galega a Vendas Novas, levaram o governo a construir uma estrada de Vendas Novas á fronteira perto de Badajoz, e estabelecer uma diligência mandando policiar a estrada por um esquadrão de cavalaria, mas que era insuficiente, porque os roubos sucediam-se, os assassinatos e atentados de toda a espécie».

Em 1849, a Rainha D. Maria II ordenou a entrega do Palácio ao Ministério da Fazenda e foi nomeado oficial caserneiro o alferes Ajudante da Praça de Estremoz, José Cardoso Montenegro, e em 1853 um decreto referendado pelo mordomo-mor da Casa Real ordena a entrega do edifício de Vendas Novas à Fazenda Nacional.

O Palácio voltou a receber figuras reais em 1777,1778 e 1785.

³¹ Casa do Infantado foi criada por D.João IV em 1654/55, era um conjunto de bens materiais, propriedades, que constituíam vasto património senhorial, na sua maioria confiscados aos apoiantes de Espanha durante o período da Restauração da Independência.

³² Manuel Raymundo Valadas, citado por Frederico de Quadros Abragão, **Caminhos de Ferro Portugueses**, vol. I, Edição do Centenário, 1956, p. 98.

Assim, em outubro de 1777, voltou a ser ocupado pela Corte na jornada de ida e regresso ao Caia, que se deslocava para acompanhar a Rainha-Mãe, Dona Mariana Vitória, viúva desde fevereiro e que seguia para Madrid ao encontro do seu irmão Carlos III, na sequência de um período grave das relações entre os dois países ibéricos, decorrente da disputa de limites no sul do Brasil. Novamente, em novembro de 1778 a Corte se deslocou ao Caia, para a receber e acompanhar no seu regresso a Lisboa, voltando o Palácio de Vendas Novas a ter ocupação de realce.

Em abril e maio de 1785, voltou o Palácio a ter ocupação real; foi a passagem da Corte para entregar, em Vila Viçosa, a Infanta Dona Mariana Vitória Josefa, noiva do Infante D. Gabriel, filho segundo de Carlos III, e receber a Infanta Carlota Joaquina, de 11 anos, noiva do Infante D. João, futuro rei D. João VI.

Segundo o coronel Henrique Pereira dos Santos parece que pelo Palácio teria passado o próprio Marquês de Pombal e o Conde de Lippe, durante o seu período de serviço em Portugal por ocasião da Guerra dos Sete Anos. Menciona-se uma carta do Conde Oeiras, datada de Vendas Novas, em 14 de dezembro de 1762 na qual se colocava o Palácio de Vila Viçosa á disposição do Conde de Lippe.³³

Nos inícios do século XIX Portugal vê-se envolvido pelas Invasões Francesas, até 1814, e a Corte mantêm-se no Brasil até 1821. O coronel Henrique Pereira dos Santos refere-nos um Anuário de 1822, de um autor francês que dá conta do lugar de Vendas Novas, na Comarca de Montemor-o-Novo referenciando-o como um Palácio de caça da Casa Real.

Devido á sua localização geográfica, situado na estrada para Vila Viçosa e Madrid, também foi utilizado por embaixadores e outros dignatários e mesmo ainda membros da Casa Real, como foi o caso de D. Maria II e seu marido, em 1839.

O general Silvino da Cruz Curado seguindo frei José da Natividade referiu que não voltou a haver «fausto de himeneu»³⁴ ao fausto do casamento de filhas de reis que no Palácio de Vendas Novas se deitavam, observando as setas dos Cupidos, pintados nos tetos.

Para além das descrições que apresentámos sobre ocupações do conjunto enquanto Palácio régio, segundo Aleixo Pais também serviu como Hospital provisório das tropas francesas quando ocupavam o país em 1807/1808, nomeadamente, as tropas do General Loison que depois de uma campanha em que derrotaram milícias Alentejanas e saquearam Montemor-o-Novo, os franceses utilizaram o Palácio das Passagens como hospital para os feridos mais graves.

³³ AHM, doc. 1/06/52/12.

³⁴ Himeneu, era um deus grego filho da deusa Vénus e do deus Apolo. Era o deus responsável pelo casamento por isso, todos os casamentos naquele tempo eram realizados com as suas bênçãos e os convidados cantavam músicas de louvor e faziam-lhe oferendas.

Nas décadas de 1830 e 1840, algumas dependências do Palácio foram utilizadas pelos serviços da «Mala Posta» e posteriormente, também ali funcionou um Posto telegráfico.

A construção da linha do caminho-de-ferro do Barreiro a Vendas Novas em 1857 fez concentrar na localidade centenas de trabalhadores sem casas para os acolher e em condições degradantes. Esta situação levou a que se manifestasse entre os trabalhadores um surto de febre-amarela que nos finais de 1857 assolava o país. Alguns doentes foram levados para o hospital de Montemor-o-Novo, receando o contágio à população da vila, a Câmara local decidiu criar dois hospitais destinados ao combate da febre-amarela, um no convento de S Francisco e o outro em dependências do Palácio de Vendas Novas, ficando este convertido em hospital improvisado.

Ainda em 1857, a futura utilização do velho Palácio das Passagens toma nova importância. A Companhia dos Caminhos de Ferro do Sul, que construía a linha entre o Barreiro e Vendas Novas, pretendia as instalações do Palácio para os seus serviços. Esta ideia desagradava ao povo de Vendas Novas e também D. Pedro V não mostrava grande interesse nessa utilização, pois pretendia preservar o edifício dando-lhe uma nobre utilização. Face a esta situação, decidiu o Rei instalar neste Palácio uma Unidade Militar. O motivo prendia-se com alguns receios de que a linha férrea e a estrada tornassem vulnerável o País e Lisboa a uma possível invasão dado o fácil acesso da fronteira à capital. Pela localização geográfica, Vendas Novas e o Palácio situavam-se em local estratégico junto a essas vias. Assim, a existência de uma Unidade Militar no povoado contribuiria para a defesa da capital.

Ainda no que concerne às ocupações e funções do Palácio das Passagens, a Gazeta do Sul, de 17 de setembro de 1933 faz referência a que o Palácio ocupou funções de Escola-Liceu, uma vez que o Comandante da EPA cedeu uma sala para o novo funcionamento deste estabelecimento de ensino, uma vez que não existia Liceu em Vendas Novas.

3-De Espaço Régio a Escola Prática de Artilharia

Até cerca de 1850, como já referimos, pouca utilização foi dada ao Palácio. Em 1853, a rainha D. Maria II ordena a entrega do Palácio de Vendas Novas ao Ministério da Fazenda, passando em fins de 1857 para o Ministério da Guerra.

Perante novas exigências da Companhia de Caminhos de Ferro, que projetara o traçado da linha férrea de modo a que esta interceptasse a área do Palácio, e que insistia em querer uma parte do mesmo, nomeadamente, cavalariças e cercados. D. Pedro V deu ordens no sentido de serem iniciados estudos para a instalação no Palácio das Passagens da Unidade Militar que pretendia implementar.

De 1855 a 1857 o Palácio de Vendas Novas conserva-se na posse do Ministério da Fazenda, passando, ao que parece, em fins de 1857, ao Ministério da Guerra, pois é em 29 de dezembro desse ano que começam os trabalhos e estudos que precederam e originaram a criação da Escola Prática de Artilharia.(Fig. 12)

Fig.12-Entrada da EPA



Fonte: Fotografia de Arquivo da EPA

A percepção do acelerado desenvolvimento científico externo impele D Pedro V a mandar seguir para o estrangeiro em 1853, em missão científico -militar, um ilustre artilheiro, Fortunato José Barreiros, com a missão de visitar e estudar os estabelecimentos de artilharia das principais potências da Europa, e com o fim de aplicar os resultados dos seus estudos e das suas investigações ao Exército Português.

Por razões estratégicas, como já apontámos, a existência de uma Escola de Artilharia era, na altura, uma necessidade passando Vendas Novas a contar com a primeira Escola Prática de Artilharia a nível nacional.

Em 29 de dezembro de 1857 encontrava-se em Vendas Novas o coronel Carlos Maria de Caula³⁵, depois de ter recebido instruções do comandante geral de artilharia, com o fim e

35 Carlos Maria de Caula nasceu em Lisboa em 1809, filho de Carlos Frederico de Caula (que foi General - Governador de Armas do Alentejo). Alistou-se como voluntário no Regimento de Infantaria 11, destacado no Brasil, em 15 de julho de 1818, com nove anos de idade, sendo nomeado cadete nesse mesmo dia. Foi promovido a capitão em 1834, a major em 1840, e em França completa os estudos militares. É nomeado Chefe do

estudar e escolher nos arredores da ainda aldeia, o terreno que melhor conviesse para o estabelecimento de um campo de instrução destinado ao corpo de artilharia. Nos seus estudos do terreno, o coronel Caula encontrou dois campos em boas condições para instalação do Polígono de Artilharia, um na direção SE., pertencente a particulares, outro na direção NE., fazendo parte dos terrenos baldios a cargo da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Destes terrenos levantou as respetivas plantas que, juntas a uma memória descritiva, foram entregues ao general comandante geral de artilharia e por este remetidas com a sua aprovação ao então Ministro da Guerra Visconde Sá da Bandeira

Em agosto de 1858 é enviado a Vendas Novas o já então brigadeiro Carlos Maria de Caula, por ordem do Ministro da Guerra, para tomar conta e dar a sua opinião acerca de uma pretensão da companhia de ferro do sul, e ao mesmo tempo tratar do projeto de aquartelamento no Palácio de Vendas Novas para alunos da escola do Exército, respetivos professores e para o pessoal e material de artilharia destinados aos exercícios praticados no campo de instrução.

Esta era a pretensão do brigadeiro Carlos Maria de Caula por ordem direta do ministro, devida à interferência de El-rei D. Pedro V, que desejara conservar intacto o Palácio de Vendas Novas, destinando-o a quartel do estabelecimento de instrução militar.

O brigadeiro Carlos Maria de Caula considerou tarefa importante a comissão de que fora encarregado e, não obstante as extraordinárias faculdades de trabalho de que podia dispor, resolveu pedir a nomeação de um oficial de artilharia para o coadjuvar e o nomeado foi o major de artilharia César Nunes ocupando-se do projeto de aquartelamento enquanto ele se dedicava por completo à solução do assunto relativo à pretensão da Companhia de Caminhos de Ferro do Sul.

Relativamente à primeira etapa para a fundação do estabelecimento militar de Vendas Novas estavam estudados e projetados o campo de instrução e o aquartelamento, tornava-se necessário apenas dar-lhe execução.

Em 1859 o Ministro da Guerra nomeou uma comissão composta pelo brigadeiro Carlos Maria de Caula, majores de artilharia Ladislau Camarate e César Nunes, e o tenente de engenharia Silva, com o fim de estudar a melhor forma de executar o que estava projetado relativamente ao campo de instrução para o corpo de artilharia.

Em abril encontrava-se a comissão em Vendas Novas e dava conta dos seus estudos, e trabalhos.

Estado-maior, em 1849. Dirigiu a Academia Militar e em 1851 é nomeado oficial às Ordens de sua Majestade. Dois anos depois é coronel e em 1858 é brigadeiro. Em 1865 é promovido general de brigada, em 1875 general de divisão, sendo 1º ajudante de campo de el-rei D. Luis em 1876. Em 1886 faleceu o general Carlos Maria de Caula.

No mesmo ano, 1859, foi nomeada nova comissão pelo Ministério da Guerra, e ainda sob a presidência do brigadeiro Carlos Maria Caula, coadjuvado pelos majores de artilharia Luiz Augusto Rosieres e Ladislau Camarate, especificamente para dirigir os trabalhos a executar no Palácio de Vendas Novas e no campo próximo destinado a Polígono de artilharia. Para o Polígono foi escolhido o campo de NE., campo que ainda subsiste e nas dimensões marcadas por esta comissão.

Em 1860 começou a funcionar o novo estabelecimento de instrução prática de artilharia portuguesa, tendo como primeiro comandante interino o major Luiz Augusto Rosieres.

O Ministro da Guerra, Visconde da Senhora da Luz, desejando dar já nesse ano desenvolvimento aos trabalhos escolares, determina ao comandante geral de artilharia, que nomeie para o comando da escola um oficial de graduação superior à do major Rosieres. Em junho, e para assumir o comando da escola, temos o tenente-coronel Francisco Simões Pereira de Carvalho, que, no outono de 1860, dirige os primeiros exercícios de tiro de artilharia realizados no Polígono de Vendas Novas.

Os estudos e trabalhos preparatórios para a instalação de um estabelecimento militar de instrução prática em Vendas Novas não se resumia apenas à criação de um Polígono de Artilharia, tratava-se de procurar a realização prática de um campo de tiro para todas as armas.

A portaria de 18 de março de 1861, publicada na ordem do Exército n.º 6, de 30 do mesmo mês, determina que o estabelecimento militar de Vendas Novas passe a denominar-se campo de instrução. Este campo de instrução compreenderá a Escola Prática do serviço combinado de todas as armas, o Polígono de artilharia, a Escola Prática de serviço especial de cada uma das armas e o campo de instrução da Escola do Exército. As determinações desta portaria não chegaram a ter completa realização, e dela apenas resultou manter-se em Vendas Novas a Escola Prática de Artilharia, com o seu Polígono para exercícios de tiro.

Em 28 de abril de 1861 publica-se o primeiro Regulamento para a Escola Prática da arma de Artilharia, e desde então começa o funcionamento regular da nova instituição (que se prolonga até hoje), tendo como comandante o tenente-coronel Inocêncio José de Sousa, e como segundo comandante o major Luiz Augusto Rosieres.

Nesta primeira fase trabalha-se na Escola com bastante atividade e no campo do Polígono para a realização de exercícios constroem-se baterias de sítio, estabelecem-se alvos e formula-se o programa para os exercícios

O Polígono da Escola Prática de Artilharia, estabelecido nos já citados terrenos baldios a NE de Vendas Novas, pertencentes à Câmara de Montemor, não era ainda, em 1861,

propriedade da Escola; o Ministério da Guerra aforara este terreno por 50\$00 réis anuais à referida câmara. Só em 1871, o Ministério da Guerra se isentou do pagamento ficando na posse definitiva dos terrenos do Polígono, cedendo à Câmara, em troca, o Convento de S. Francisco, existente em Montemor. Em março do mesmo ano, o Ministério da Guerra encarrega a escola da liquidação final de contas.

A Escola, depois das dificuldades práticas inerentes a um estabelecimento representando uma orientação completamente nova nos processos de instrução da arma de Artilharia, adaptou-se por sucessivas reformas aos novos armamentos, às reformas do Exército, aos progressos que a técnica da artilharia foi descobrindo e introduzindo nos organismos militares.

A 15 de outubro de 1860 chegou a Vendas Novas D. Pedro V, acompanhado de grande séquito, e vai ocupar os aposentos régios do Palácio. Não era a primeira vez que D. Pedro V assistia, em Vendas Novas, à experiência de exercícios de artilharia e a experiências com uma boca-de-fogo.

4-A organização da Escola Prática de Artilharia dos inícios até à atualidade

4.1-O modelo da Escola Prática de Artilharia e a influência dos outros países

Após a Restauração, a região a sul do Tejo ganhou importância, uma vez que a dinastia da Casa de Bragança estava ligada a Vila Viçosa, onde a Casa tinha o Paço Ducal, e a região tornou-se palco de permanência de efetivos que vinham de todo o País para operações que se desenvolviam na região. As ligações da capital do Reino para Évora, Estremoz, Elvas ou Campo Maior, depois de atravessar o Tejo para Aldeia Galega, dirigiram-se a Montemor-o-Novo, para depois seguirem para sul ou Leste, para a fronteira do Caia o que quer dizer que na ligação de Aldeia Galega a Montemor-o-Novo o caminho existente passaria por Vendas Novas.

Após algumas polémicas já referidas em torno deste imóvel e pelo fato de o mesmo já ter passado por diversas ocupações /funções, decidiu D. Pedro V proceder à criação de uma Unidade Militar em 1856³⁶.

³⁶ A 29 de dezembro de 1857 deu-se início aos estudos e trabalhos preparatórios, por ordem de D. Pedro V, para a instalação no Palácio de um estabelecimento militar. Cerca de 130 anos depois da sua construção, este Palácio transformou-se na actual Escola Prática de Artilharia, que representou uma nova época de desenvolvimento e progresso.

Desde a fundação da nacionalidade, mas em especial desde o século XIV, que os principais eixos de ataque e progressão terrestre em Portugal se encontram materializados para a conquista e ocupação dos principais centros político-administrativos nacionais, nomeadamente o Porto, pela invasão da região Norte, por Valença, e, em especial, para a conquista de Lisboa, com a entrada do invasor por Elvas e a sua progressão ao longo da margem Norte do rio Tejo para, assim, poder ocupar a Península de Lisboa. Os objetivos principais seriam a tomada dos centros políticos e governativos nacionais, Lisboa e Porto.

Durante toda a história nacional, a defesa da pátria confinou-se à proteção de Lisboa sendo, no entanto, materializada em locais próximos e de passagem como Vendas Novas distintos de modo a impedir o avanço do invasor que poderia vir de Espanha e dirigir-se para a capital.

A criação da EPA em 1856 por D Pedro V no Palácio das Passagens, foi considerado um fato muito importante para a Artilharia Portuguesa, assim como para Vendas Novas, ficando com utilização mais nobre do que a que até então lhe estava atribuída, como simples armazém da Companhia de Caminho de Ferro do Sul. Esta proposta aliava aspectos de natureza estratégica, com questões políticas e de necessidade militar no campo da defesa como atrás referimos devido à ligação de Espanha a Lisboa.

O Exército foi passando por várias reorganizações.

No início da nacionalidade os deveres dos militares estavam estabelecidos e seguiam os usos e costumes de outros reinos da Península e sofria influências de outros povos designadamente os Muçulmanos, com quem mais tempo travou luta contínua. Era constituído fundamentalmente pelas forças privadas do Rei e ainda pelas Mesnadas,³⁷ pelas Ordens Militares e pelas Milícias. O Rei era o comandante supremo.³⁸

Com o fim das Mesnadas dos nobres durante o século XV teve origem o exército permanente, o recrutamento de soldados passou a fazer-se por contrato com vencimentos pagos pela Coroa, os oficiais eram recrutados nos fidalgos experientes nas lutas e expedições anteriores.

³⁷ Mesnadas eram forças dos ricos homens ou senhores da igreja.

³⁸ José Manuel dos Santos Dias de Carvalho – **Síntese: Da Evolução Tática, Técnica e Organizativa do Exército Português de 1109 A 1993**, Caderno de história Militar Nº 14, direcção De Documentação E História Militar, Lisboa, 1993, p. 5. Refere-nos que logo no início da nacionalidade portuguesa existiam as Milícias dos Concelhos que eram constituídas por topas a pé e a cavalo, estes últimos chamados os cavaleiros-vilões. A partir de 1261 no reinado de D. Dinis, « O Tratado da Milícia e Regimento da Guerra » cria os cargos de Alferes–Mor, de Condél–Mor e de Adail–mor. São formados os besteiros de conto, que eram besteiros que combatiam com arma portátil de arremesso chamada besta, e de conto, por serem fornecidos por cada concelho em número certo. Com o aparecimento da artilharia surge nessa época, o cargo de Vedor–Mor de Artilharia.

Durante o domínio Filipino todas as Ordenanças³⁹ foram extintas porque não convinha ao rei de Castela que no reino de Portugal houvesse gente armada que pudesse sustentar alguns contra a usurpação.

Verificamos que a partir da Guerra da Restauração houve uma organização do exército permanente Português que se prolongou até meio do século XVIII, pois o que se pretendia era a defesa contra a Espanha⁴⁰ e a reorganização ao nível das ordenanças foi significativa, nomeadamente, eram formadas pelos restantes homens válidos, constituíam uma espécie de depósito dos outros escalões, e eram constituídas por companhias de ordenanças de 24 homens cada, enquadrada com os respetivos oficiais.

Muitas providências militares adotadas foram inspiradas nas ordenanças do Duque de Parma, sob cujas ordens muitos portugueses haviam militado na Flandres.

Urgia, pois reorganizar militarmente o País para sustentar a guerra que não tardaria em declarar-se.⁴¹

Por decreto de 11 de dezembro de 1640, D. João IV criou o Conselho da Guerra⁴², constituído pelos fidalgos mais experientes em milícias e destinado a centralizar e superintender em todos os assuntos que diziam respeito à guerra e a dar parecer sobre todos os assuntos militares que tinham de ser presentes ao rei⁴³ Este Conselho foi o embrião da futura Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e Estrangeiros, depois Ministério da Guerra.

Consideramos que foi importante esta reorganização do exército, assim como toda a renovação a nível do armamento que foi feita.

³⁹ Gastão de Mello de Mattos, **Ordenanças**, in DHP (Joel Serrão), vol. IV, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985, p. 446-447. A criação das Ordenanças foi uma adaptação das medidas que se tinham tomado em Castela para tornar o exército o mais independente possível das tropas dos senhores das terras. Contudo, o motivo da sua criação foi diferente do sistema criado em Espanha, porque a nobreza portuguesa não criava embaraços à ação do poder real. Por isso, em meados do séc. XVI com o objetivo de repelir ataques de corsários estrangeiros se sentiu necessidade de criar tropas que pudessem reunir-se para combate. As Ordenanças foram sendo completadas por leis ao longo do tempo.

⁴⁰ Refere-nos José Manuel dos Santos Dias de Carvalho que era necessário adoptar medidas de modo a reorganizar o exército e nesse sentido renovou-se o armamento das diversas armas e contrataram -se engenheiros estrangeiros, como alguns Jesuítas, reparações das praças-fortes, principalmente do Alentejo, construíram-se novas fortificações, criaram-se fundições de ferro em Tomar e Figueiró e fábricas de salitre e pólvora, importaram-se cavalos do estrangeiro. Para reger a aula de fortificação e artilharia foi nomeado professor o engenheiro e cosmógrafo Luís Serrão Pimentel, Restauraram-se os «artilheiros da nomina» que comandados por um capitão eram obrigados a exercícios de tiro ao alvo e a lições de artilharia e esquadria, foram também publicados livros de ensino militar. p. 12.

⁴¹ Carlos Selvagem, **Portugal Militar, Compêndio de História Militar e Naval de Portugal**, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993 p. 383.

⁴² Idem, p. 12.

⁴³ Ibidem. Perante necessidade evidente da defesa das fronteiras restauraram-se também as antigas ordenanças de D. Sebastião de 1570, fazendo alistar em todas as comarcas os homens válidos dos 16 aos 60 anos, com declaração dos que eram fidalgos e dos que tinham armas ou cavalos. O recrutamento onde se arrolava para as companhias de ordenanças, tropas auxiliares (milícias) e para o exército, era feito à sorte, mas o governo dava ao chefe local de ordenança (capitão-mor), o direito de escolher os soldados. A influência deste cargo era grande, comparável á do padre. Desta forma se constituiu o 1º Exército Português.

Por alvará de 15 de novembro de 1707, D. João V estabelece as «Novas Ordenanças». O exército compunha-se de 34 regimentos de infantaria, 20 regimentos de cavalaria e 1 de artilharia Na artilharia cada Regimento era constituído por 12 Companhias.⁴⁴

Ainda dentro da organização do exército referimos que durante a Guerra dos Sete Anos, que se iniciara na Europa em 1756, e que, esta só atingiu Portugal em 1762 quando este apoia a sua aliada, a Inglaterra, contra a França e a Espanha. O Marquês de Pombal apoiado pelo Conde de Lippe, novamente tomou providências militares a nível de organização do Exército⁴⁵

No início do século XIX o Regimento de Artilharia da Corte foi aumentado com mais duas companhias de artilheiros cavaleiros, novamente coincidindo com o período das invasões francesas em Portugal procedendo-se a nova organização do Exército, a nível da artilharia com mais um regimento. Durante este período conturbado as Ordenanças foram extintas e substituídas pela Guarda Nacional depois foram novamente estabelecidas pelos Miguelistas e definitivamente liquidadas em 1834

Segundo o General Gabriel Augusto do Espírito Santo⁴⁶ o Exército Português atravessava uma nova fase, com os quadros, em progressiva modernização e profissionalismo, depois da abertura da Escola do Exército em 1837. Os Oficiais da armada e do Exército deixaram de se imiscuir na política, abandonando tendências para subverter a Nação dedicando-se ao fomento da educação. O Exército era uma força militar permanente e modesta e a sua missão mais importante era a preparação militar da Nação para a defesa, instruindo anualmente contingentes variáveis que, com a implantação da República, ao tornar o serviço militar pessoal, geral e obrigatório, aumentaram significativamente.

A implantação territorial do exército materializava-se em todos os Distritos do território Nacional e durante quase um século, foi fator de educação para muitos jovens através das suas Escolas Regimentais e foi fator de desenvolvimento do ensino, da administração, das obras públicas e do comércio em partes do território em que as estruturas eram frágeis.

⁴⁴ Idem, p. 15.

⁴⁵ O Marquês de Pombal organiza um regimento de artilharia de costa, com 2 batalhões de 720 praças cada um, aumentou a força de cada uma das companhias de infantaria e de artilharia criou mais 3 regimentos de infantaria, 2 de dragões e de cavalaria ligeira, Lippe fez sentir na reorganização do nosso exército, a influência de Frederico II, da Prússia, o exército de primeira linha passou a ser de 24 regimentos de infantaria, 1 de voluntários reais, 10 de cavalaria e 4 de artilharia. Cada regimento de infantaria ficava com 7 companhias de 110 homens, cada regimento de cavalaria era constituído por companhias de 30 homens e cada regimento de artilharia tinha companhias de 63 homens das quais uma era de bombeiros, de mineiros e de artífices e as restantes de artilheiros.

⁴⁶ General Gabriel Augusto do Espírito Santo no seu texto da Conferência «Vendas Novas e a Escola Prática de Artilharia: Uma Relação Duradoura e Feliz, integrado no Ciclo de Conferências «150 Anos da Escola Prática de Artilharia».

Segundo Maria Filomena Mónica D. Pedro V, após a sua aclamação dedicou-se a vários estudos e apreciou as organizações militares de outros países; refere-nos que ao tempo, era preciso que o exército volte a ocupar o lugar que legitimamente lhe pertence no Estado e que ele possa ser um instrumento de que o governo, seja qual for, possa usar segundo o interesse nacional.

Assim, esta situação ajuda-nos a perceber o seu interesse pela transformação deste Palácio, e a criação da Escola Prática de Artilharia pois a sua vontade de saber, nomeadamente pelo conhecimento da Europa onde nas suas viagens deu especial atenção às organizações militares e às indústrias de armamento, e na sua opinião, no campo da defesa, era fundamental adoptar o mesmo sistema de material de guerra e equipamento existente em Espanha pelo fato de ser a Nação que com mais facilidade poderíamos entrar em guerra, por isso havia a necessidade de estabelecer um equilíbrio de forças entre os dois países.

Este monarca dedicou a sua vida ao progresso do País desejando que este saísse da estagnação, com ele, foi notório uma estratégia de acompanhamento do progresso tecnológico, empenhando-se na criação do caminho-de-ferro, pois nas suas viagens visitou muitas estações ferroviárias na Europa por isso estava interessado na instalação do caminho de ferro em Portugal e também em Vendas Novas.⁴⁷

O Palácio das Passagens torna-se oficialmente Escola Prática de Artilharia por Portaria de 18 março de 1861 data da sua fundação (OE nº 6 de 30 março 1861), assinada pelo Visconde Sá da Bandeira; foi criado o «Campo de Instrução de Vendas-Novas» que incluía a «Escola Prática do Serviço Combinado de Todas as Armas », o Polígono de Tiro e o «Campo de Instrução da Escola do Exército»

Nessa Portaria determina-se: «(...) Que o estabelecimento militar de Vendas Novas passe a denominar-se Campo de Instrução. Este Campo de Instrução compreenderá a Escola Prática do Serviço Combinado de todas as Armas, o Polígono de artilharia, a Escola Prática de serviço especial de cada uma das Armas, e o Campo de Instrução da Escola do Exército»⁴⁸. Refere a mesma Ordem do Exército que na “(...) primavera de cada ano o Polígono funcionará como Escola Prática de Artilharia, e será comandada por um oficial superior sob as ordens do Comandante geral da Arma”.

⁴⁷ Maria Filomena Mónica, **D. Pedro V**, Círculo de Leitores, 2005, p 62 a 65. Maria Filomena Mónica refere-nos o que ele escrevia; «Enquanto não firmarmos com bases sólidas ao menos um caminho de ferro, que nos una com o mundo civilizado, enquanto tivermos bestas que escrevam que um caminho de ferro, que nos una com a Espanha ameaça a nossa independência e que os vagões dos caminhos de ferro não podem conduzir grandes pesos, renunciemos a ser coisa alguma, pois tornamo-nos uns bárbaros e pertencemos assim só de fato, mas não de direito, ao continente europeu». Revelou um espírito liberal e progressista para o País Preocupou-se com os problemas da educação, agricultura, indústria, melhoramentos públicos sem descurar a política internacional considerando-a fundamental para o País.

⁴⁸ OE.nº6, 30 de março de 1861, AHM

Os objectivos da organização da Escola Prática de Artilharia foram:

- Formação de pessoal do quadro permanente e contratados, formadores, instrutores, operacionais e pessoal de serviços, quadros e praças, pessoal de apoio e administrativos na instrução geral, na especialidade e em cursos de formação e de qualificação;
- Produção doutrinária, em particular a de natureza técnica artilheira;
- Investigação, estudo e desenvolvimento do conhecimento da Artilharia.

Nos anos seguintes procedeu-se à organização da EPA, mediante a criação de Regulamentos que foram sofrendo alterações no sentido de a reorganizar para um melhor funcionamento.

Em 28 de abril de 1861 publica-se o primeiro Regulamento para a Escola Prática da Arma de Artilharia, e desde então começa o funcionamento regular da nova instituição, que se prolonga até hoje, depois de sucessivamente remodelada pelos regulamentos de 1867, 1874, 1887 e 1893.

Relativamente ao Regulamento de 1861, considerou-se esta primeira época intensa, trabalhava-se na escola com grande atividade e entusiasmo, dispunha-se o campo do Polígono para os exercícios, construíram-se baterias de sítio⁴⁹, estabeleceram-se alvos e formulou-se o programa detalhado para exercícios.

Segundo o General Alberto da Silveira⁵⁰, a Escola teve que enfrentar as dificuldades inerentes a um estabelecimento sem similares no país e representando uma orientação completamente nova nos processos de instrução da arma de artilharia, adaptando-se por sucessivas reformas aos novos armamentos, às organizações do exército, aos progressos que a técnica da artilharia foi pouco a pouco descobrindo e introduzindo nos organismos militares do país.

No Regulamento de 1861 verifica-se que anualmente eram destinados três meses consecutivos de instrução prática, em que devia permanecer na escola um contingente de cada regimento de artilharia, e em cada mês do trimestre de instrução duas baterias de campanha⁵¹. No Polígono de Tiro deveriam existir baterias permanentes, armadas com peças de que se compunha então o sistema de artilharia de sítio, de praça e de costa. Também no Regulamento se encontravam as instruções especiais para os exercícios de fogo no Polígono, onde, com minúcia, se estabeleciam as regras a seguir, os cuidados, e os preceitos a adoptar.

⁴⁹ Baterias de sítio ou de cerco eram baterias utilizadas no terreno na tentativa de fazerem um cerco para a rendição do inimigo por falta de provisões, normalmente colocadas em sítios estratégicos.

⁵⁰ A Escola Prática de Artilharia, **Notícia Histórica sobre a Instituição e Funcionamento**, p. 4 Arquivo da EPA.

⁵¹ Baterias de campanha, eram baterias que se deslocavam em partes ou no todo. O objetivo era treinar para um possível conflito. Já havia cálculo de tiro.

Em 1865 é proposto pela comissão de aperfeiçoamento um formulário para os relatórios da escola, com o fim de comparar esses relatórios de forma a haver uma maior uniformidade na disposição das matérias a tratar, de modo a que este estabelecimento se aproximasse de outros existentes em outras nações e que pudessem servir de norma.

Quanto à realização de exercícios conjuntos, outra razão que poderá ter estado aliada à não possibilidade de concentração de grandes efetivos nesta região para a sua realização terá sido o fato do estabelecimento a partir de 1866 do Campo de Instrução e Manobras de Tancos, localizado sobre o principal eixo de invasão terrestre no território nacional. Este fator retirou a possibilidade de Vendas Novas ser um local para a concentração de uma Divisão inter-armas e, conseqüentemente, ser o local para a realização de exercícios conjuntos de elevados efetivos, definindo como principal eixo de invasão a região em torno da confluência entre os rios Tejo e Zêzere.⁵²

Esta redefinição da estratégia de defesa Nacional levou à alteração progressiva da missão da EPA, no sentido da redução de contingentes de diversas Armas nas suas dependências, passando a serem realizados apenas exercícios militares de escalão de Brigada⁵³ e para a instrução prática de Artilharia de Campanha, bem como para a realização de experiências pela Comissão de Aperfeiçoamento da Arma de Artilharia.

O novo Regulamento aprovado por portaria de 23 de dezembro de 1867⁵⁴ que, na opinião do general Alberto da Silveira, não corrige defeitos do anterior mas pelo contrário aumenta-os, uma vez que se mantém a mesma descontinuidade a nível do comando apenas há uma mudança no nome, mas as atribuições são quase idênticas. Não é fixada a época anual de instrução, nem as forças que a devem receber. Este regulamento teve principalmente em vista concentrar na comissão de aperfeiçoamento a direcção superior da EPA e verificou-se que não teve a eficácia que se esperava; reconheceu-se que o regulamento já não satisfazia as necessidades do serviço de instrução de artilharia, e foi proposto um novo regulamento que foi aprovado pela portaria de 24 de janeiro de 1874⁵⁵.

Após a criação da Direcção Geral de Artilharia em 1874 foi redefinida a missão da EPA, passando a figurar especificamente no seu serviço a instrução a ministrar aos Oficiais da Escola do Exército e às Praças de Artilharia. As experiências e os exercícios mantinham-se sob a responsabilidade da Comissão de Aperfeiçoamento da Arma, sob as ordens do Diretor

⁵² OE Nº 29 de 7 de agosto de 1866 AHM

⁵³ Escalão de brigada são exercícios em que já não é a bateria, passa a ser um grupo de artilharia. O escalão de brigada inclui 3 baterias de bocas-de-fogo.

⁵⁴ OE nº 42 de 27 de dezembro de 1867, AHM.

⁵⁵ OE nº 2 de “4 de janeiro de 1874, AHM.

Geral, realizando-se anualmente, em períodos estabelecidos, os necessários exercícios táticos e de tiro, bem como as experiências que a Comissão apresentava à Direcção Geral.

Pode considerar-se, segundo esta Portaria, que em 1874 começou um período de prosperidade e de trabalho útil para a artilharia portuguesa, pois após ter terminado a guerra franco-prussiana de 1870, em todos os países se pensava na remodelação do armamento de artilharia, sendo que a EPA não ficou alheia a este rejuvenescimento: trabalhou-se, estudou-se e planeou-se para estar a par dos progressos no domínio da artilharia moderna.

Analisando este Regulamento, consideramos esse ano como um ano de grandes progressos a nível de experiências na técnica artilheira: sendo feitas experiências muito avançadas no Polígono de tiro seguindo exemplos adotados no estrangeiro, realizou-se a construção de uma bateria enterrada no Polígono, tomando como norma o tipo adotado na guerra franco-alemã, assim como exercícios de tiro das baterias permanentes e de uma bateria de campanha de sistema francês e modernizaram-se outros exercícios, que revolucionaram todos os métodos de tiro até então adotados. Contudo, verificou-se que nos últimos anos de vigência não acompanhou com a regularidade que devia a evolução europeia, tendo que surgir assim novo Regulamento, que viria a ser aprovado pela portaria de 15 de fevereiro de 1887⁵⁶.

Este Regulamento foi elaborado com o pensamento de desenvolver a instrução, mas colocou e concentrou o comando geral de artilharia à direcção interna da escola, colocando o comando escolar, em muitos casos, à mercê de uma escala de serviço. Esta situação em nada conseguiu melhorar a instrução e o tiro, pois revelava falta de orientação, o que contribuiu para um retrocesso da arma que não acompanhava as artilharias estrangeiras.

Este e outros fatores contribuíram para que em 1888 a comissão de aperfeiçoamento reconhecesse a conveniência de enviar ao estrangeiro oficiais de artilharia com a finalidade de estudarem a organização do ensino prático nos Polígonos das principais nações, devendo proceder-se posteriormente à revisão do regulamento.

Neste sentido, organiza-se a escola de sargentos de artilharia, de modo a que os sargentos pudessem enveredar por novos caminhos, novos métodos, práticas e processos, surgindo assim o novo regulamento de 1893⁵⁷ que conseguiu impulsionar a instrução da artilharia portuguesa, elevando a Escola de Vendas Novas ao nível dos estabelecimentos estrangeiros destinados a idênticos fins.

É com este regulamento 1893 que começa um período de renovação de todas as instituições militares: decreta-se a reorganização das escolas práticas de todas as armas; organiza-se a instrução dos quadros inferiores do exército e a instrução dos corpos de

⁵⁶ OE nº 5 de 15 de fevereiro de 1887, AHM.

⁵⁷ OE nº 34 de 23 de dezembro de 1893 AHM

infantaria. Em suma, pretendia-se transformar a escola de simples escola de tiro num estabelecimento de ensino permanente, de forma a praticar e desenvolver a instrução de oficiais e praças da arma, sem prejuízo das experiências de tiro.

Este regulamento firmou a responsabilidade militar do instituto que outrora D. Pedro V fundara, pois o ensino escolar tornava-se permanente, criando-se unidades de instrução conseguindo afastar orientações erradas, e instruiu-se e orientou-se esta Escola a nível da técnica da artilharia.

Segundo o General Alberto da Silveira constata-se que não sendo o nosso País dos mais adiantados nas questões militares, se tivesse em 1893, a organização da Escola Prática de Artilharia baseada em princípios que só muito mais tarde, em 1899, fossem adotados pela Alemanha, na sua escola de tiro de Juterbog⁵⁸

Desta forma, verificamos que os princípios em que se baseia a organização da Escola Prática de Artilharia são perfeitamente idênticos àqueles que orientam a artilharia alemã, na reforma da sua escola de tiro de artilharia de campanha, em Juterbog

Nos anos seguintes foram introduzidas algumas alterações mas o que verificamos é que mantêm o pensamento e os mesmos princípios gerais de 1893, como podemos verificar relativamente ao ano de 1896.

No ano de 1896⁵⁹ altera-se um pouco o regime interno da EPA, dividindo a época anual de instrução em três períodos, sendo os dois primeiros destinados à instrução escolar permanente e o terceiro exclusivamente reservado à instrução dos corpos de arma, tanto na prática do tiro, como em todos os serviços que se não possam executar nos quartéis, ou terrenos próximos das respetivas localidades. Estabelece-se que a administração das unidades de instrução se regulem diretamente com os corpos, por intermédio dos oficiais que comandam administrativamente os contingentes que compõem aquelas unidades.

Na opinião do capitão Nuno Calhaço, durante a transição do século XIX para o século XX na missão da EPA apenas se verificou um aumento das suas atribuições, a partir de 1901,

⁵⁸ Revue du Cercle Militaire, 21 de outubro, 1899 citada pelo general Alberto da Silveira, **A Escola Prática de Artilharia**, Notícia Histórica Arquivo da EPA. «La réorganisation de l'artillerie de campagne allemande appelle notre attention sur l'école de tir de Juterbog, qui est quelque sorte le sanctuaire de cette arme. C'est là, en effet, que l'on expérimente secrètement tous les modèles de bouches à feu présentés par les constructeurs techniques, et que l'on enseigne à des officiers détachés de tous les régiments d'artillerie allemandes les méthodes de tir jugées les meilleurs (...).

Tous les officiers d'artillerie de campagne appartenant à l'année active de l'Allemagne, de même que les officiers bavarois, Saxons, wurtembourgeois et badois, reçoivent leur instruction pratique technique dans cet établissement. L'importance de l'école de Juterbog pour l'artillerie de campagne est la même que celle de l'institut militaire d'équitation pour la cavalerie. C'est là que l'on enseigne d'une façon uniforme les principes qui se propagent ainsi jusque dans les garnisons plus éloignées.

Généralement, chaque régiment détache au cours supérieur d'instruction une capitaine et un lieutenant ancien de grade que l'on dresse d'une façon particulière en vue du commandement d'une batterie ou d'une section».

⁵⁹ OE n°10 1ª Série de 30 de maio de 1896, AHM.

com a implementação de cursos técnicos, específicos da Arma, destinados aos diversos cargos a desempenhar pelos quadros da Arma, nomeadamente o Curso Prático de Tiro para Oficiais Superiores, O Curso de Tiro para Capitães e Tenentes e o Curso para Observadores de Sítio e Praça. Contudo, para além da missão da EPA continuar a incluir na sua essência a vertente de formação, com o envio contínuo de contingentes de Artilharia de Montanha e de Guarnição para as suas instalações, com vista á realização de exercícios com unidades de Artilharia móvel e à Instrução Regimental, era mantida a divisão de critérios quanto á verdadeira missão da EPA, quer como estabelecimento de Instrução ou como Estabelecimento para o treino e preparação de forças militares

Este problema, aparentemente afastado aquando do estabelecimento do Regulamento da EPA de 1893 e que como já verificámos anteriormente serviu de base à Escola de tiro Alemã de Juterbog, em que a formação não deveria ser misturada nem conjugada com a realização de exercícios para treino e adestramento para de Baterias de Artilharia Montadas dos Regimentos de Campanha, voltou novamente a fazer sobressair a importância da concentração sistemática e indefinida dos diversos Corpos para a realização de exercícios militares. Por outro lado, os trabalhos realizados na EPA, face ao reduzido contingente de que dispunha em permanência desde o século XIX, o envio de Destacamentos de Artilharia de escalão de Bateria para contribuírem temporariamente para a segurança e manutenção s suas instalações, bem como para o apoio á formação ministrada, retirava grande parte da componente operacional e do tempo de preparação para a campanha às Unidades Regimentais que enviavam tais Baterias por períodos de vários meses. Esta situação pressupunha e exigia a existência de um dispositivo permanente nas suas instalações com vista ao cumprimento de tais objetivos.

Verificamos que desde 1899 fora aumentada a componente de apoio á formação uma Unidade com carácter permanente de escalão Bateria, com absoluta autonomia administrativa da EPA por períodos temporários, com responsabilidades adicionais de apoio á formação e ao treino de apontadores e serventes, podendo participar nos exercícios aí realizados. A missão desta bateria era o apoio às atividades de instrução, foi dado aprofundamento ao estudo do cálculo dos elementos de tiro a introduzir nas bocas-de-fogo, o que levou a novos estudos e à análise dos efeitos produzidos.

Por Decreto de 25 maio de 1911⁶⁰ (OE nº 11, 1ª Série de 26 maio 1911) passou a designar-se “Escola de Tiro de Artilharia de Campanha” e pelo Decreto 12.161 de 21 agosto de 1926⁶¹ (OE nº 10, 1ª Série de 21 agosto de 1926) voltou à sua anterior e actual designação.

⁶⁰ OE nº 11, 1ª Série de 26 maio 1911, Arquivo, EPA.

⁶¹ OE nº 10, 1ª Série de 21 agosto de 1926, Arquivo EPA.

Segundo esta OE, o desdobramento não era viável porque a teoria, a prática e a técnica de tiro não podiam estar separadas, daí a designação ter sido EPA.

No princípio do século XX o Ministro da Guerra Luiz Augusto Pimentel Pinto manda pôr em execução novas alterações sem nunca modificarem o primitivo pensamento. Pois o que verificamos é que se altera a composição das unidades, reduz-se o período destinado aos cursos de tiro para tenentes e capitães, cria-se o curso prático de tiro para oficiais superiores, determina-se que sejam nomeados para frequência dos cursos de tiro os capitães e tenentes mais antigos, e estabelece-se a escola de observadores de sítio⁶² e de praça, chamando por esta forma à instrução normal da EPA um número importante de sargentos dos grupos de artilharia de guarnição.

Ao longo da sua história a EPA tem procurado estar atualizada, pois não tem descuidado o estudo de importantes assuntos militares com a intenção de melhorar e desenvolver a instrução da arma de artilharia, pois muitos trabalhos e experiências têm sido realizados nesta Escola, procedendo-se também ao rearmamento da artilharia de campanha com material completo e modernizado. A Escola tem como objetivos a intervenção na orientação a dar ao ensino assim como à prática de tiro com material sempre atualizado.

A EPA manteve a sua missão de entidade formadora - ainda que como Campo de Instrução de manobras revelasse escassas capacidades para albergar durante longos períodos de tempo pessoal, animais e materiais das diversas Armas e serviços, quando se pensasse realizar exercícios militares de escalão Divisão⁶³. Assim, foram empreendidas algumas estruturas de apoio aos exercícios que aí decorriam, bem como a construção de um abarrancamento permanente assim como a construção de outras superfícies para estudos com bocas-de-fogo realizadas pela Comissão de Aperfeiçoamento da Arma.

Esta Escola ao longo dos tempos formou milhares de cidadãos, que foram também combatentes nos conflitos que Portugal participou, nos finais do século XIX, ao longo do século XX e já no presente século XXI. Quanto à sua missão primária, a Escola formou pessoal do Quadro Permanente e contratados, formadores e instrutores, operacionais e pessoal de serviço, Quadros e Praças, pessoal de apoio e administrativos, na instrução geral, na especialidade e em cursos de formação e de qualificação, sempre procurando melhorar os recursos humanos para o desempenho de exigentes funções da vida militar. A Escola integrou momentos marcantes da História nacional, incluindo o 5 de outubro de 1910, mas também mobilizou diversas subunidades, em particular para as campanhas da I Guerra, para as

⁶² Observadores de sítio eram observadores que estavam no local em linha de observação com o objetivo de regular o tiro por diferentes metodologias de regulação.

⁶³ Divisão são exercícios em que já estão incluídos três brigadas, ou seja três grupos de artilharia.

Guerras Ultramarinas e o 25 de abril de 1974, para além de ter preparado inúmeros quadros e tropas para o desempenho de missões de grande exigência em ambientes operacionais.

A Escola tem uma missão que é a formação, que podemos considerar única da sua existência e do seu desenvolvimento, também não podemos descurar a suas responsabilidades importantes no âmbito da produção doutrinária, em particular de natureza técnica artilheira, assim como na investigação, estudo e desenvolvimento do conhecimento da Arma, pelo que se constitui na opinião do coronel de artilharia Henrique Pereira dos Santos Comandante desta unidade como o mais importante pólo do saber nesta área considerada tão importante e complexa do Exército.

A EPA tem também responsabilidades no levantamento de encargos operacionais, através de uma Bateria de bocas-de-fogo, pertencente ao grupo de Artilharia de Campanha da Brigada de Intervenção e ainda de Aquisição de Objetivos,⁶⁴ subunidade de características únicas no Exército, integrando as suas Forças de Apoio Geral. Devido aos meios que dispõe também participa em outras missões de interesse público em proveito das populações, nomeadamente, fazendo face a situações de calamidade.

Para além destas missões de natureza operacional atrás referidas, a Escola tem participado em acções de cooperação técnico-militar, em apoio aos países lusófonos, bem como com elementos individuais em Teatros de Operações no estrangeiro incluindo o Kosovo, Timor e Afeganistão, sob os auspícios das Organizações Internacionais de que Portugal faz parte.

Todas as alterações e modernizações decorreram fruto das grandes modificações que se verificavam na Europa, devido á industrialização, surgindo nesta altura materiais novos e modernos quer franceses quer alemães alguns dos quais perduraram até à Primeira Guerra Mundial. Referimos que estes materiais podem ser observados no Museu da EPA⁶⁵.

⁶⁴ Aquisição de objetivos são os meios necessários para aquisição/regulação de tiro, deixando de ser meios humanos para meios materiais.

⁶⁵ Para maior detalhe sobre estas armas consulte-se, entre outros, o Morteiro F:L:S:P: 30cm /1857 este tipo de bocas-de-fogo serviu em guarnição nas diferentes fortalezas do País e também na EPA desde a sua fundação para a instrução do pessoal. A munição utilizada era o obus, bala esférica de ferro, oca, carregada com pólvora negra e uma espoleta rudimentar. de tempos.. Também a Peça B:E:M: 7cm /1882 Material que equipou várias unidades metropolitanas e das Campanhas de África. Peça 9cm (M: K:) m/1878.desde o século XIX que na Europa se tinham iniciado as experiências com peças de carregar pela culatra, estriadas., que posteriormente foram distribuídas a unidades, incluindo a EPA, para experiências de instrução. Até serem substituídas pelo material 7,5 TR m/ 904-906. Também o Morteiro de praça 15cm/96, material para defesa de fortificações, em bronze, de fabrico português. Foi uma das últimas bocas-de-fogo a serem distribuídas ao Exército, foi testada na EPA na última década do século XIX. Refere-se também a Peça A 7,5 cm TR m /904-90 material adquirido em 1904 á casa francesa Schneider para equipar as unidades de artilharia de campanha do exército, logo depois da 1ªGuerra Mundial. Também a Peça 7,5 cm TRm/917 foi fornecido durante a 1ª Guerra Mundial, pela casa francesa Schneider com a finalidade de equipar as baterias dos Grupos de Baterias de Artilharia (G:B:A:) da Artilharia Divisionária do C:E:P:. Entrou em combate no dia 9 de abril de 1918 e posteriormente até ao Armistício. Após esta data foi progressivamente distribuído a todos os regimentos de Artilharia Metropolitana sendo dos materiais que serviram durante maior período de tempo, já que foram sendo dos materiais que serviram durante maior

A Escola possui boas instalações para as atividades de formação e treino, únicas no Exército Português, incluindo o Polígono de Tiro e o Centro de Simulação de Apoio de Fogos e efeitos⁶⁶. Salientamos também a utilização destas instalações não só pelos seus militares, mas também por pessoal exterior em formação, incluindo unidades de Fuzileiros e também por elementos da Polícia Judiciária.

O início do século XX é um período marcante do ponto de vista intelectual porque a fixação local de um grande volume de homens com ideias trazidas da capital e do estrangeiro parece influenciar pensamento da EPA. A entrada na primeira metade do século XX possibilitou a absorção de inúmeras ideologias inovadoras para a arte militar, especialmente no que diz respeito à construção e ao fabrico de material de guerra

Refere-nos o General Gabriel Augusto do Espírito Santo que nas instituições da Nação foi o Exército que mais se transformou nos últimos anos do século XX adaptando-se aos novos tempos e a novas concepções, voltado para missões internacionais de apoio á paz e na prevenção de conflitos, ou na reconstrução de sociedades afetadas pela guerra.⁶⁷ Também na sua organização, adotando o sistema de serviço militar para voluntariado, mantendo uma força militar permanente organizada em três Grandes Unidades de escalão de brigada, integrando essas unidades nos sistemas de forças internacionais dos seus parceiros e aliados da OTAN e da União Europeia e adoptando na sua organização um conceito sistémico para as suas áreas fundamentais de funcionamento, nomeadamente, Pessoal, Instrução Treino e Apoio Logístico.

4.2-Os Cursos Ministrados/efetivos militares

O exército aquando da criação da EPA, tinha cerca de 23.000 efetivos e possuía cerca de 50 Unidades, encontrava-se implantado no Território Nacional, no Continente e Ilhas e

período de tempo, já que foram retirados do serviço ativo no início dos anos quarenta, aquando da receção de material 10,5 Alemão. Continuou a ser utilizado na EPA para instrução. Referimos também o Obus 11,4 TR m/917, material cedido pela Grã-Bretanha em 1917 com o objetivo de equipar a 4ª Bateria de cada um dos G:B:A. do C:E P.:A Peça em exposição foi entregue a Portugal após a guerra civil de Espanha, tendo pertencido a um lote que fez parte da Artilharia Do Exército Republicano Espanhol e cujos tubos foram feitos na ex –URSS nos anos vinte Referimos ainda o Obus K 15 cm /30m /941 este material foi adquirido em 1941á casa alemã KRUPP, em princípio servia para equipar as unidades de campanha pesadas, mas apenas o Regimento N°2 e o GAC de Luanda o receberam. Foi substituído pelo material 14cm m/43. Também o Obus m 114Al 155mm /23,material de origem Americana, entrou ao serviço em 1983,substituindo o Obus 14 cm m/943 encontrando-se, em 2003n, ainda ao serviço na EPA, estes e outros materiais podem ser observados no Museu da EPA

⁶⁶ Centro de simulação de Apoio de fogos e efeitos são treino necessário para a formação de tropa com custos reduzidos e cujo objetivo é o treino não perdendo a qualidade da formação

⁶⁷ Gabriel Augusto do Espírito Santo no seu texto da Conferência «**Vendas Novas e a Escola Prática de Artilharia: Uma Relação Duradoura e Feliz**» integrado no Ciclo de Conferências 150 Anos da Escola Prática de Artilharia.

dispunha de uma força própria nos domínios do Império que era dependente do Ministério das Colónias.⁶⁸

Era urgente nesta altura cuidar do Exército, reposicioná-lo numa perspetiva nacional e dar-lhe formação adequada para a defesa externa, acompanhando a evolução dos tempos. No que diz respeito à guerra segundo Fernando Ferreira Marques, os conhecimentos tinham que ser dominados cientificamente nomeadamente o uso da artilharia, saber construir sólidas e resistentes praças, fortes, abrir brechas nas muralhas, tudo isto implicava um saber matemático, desenvolvimento de conhecimentos geométricos, sistematização científica necessária ao artilheiro. Estas exigências levaram cada vez mais a um ensino cada vez mais específico⁶⁹. A modernização do aparelho de Estado, nascida da lógica e da dinâmica do projeto e da governação pombalinos trazia consigo, naturalmente, a modernização do exército, não só do ponto de vista organizativo e operacional, mas também no que concerne à sua natureza e função. O exército devia ser o garante da autoridade do Estado impondo-se sobre a sociedade global⁷⁰.

Daí que terminada a Guerra dos Sete Anos em 1762 o Marquês de Pombal não quis descurar o problema militar e, protelando a partida do conde Lippe, aproveitou a sua permanência para dotar o exército de uma nova organização e de regulamentação adequada a consolidar a disciplina das tropas e promover a sua instrução., sendo convidado a manter-se no seu cargo e a proceder às reformas necessárias, nomeadamente fomentar o ensino e a prática da artilharia militar.

O tradicional sistema de ordenanças e milícias, de tão grande utilidade durante séculos, foi definitivamente extinto em 1834, por não merecer confiança dos liberais, e foi substituído por batalhões voluntários e nacionais, permeáveis à política, organizados e dissolvidos de acordo com a evolução da mesma e, por isso, também abandonados.⁷¹

A legislação de finais do século XIX frisa que as escolas destinadas a ministrar instrução às praças com o fim de as preparar com os conhecimentos indispensáveis para poderem ascender até oficial denominam-se Escolas Regimentais e Escolas Centrais de Sargentos⁷². O Ministro da Guerra por propostas dos comandantes e diretores, poderia permitir a abertura de cursos

⁶⁸ General Gabriel Augusto do Espírito Santo no seu texto da Conferência «**Vendas Novas e a Escola Prática de Artilharia: Uma Relação Duradoura e Feliz**» integrado no Ciclo de Conferências 150 Anos da Escola Prática de Artilharia.

⁶⁹ Fernando Pereira Marques, **Exército e Sociedade em Portugal, No declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo**, Regra do Jogo, 1981, p 46-47.

⁷⁰ Idem, p. 48

⁷¹ Silvino da Cruz Curado no seu texto da Conferência «**O Palácio das Passagens e o Polígono**» integrado no Ciclo de Conferências 150 Anos da Escola Prática de Artilharia.

⁷² OE nº 14 de 25 de agosto de 1896, 1ª série AHM.

mesmo que estes não constassem no regulamento. Seriam cursos diferentes dos das Escolas Regimentais, caberia ao comandante a escolha do mesmo.

As Escolas Regimentais compreendiam cursos para habilitação para primeiros cabos e cursos para habilitação para primeiros sargentos. Havia um diretor e dois professores para cada um dos cursos.⁷³

Relativamente aos cursos de habilitação para primeiros cabos (1º curso) compreendia uma parte geral e outra específica. A parte geral seria aprender a ler corretamente um livro impresso e outro manuscrito, noções de desenho linear no quadro preto, e em papel, como auxiliares para a caligrafia, escrever, de modo legível, trechos fáceis da seleta militar, ler e escrever números inteiros método prático de calcular, sistema métrico, preceitos que servem de base á educação moral civil, e á disciplina militar. Esta última parte era objeto de uma conferência semanal, a que assistia o diretor da escola.

O 2º curso para habilitação para primeiros sargentos, compreendia noções de gramática portuguesa, aritmética prática, noções práticas de geometria e de desenho linear, noções de geografia e história de Portugal, e de geografia física e política, noções essenciais á orientação de leitura de cartas, legislação e administração militar, noções gerais de higiene militar. Na artilharia compreendia ainda noções gerais de hipologia

O curso de habilitação para sargentos ajudantes constava de lições teóricas e práticas que compreendessem princípios de física indispensáveis á compreensão de regras de tiro, e ao conhecimento dos aparelhos de telegrafia e telefonia empregados no exército, elementos de topografia, elementos de arte militar elementos de fortificação resumo da história militar moderna e campanhas deste século em que tomou parte o exército português.

As lições práticas, acompanhariam quanto possível as lições teóricas e compreendiam, trabalhos topográficos no terreno e desenho topográfico, uso de aparelhos de telegrafia e telefonia empregados no exército, trabalhos de fortificação, resolução de problemas de serviço em campanha.

Para uso dos oficiais e das praças havia junto de cada Escola Regimental uma biblioteca de livros e jornais de ciências militares ou de outro ramo de conhecimentos que formem parte dos cursos regimentais da mesma escola.

⁷³ O diretor da Escola Regimental seria um capitão habilitado com curso de arma e nomeado pelo respetivo comandante geral por proposta do comandante do corpo. Na falta de capitão habilitado com o curso da arma seria nomeado o tenente mais antigo devidamente habilitado. Os diretores deveriam inspecionar o ensino, indagar sobre o aproveitamento dos alunos, progressos da instrução, propor a substituição dos professores, melhoramento da escola, verificar o estado do material, da biblioteca e conferir os registos escolares. Os professores tinham a responsabilidade do ensino e da disciplina nas aulas, trabalhos práticos e executavam os programas.

Na primeira metade do século XVIII, era frequente haver, oficiais que nem sabiam assinar o seu nome. O próprio conde de Lippe afirmava que os sargentos deveriam saber ler e escrever, porque os oficiais sendo fidalgos, na sua maioria poderiam não saber.

Em 1893 foi aprovado o regulamento do Curso de Promoção ao Posto de primeiro sargento, que instituiu recompensas para os melhores alunos. O prémio de 1ª classe consistia num diploma honorífico acompanhado por um brinde, geralmente um livro, ao passo que o prémio de 2ª classe consistia apenas no diploma. Estes diplomas honoríficos eram assinados pelo diretor do corpo ou estabelecimento militar onde o curso era ministrado.

O Curso de Promoção ao Posto de Primeiro Sargento era lecionado na Escola Prática da Arma, em Vendas Novas. Já homens feitos, os candidatos regressavam assim á condição de estudantes. As suas peripécias inspiraram deliciosas caricaturas e até a publicação de um pequeno jornal, para difusão restrita, recheado de humor e ilustrações satíricas⁷⁴.

Em 1911 pode ler-se «É pois mister que uma nação que seja ciosa do seu progresso e, conseqüentemente da sua independência procure organizar a sua força armada de forma a no momento do perigo, pode tirar dela o maior rendimento»⁷⁵.

Por tudo o que atrás referimos, constatamos que a EPA, procurou ao longo do tempo cumprir a sua missão formadora pela qual foi criada estando numa formação constante, sendo pioneira em termos dessa mesma formação tentando estar atualizada ao nível da prática artilheira.

A EPA, formou milhares de cidadãos, que foram também combatentes nos últimos conflitos em que Portugal participou, nos finais do século XIX e já no XXI. A Escola formou pessoal do Quadro permanente e contratados, formadores e instrutores, operacionais e pessoal de serviços, Quadros e Praças, pessoal de apoio e administrativos, na instrução geral, na especialidade e em cursos de formação e de qualificação, sempre desempenhando as exigentes funções da vida militar.

4.3-A criação de um Polígono de Tiro

Notava-se com o decorrer do tempo a falta de um campo permanente de instrução militar, em que os artilheiros adquirissem prática adequada às várias funções do serviço da Arma a que pertenciam.

Seria para os oficiais teórico-práticos o exercício experimental, e para os novos oficiais teóricos o complemento da sua habilitação adquirida em escolas superiores. Para os

⁷⁴ Pedro Soares Branco, **Exército Português memória ilustrada**, Edição Quimera, 2005, p. 78-79.

⁷⁵ OE N°11 de 26 de maio de 1911 1ª Série Arquivo EPA.

oficiais práticos seria a noção indispensável à falta de melhores conhecimentos, que de forma isolada não se podem alcançar, para os oficiais inferiores e mais praças, o necessário grau de instrução metódica que a todos habilitasse no perfeito desempenho de seus deveres, relativo ao serviço de campanha que exige a condição apta e simultânea no modo firme de combater, resistir e vencer⁷⁶.

A instrução prática dos bombardeiros era feita nas barreiras e para aqueles que as exigências do serviço das armadas chamavam para o mar, também a bordo dos navios de guerra.

Apercebemo-nos que durante o século XVII esta foi a forma que assumiu o ensino da prática da artilharia ao pessoal incumbido das bocas-de-fogo.

O século XVIII foi um século de progresso nesta modalidade da instrução. A organização em regimentos, com a respetiva militarização do pessoal de uma preparação profissional exigente e metódica, obrigou ao estabelecimento de campos de instrução nas vizinhanças dos quartéis com caráter provisório, especialmente depois da reorganização efetuada do conde Lippe.⁷⁷

Este era o sistema seguido em vários países da Europa, em França por exemplo. A instrução prática desde finais do século XVII fazia-se anualmente, com regularidade, para todo o corpo de artilharia, estabelecia-se o campo no começo da primavera e levantava-se no início do Inverno.

Em Portugal, no século XVIII os quatro regimentos formavam também campos de instrução na estação própria nas proximidades dos seus quartéis, onde as culturas o permitissem, e neles se entregavam a exercícios de fogo, de peça, de morteiro e de minas.

Por volta de 1832 pensou-se na criação de uma carreira de tiro para os diferentes regimentos da Arma em conjunto, escolhendo-se, para esse fim terreno nas proximidades do forte da Trafaria. Inicialmente, procurou-se ter um campo de experiências de bocas-de-fogo, mas começaram a concorrer contingentes dos diversos corpos da Arma para exercícios e como não havia nenhum edifício para quartel faziam uso do seu abarrancamento durante o período da instrução que decorria na primavera e parte do verão.

Em meados de 1839 o Ministro da Guerra Floriano Peixoto consultou o Comandante geral da Arma, o coronel António José da Silva Leão sobre o que conviria mais se estabelecer

⁷⁶ Manuel dos Reis e Costa, **Polygono de Artilharia de Vendas Novas**, in Revista Militar n° 7, de 15 de abril de 1861, vol. XIII, 1861, p. 216, AHM.

⁷⁷ Conde de Lippe foi um militar contratado pelo Marquês de Pombal, por indicação do rei de Inglaterra para comandante do exército. Foi nomeado marechal general dos exércitos, encarregando-se do governo de todas as armas e de todas as tropas de infantaria, cavalaria e artilharia e foi diretor geral de todas elas.

um Polígono onde concorressem contingentes dos quatro regimentos de artilharia para exercitarem, ou cada um ter um campo de instrução.

Refere-nos José Justino Teixeira Botelho que não havia ideias definidas a este respeito pois o Ministro da Guerra considerava não ser conveniente a formação do Polígono para instrução colectivamente porque o deslocamento de contingentes para exercícios seria dispendioso.

Deveria haver instrução nos corpos por um sistema uniforme completada por ensino experimental no campo mais próximo do quartel. Fazia excepção para o 1º Regimento de Artilharia cujos exercícios, deviam servir de norma aos dos outros regimentos e haviam de se realizar próximo à capital para poderem assistir o comandante geral, a comissão de estudos e os oficiais do Estado Maior da Arma e se poderem determinar velocidades iniciais, fazer experiências sobre dimensões de bocas-de-fogo⁷⁸.

Sobre este assunto refere-nos Manuel dos Reis Costa, «Não podemos ter um polígono para cada um dos corpos da nossa arma de artilharia; as razões são óbvias. Mas podemos possuir um vasto campo de instrução militar para todos eles, e até para todo o exército, principalmente para a mocidade estudiosa, que é a quem mais aproveita a aplicação da teoria á pratica».⁷⁹

Contudo, verificamos que desde 1854 se pensava na organização de um campo de instrução numa charneca próxima de Vendas Novas a qual reunia condições que para determinado fim como eram a existência nas suas vizinhanças de um vasto edifício⁸⁰ que poderia servir de quartel, a vastidão de terreno inculto, que dispensava grandes despesas de expropriação, e a proximidade de Lisboa, a que se achava ligado por boas vias de acesso.

Apesar de se reconhecer utilidade, nenhuma solução definitiva se tomava a este respeito no decurso de alguns anos, até que finalmente o Ministério da Guerra nomeou uma comissão a quem encarregou a imediata construção de um Polígono de Artilharia, determinando-lhe que tomasse como centro o Palácio Real em Vendas Novas, e que escolhesse nos quatro quadrantes e o mais próximo possível daquele edifício, o terreno que a todos os respetos fosse o mais apropriado ao fim a que se designava.⁸¹

Como já ficou expresso atrás, a Câmara aforou os terrenos em 1860. O terreno aforado situava-se nas herdades de Cuncos e da Ameira e tinha as seguintes delimitações; «Desde o

⁷⁸ José Justino Teixeira Botelho, **Novos subsídios para a história da artilharia portuguesa**, Lisboa, Comissão de História Militar, vol. II, 1944, 1948, p. 36.

⁷⁹ Manuel dos Reis e Costa, **Polygono de Artilheria de Vendas Novas**, in Revista Militar nº 7, de 15 de abril de 1861, vol. XIII, 1861, p. 322, AHM

⁸⁰ O edifício referido é o amplo Palácio onde atualmente se encontra instalada a EPA, mandado construir por D.João V em 1728.

⁸¹ Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o.Novo, A4 E5 78

ponto em que o caminho que vem do largo do Palácio e passa dentro da quinta de João Rebelo Ferreira, forma a sua junção com a estrada de Cuncos e da Ameira, até ao ponto em que a mesma estrada se bifurca mediram-se 1100 metros. A partir desse ponto mediram-se 2150 metros, voltando para oesnoroeste, em linha reta, mediram-se mais 1000 metros. Partindo deste ponto para sul sudoeste até que fica a par da chamada pirâmide da Ameira, mediram-se 875 metros. Seguindo para sudoeste até á quinta de João Rebelo mediram-se 1832 metros. Seguindo até ao ponto de partida, mediram-se 1290 metros. Assim, o perímetro do terreno era de 8287 metros⁸². O terreno foi posto à Praça através de editais.⁸³

Finalmente, em 25 de novembro de 1859 foi encarregue o Brigadeiro Carlos Maria de Caúla da direção geral dos trabalhos a executar no Palácio e no terreno destinado ao Polígono de artilharia, coadjuvado pelos majores Luís Augusto Rosiéres e António Ladislau da Costa Camarate.

A comissão após ter recebido as instruções, tratou de estudar detalhadamente os terrenos, dando preferência para a fundação do Polígono ao que ficava a norte da povoação pelo fato de ser o único ali que em que não havia terra cultivada, casa construída, nem estrada que intercetasse.

Para se auxiliar na medida e demarcação do terreno requisitou, e foram fornecidos em outubro de 1859, um 2º sargento, um cabo de esquadra e alguns soldados e poucos meses depois, estava o Polígono delineado, a sua vasta superfície extremada por cinco lados.

De seguida, tratou-se de requisitar mais força militar para empreender os trabalhos, pois a força ali existente foi aumentando com outros contingentes, compostos por praças até que em junho de 1860 veio um último reforço. Esta força pertencia ao primeiro regimento de Artilharia, que se denominava diligência em Vendas Novas e ficou aquartelada em quartos e dependências do Palácio e os anexos foram preparados e aumentados e transformaram-se num vasto quartel que de futuro se podiam alojar numerosas forças, que se destinassem a empreender operações de campanha simulada no campo do Polígono.

A comissão procurou desempenhar as funções para que foi designada, requisitou e recebeu do arsenal do exército camas completas, mobília, louça, lavatórios trem de cozinha etc, distribuindo aos recém-chegados aqueles artigos em perfeito estado de conservação e de asseio, bem como os respetivos alojamentos.

⁸² Ibidem. A4 E5 78

⁸³ A sua arrematação ocorreu em 10 de novembro de 1859, no Palácio Real da aldeia de Vendas Novas, pelo lanço de 50.000 réis com a condição do pagamento ser anual e pago a 15 de agosto e o aforador não podia trocar ou vender o terreno sem licença da Câmara, com pagamento do laudémio de quarentena.

Apercebemo-nos que as praças trabalhavam com empenho, procurando cumprir com as empreitadas e o maquinismo utilizado nos trabalhos era extremamente simples, além do vencimento diário havia gratificações extraordinárias.⁸⁴

Refere-nos ainda Manuel dos Reis Costa que todas as autoridades superiores que visitaram o Polígono nomeadamente o Rei D. Pedro V, o seu irmão o Infante D, João, alguns dos seus ministros, distintos funcionários do Estado que visitaram o Polígono aplaudiram a obra assim como a localidade onde este foi criado.⁸⁵

A notícia saiu em vários jornais, mas o «Jornal do Comércio» de 20 de outubro de 1860, transcrevia do Transtagano de Elvas a seguinte notícia:

«Ontem 15, pelo meio dia, chegou sua Majestade El-Rei D. Pedro V às Vendas Novas.(...) El- Rei vinha acompanhado por sua Alteza o Sr. Infante D. João e pelos Ministros do Reino, Guerra e Obras Públicas, além dos seus Ajudantes de Campo, Governador Civil de Lisboa, Inspetor do Arsenal do Exército, Ajudante d Ordens e mais empregados de sua Casa (...) Pelas duas horas da tarde foi Sua Majestade ao Polígono percorrendo todas as Baterias (...) examinando os tiros e ajuizando as pontarias (...)».⁸⁶

5-A Escola Prática de Artilharia na Actualidade

Por tudo o que já referimos em pontos anteriores concluímos que a EPA, continua a cumprir na atualidade, a missão para a qual foi criada, ou seja, a formação. Pensamos que procura responder a todos os desafios para os quais é solicitada, nunca descurando os seus grandes propósitos.

Refere-nos o Comandante da EPA, o Coronel Henrique Pereira dos Santos que em estreita ligação com a Formação, a Escola tem responsabilidades importantes no âmbito da produção doutrinária, em particular a de natureza técnica artilheira, bem como na investigação, estudo e desenvolvimento da Arma, constituindo-se assim como o mais importante pólo de saber nesta área tão complexa do Exército.

A Escola tem ainda responsabilidades no levantamento de encargos operacionais, através de uma Bateria de bocas-de-fogo, pertencente ao Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada de Intervenção e ainda a Bateria de Aquisição de Objetivos, subunidade de características únicas no Exército, integrando as suas Forças de Apoio geral.

⁸⁴ Manuel dos Reis e Costa, **Polygono de Artilharia de Vendas Novas**, in Revista Militar nº 7, de 15 de abril de 1861, vol. XIII, 1861, p. 216,217 e 218 AHM

⁸⁵ Idem p. 294

⁸⁶ António Borges Coelho e Gustavo Marques, **Vendas Novas História e Património**, Editor Câmara Municipal de Vendas Novas, 1991,p. 49

Verificamos que a Escola com estes meios, reforçados com militares e equipamentos, participa ainda em outras missões de interesse público, de auxílio á população fazendo face a situações de calamidade, servindo as populações.

Dialogando com o senhor Comandante apercebemo-nos que a par das suas atividades de formação e de natureza operacional, a Escola tem participado em acções de cooperação técnico-militar, em apoio dos países lusófonos, assim como com elementos individuais em Teatros de Operações no estrangeiro, incluindo o Kosovo, Timor e Afeganistão, sob os auspícios das organizações internacionais de que Portugal faz parte, contribuindo desta forma, para a resposta aos compromissos nacionais assumidos.

Não podemos deixar de referir as potencialidades que esta Escola dispõe nomeadamente um conjunto diversificado de equipamentos, dos mais modernos existentes no Exército nomeadamente na área da Aquisição de Objetivos, armamento, comando e controlo. Referimos como exemplo, os radares de localização de armas NA/TPQ-36, o radar de localização de alvos móveis RATAC_S, a estação metereológica automática Marwin, os modernos equipamentos de topografia, o obus 105 mm M119 Light Gun, o Sistema Automático de Comando e Controlo de Artilharia e os equipamentos de comunicações da família PRC-525.⁸⁷

Sublinhamos também o fato da Escola propiciar boas instalações, no dizer do Comandante, para as atividades de formação e treino, únicas no Exército português, incluindo o Polígono de tiro e o Centro de Simulação de Apoio de Fogos e Efeitos, instalações que são utilizadas como já referenciamos não só por militares pertencentes a esta Escola, como também do exterior, nomeadamente, Unidades de Fuzileiros, e elementos da Polícia Judiciária.

Contudo, mais importante que os equipamentos e as instalações, a Escola vale pelo pessoal experiente que possui, na qualidade da formação aqui ministrada, na multiplicidade de tarefas, na complexidade da gestão de uma estrutura desta natureza, e com grande escassez de meios humanos e financeiros assim como as reduções de especialistas em particular nas áreas de maior exigência ao nível das competências técnicas são fator de difícil resolução para o cumprimento da sua missão.

A nível externo existem preocupações, nomeadamente, no que se refere á previsível redução de efetivos e de recursos financeiros.

Salientamos as palavras do General Gabriel Augusto do Espírito Santo proferidas no seu discurso aquando da comemoração dos 150 anos da criação da EPA referindo que em Vendas Novas e na EPA se materializa-se a ligação do Exército à Nação, porque aqui o

⁸⁷ Estes equipamentos encontram-se ao serviço da EPA

exército permanece há cento e cinquenta anos, pois a EPA, é a mais antiga Escola Prática do Exército e foi-se ligando à população da aldeia, da vila e da cidade, ligação que na sua opinião deve continuar no futuro, naturalmente com uma ligação diferente do passado, pois a cidade hoje tem outras exigências diferentes.

Nas palavras do Comandante Henrique Pereira dos Santos, a EPA irá melhorar as suas atividades de formação, incluindo a componente doutrinária, através da investigação e desenvolvimento, do aperfeiçoamento dos recursos humanos e da disponibilização de melhores meios materiais e recursos financeiros, contando certamente com o apoio do Comando do Exército, mas também com outras Unidades militares, de forma particular as de Artilharia, com as forças locais, nomeadamente Instituições e Organizações, assim como os respetivos cidadãos

É intenção do Exército, de acordo com o Comandante da Escola, que esta deverá continuar a investir no aperfeiçoamento, preparando-se para o futuro aceitando desafios recentes, nomeadamente formação em comando e liderança, tecnologias de informação e simulação.

Capítulo II-O valor Patrimonial do Espaço Militar

1-O enquadramento do património militar no contexto das políticas patrimoniais atuais

A preocupação com a proteção de Património em Portugal remonta objetivamente a D. João V que, por Alvará régio de 20 de agosto de 1721, atribuiu à Academia Real da História Portuguesa Eclesiástica e Secular a providência para se conservarem os monumentos e objetos antigos, que podiam servir para ilustrar, e certificar a história do país. Podemos considerar que a partir daqui nasceu o sistema português de proteção do Património.

As preocupações com a salvaguarda do Património em Portugal têm sido muitas e foram sempre publicados documentos legislativos ao longo dos tempos.

Na Monarquia Liberal da segunda metade do século XIX pontificou o Conselho Superior dos Monumentos. Durante a Primeira República dominaram os Conselhos de Arte e Arqueologia. Sob a égide do Estado Novo a política de defesa e gestão do Património histórico assentou na Junta Nacional de Educação, que possuía uma rede de delegados concelhios. Na segunda República foi criado, em 1980, o Instituto Português do Património Cultural que em 1991 foi substituído pelo IPPAR, e mais tarde pelo IGESPAR⁸⁸.

São diversas as Cartas⁸⁹, Convenções, Recomendações e Declarações⁹⁰ publicadas no âmbito da UNESCO, que referem a responsabilidade dos Estados na salvaguarda do seu Património Cultural, que se materializa na adoção de medidas legislativas, financeiras e de criação de estruturas para a concretização das ações de manutenção, de conservação, ou de restauro necessárias a esse fim. Estas ações de conservação poderão ser contratadas com empresas qualificadas, se não existirem estruturas próprias no país.

Sabemos que, em Portugal, a conservação e manutenção devem ter um carácter permanente, embora a manutenção seja atribuição da entidade utilizadora, enquanto a conservação se situa no âmbito da responsabilidade do Estado⁹¹. Também a Lei 13/85 de 6 de

⁸⁸ Portaria nº 376/2007 de 30 de março.

⁸⁹ As Cartas de Atenas e de Veneza foram documentos fundamentais que vão sendo alargadas com as restantes, que vão para além da conservação e do restauro, por exemplo a de Amesterdão foi pensada em termos Europeus, a de Nairobi, foi pensada em termos de Património da Humanidade.

⁹⁰ Referimos a Declaração de Dresden de 1982 que se debruça na tarefa do desenvolvimento social depois da guerra nomeadamente a reconstrução de cidades e vilas. Os monumentos existentes foram harmoniosamente complementados por novas obras de arquitetura, respeitando e valorizando conjuntos urbanos típicos incluindo a sua envolvente natural. Foi dada ênfase à procura da preservação da substância original do monumento.

⁹¹ Lei nº 13/85 de 6 de julho.

julho mantém alguma continuidade relativamente ao enquadramento jurídico anterior e incorpora novas conceções e filosofias que têm vindo a ser expressas pelas instâncias internacionais, sobretudo pela UNESCO e pelo Conselho da Europa, sobre a Salvaguarda e Valorização do Património Cultural.

Em 1991, Portugal aderiu à Convenção para a Salvaguarda do Património da Europa, que havia sido elaborada em 1985. A par do interesse artístico, histórico e arqueológico que cobria a legislação portuguesa até à década de sessenta, vemos agora emergir interesses científicos, sociais e técnicos.

Em 1998, foi publicado o Decreto sobre Projetos de Arquitetura da exclusiva responsabilidade dos arquitetos em imóveis classificados e, em 1999, foi publicada a Lei que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias locais.⁹²

Também conforme determina a Constituição da República Portuguesa, incumbe, designadamente, ao Estado, garantir a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico⁹³; também o Artº 4 da Lei 107/01 de 8 de setembro nos refere que o Estado e as Autarquias podem contratualizar outras entidades interessadas na preservação e valorização dos bens culturais, tornando-os elementos vivificadores da identidade cultural. Esta Lei estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e democratização da cultura. A mesma Lei alargou a responsabilidade e o dever de preservação, defesa e valorização do Património Cultural a todos os cidadãos. Estabelece também que o Estado deverá promover as medidas necessárias e indispensáveis a uma ação permanente e consertada de levantamento, estudo, proteção, valorização dos bens culturais, sendo que o poder público deve criar incentivos, nomeadamente, ao nível do mecenato. A existência de legislação é importante para a conservação dos «*os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial proteção e valorização*»⁹⁴.

Compete ao Estado central e às Autarquias locais, uma política no domínio da protecção e valorização do Património Cultural, uma vez que os testemunhos materiais fundamentam a memória do país e das regiões.

De acordo com diversas Cartas, Convenções e Recomendações internacionais que visam a proteção do Património arquitetónico, urbanístico e paisagístico deve-se proceder a

⁹² Lei nº 159/99 de 14 de setembro

⁹³ Artº 161º alínea c) da Constituição da República Portuguesa

⁹⁴ Diário da República – I Série - A, Lei de Bases do Património Cultural Português nº107/2001 de 8 de setembro, artigo 2º, nº1.

uma ação de salvaguarda e valorização do Património Cultural e alargar a consciência pública sobre a importância da proteção e valorização patrimonial. Segundo a Carta de Cracóvia «*a soma das características substanciais, historicamente determinadas: do original até ao estado atual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo*»⁹⁵, logo qualquer edifício histórico é possuidor de uma identidade própria que o caracteriza e diferencia enquanto Património Cultural.

Devemos reforçar cada vez mais a ideia de que o Património arquitectónico-urbanístico e paisagístico pode ser um fator de distinção, de identidade individual e coletiva e deve contribuir para o desenvolvimento de determinada região.

O Património Cultural diz respeito a todos, portanto, a sua proteção não é, nem pode ser, um domínio que diga respeito exclusivamente ao Estado apesar deste «*assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá a gerações num percurso civilizacional singular*»⁹⁶. Também nos apercebemos que ao longo dos tempos houve a preocupação em criar formas de apoiar financeiramente o Património⁹⁷.

Também algumas entidades, nomeadamente o IHRU, o ICOMOS e o IGESPAR⁹⁸, por força das suas atribuições, nos domínios da salvaguarda e valorização do Património arquitetónico, são detentoras de conhecimentos específicos e de experiência técnico-científica, de metodologias e instrumentos especializados de identificação, documentação e divulgação de Património arquitetónico, urbanístico e paisagístico, que importa disponibilizar junto dos agentes e utilizadores desse Património.

2-Os vestígios patrimoniais do antigo Palácio

Os vestígios patrimoniais do antigo Palácio existentes atualmente são significativos, pois após a ocupação do Palácio pela EPA, o edifício foi conservado por esta Instituição. Referimo-nos às salas e salões, às pinturas existentes nos tetos do Palácio, relativamente às quais, apesar de algumas se encontrarem repintadas e outras bastante degradadas, a Instituição tem demonstrado interesse na sua preservação.

Relativamente à Capela Real, também designada Igreja de Santo António, em 1957 deu-se início ao processo de aquisição pelo Estado⁹⁹, com todo o seu recheio, incluindo as

⁹⁵ Carta de Cracóvia de 2000.

⁹⁶ Diário da República – I Série - A, Lei de Bases do Património Cultural Português nº107/2001 de 8 de setembro, artigo 3º, nº1.

⁹⁷ Referimos o Decreto –Lei 138/2009 em que foi criado um Fundo de Salvaguarda do Património.

⁹⁸ Pelo Decreto –Lei 115/2012 de 25 de maio, as atribuições do IGESPAR passaram para a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

⁹⁹ Escritura celebrada em 30 de dezembro de 1957, DIE, Tombo Militar nº1, Processo nº 10, Caixa 3

alfaias litúrgicas e quadros, sendo que houve problemas na transmissão do imóvel, porque nem todos os bens que constavam no arrolamento inicial se encontravam na igreja. Embora fizesse parte do Palácio, pertencia à paróquia de Vendas Novas¹⁰⁰, mas como já não acomodava de forma adequada a população, houve necessidade de construir uma nova igreja. Assim, a Capela Real passou para tutela da EPA¹⁰¹, e é portadora de uma riqueza patrimonial importante que faz parte do espólio da Unidade¹⁰². **(Anexo nº II)**.

Segundo o Professor Borges Coelho, as pinturas que ornamentam as abóbodas da nave e altar-mor provavelmente serão de origem italiana, pois são muito ao gosto de D. João V. O altar-mor, também bastante rico, tem um retábulo que, na opinião do mesmo Autor, será de Pedro Alexandrino¹⁰³.

No batistério existe uma imagem de S. Sebastião proveniente da antiga matriz de S. Fernando. No Oratório Privado das Altezas Reais encontra-se a Imagem de Nossa Senhora das Dores e a imagem de Cristo Morto.

Na sacristia, para além do lambrim de azulejos do século XVIII, há um retábulo de madeira pintada que envolve uma tela de Santa Bárbara e S. Francisco de Paula que, segundo Túlio Espanca, é do século XVIII¹⁰⁴, mas a Pia Batismal é Manuelina.

Devido ao fato da EPA possuir bastante Património móvel (material de Artilharia), foi criado em 1978 um Museu da Arma nas instalações da EPA. O Museu é a principal infraestrutura museológica de divulgação da Cultura Militar no âmbito da Artilharia de Campanha a nível local e regional, sendo visitado anualmente por um elevado número de entidades militares e civis, por escolas, turistas e outros visitantes. É também um espaço com características para despertar interesse nos jovens pela Instituição Militar, numa época em que

¹⁰⁰ Comissão Fabriqueira da Fábrica da Igreja Paroquial de Vendas Novas, DIE, Tombo Militar nº 1, Processo nº 10 Caixa 3.

¹⁰¹ Ficou afeta à EPA em 16/02/1961, cuja retificação foi efetuada na Repartição de Finanças de Vendas Novas em 29/05/1970, tendo como escriturário Baltazar António Damas, testemunhas Manuel José Martins e Maria Salomé Prata F. C. Pinote, como representante do Exército o Capelão Armando Batista Silva e o Pároco de S. António Padre José Maria Dias, DIE, Tombo Militar nº 1, Processo nº 10 Caixa 3.

¹⁰² Túlio Espanca no Inventário Artístico de Portugal, vol. II, p. 447, refere-nos que a Capela Real é portadora de riqueza patrimonial nomeadamente pinturas em azulejos, pinturas em óleo sobre tela e arte sacra. Os lustres são barrocos e toda a Capela é portadora de um lambrim constituído por diferentes painéis. Partindo da entrada, observamos uma série de painéis em que figuram S. Paulo, Santa Bárbara, S. João de Deus e S. Jerónimo. Continuando o percurso está nova série, representando os cinco Mistérios Gozosos (Anunciação, Conceção, Nascimento, Apresentação no Templo e Jesus e os doutores). No presbitério, passado o arco triunfal temos S. António e o Milagre da Mulinha. Em frente na parede do lado da Epístola, S. António Falando aos Peixes. Novamente na nave, na parede do lado da Epístola temos a série de quatro Mistérios Dolorosos (Jesus no horto, Flagelação, Coroação de espinhos e o Calvário).

¹⁰³ Borges Coelho em Vendas Novas-História e Património, p. 128 refere-nos que a parede do fundo deste altar está quase totalmente ocupada por um austero retábulo em estilo compósito, de talha dourada, enquadrando a bela pintura sobre tela, representando a Assunção da Virgem, cercada de anjos, tendo a seus pés, como orantes, Santo António, S. Martinho de Dume, e S. João de Deus. Destaca-se ainda uma imagem em madeira estufada de Nossa Senhora da Conceição obra do final do século XVII, e a imagem de santeiro representando Santa Bárbara padroeira da Artilharia.

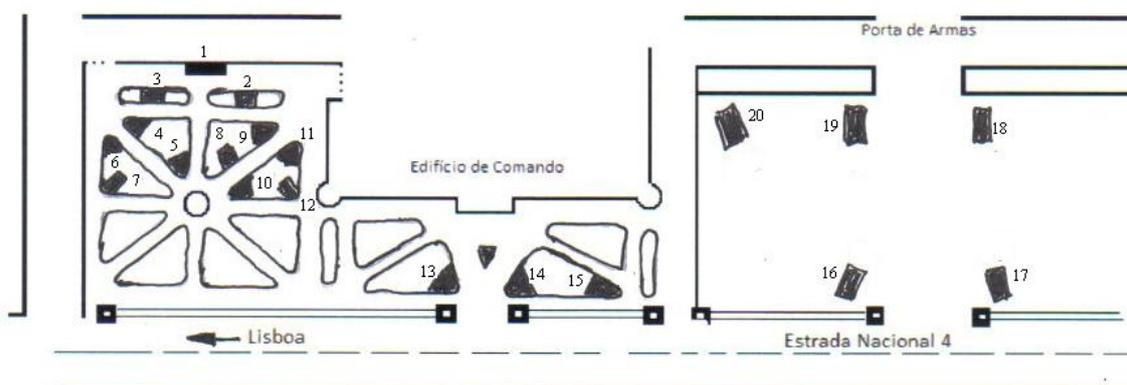
¹⁰⁴ Túlio Espanca no Inventário Artístico de Portugal, vol. II, p. 448

se procura atraí-los para a prestação de serviço em Regime de Voluntariado e em Regime de Contrato (RV/RC).

O objectivo do Comando da Escola foi criar um espaço representativo da evolução dos materiais da Arma de Artilharia com a finalidade de preservar o seu Património.

Assim, em 1978 organizou-se o Museu da Arma ao ar livre, com o objetivo de figurarem algumas bocas-de-fogo que serviram a EPA desde a data da sua fundação. Com esse fim procedeu-se à instalação de plataformas adequadas no jardim para a instalação das mesmas, assim como a arranjos acessórios, nomeadamente, pinturas e outras obras necessárias de modo a tornarem possível a instalação e a disposição do material, determinada pela sua ordem cronológica. As bocas-de-fogo foram escalonadas pela ordem de entrada ao serviço do Exército Português e o material de montanha, manteve-se todo junto para melhor compreensão da sua evolução. (Fig.13)

Fig.13-Planta do Museu ao ar livre



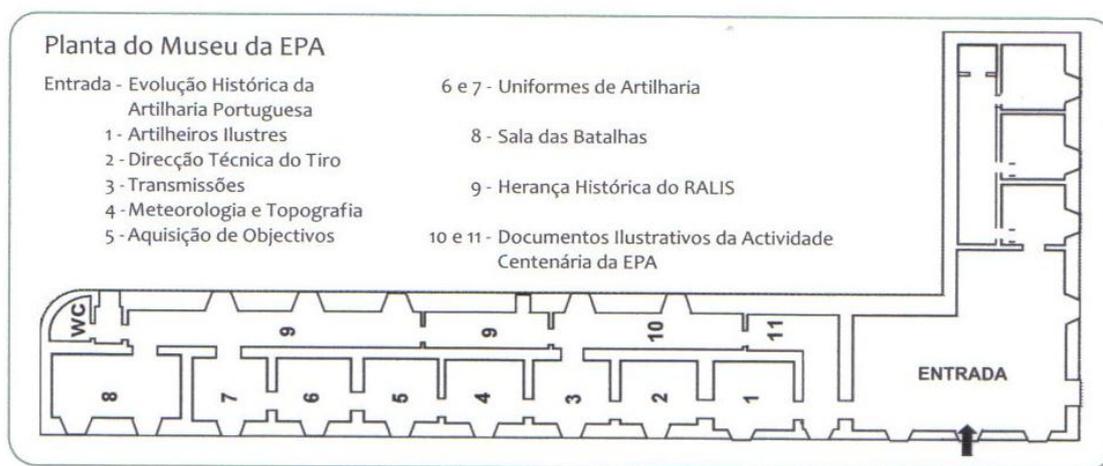
- 1-Monumento aos mortos da I Grande Guerra
 - 2-Obús 8,8 cm m/946
 - 3-Carro de munições do Obús 8,8 cm m/946
 - 4-Morteiro de Praça 15 cm m/96
 - 5-Peça 7,5 cm TR m/904-906
 - 6-Peça 9 cm MK m/1878
 - 7-MorteiroFLSP 30 cm m/1857
 - 9-Obús M7,5 cm /18 m/940
 - 10-Peça A 7,5 cm TR m/904-90
 - 11-Obús 15 cm TR/918
 - 12-Peça 7 cm TR m/906/911
 - 13-Obús R 10,5 cm m/41
 - 14- Obús K 10,5 cm/28 m/41
 - 15-Obús 11,4 cm m/46
 - 16-Obús K 15 cm / 30m/ 941
 - 17- Obús K 15 cm / 30m/ 941
 - 18-Obús 14 cm m/943
 - 19- Obús 11,4 cm m/946
 - 20-Obús 8,8cm Autopropulsado m/54
- Fonte: Arquivo da EPA

Seguidamente, procedeu-se à organização de um espaço nas antigas residências de oficiais, contíguas à EPA, para exposição de todo um importante espólio patrimonial. Compreendia inicialmente quatro salas e uma galeria com material diferenciado, onde se

encontram expostos objetos que adiante descreveremos e que fizeram parte da História da Artilharia Portuguesa desde 1832 até à criação da EPA em 1861. A parte interior do Museu foi inaugurada a 4 dezembro de 1992, e está sob a tutela da EPA e encontra-se aberto ao público.

Em novembro de 1998 foi elaborada uma proposta de ampliação do museu, que conta hoje com salas, galerias e um auditório convertível em sala de exposições temporárias, num total de onze salas. (Fig.14)

Fig.14- Planta interior do Museu



Fonte: Arquivo da EPA

O hall de entrada do Museu faz-se referência ao historial da Artilharia Portuguesa¹⁰⁵.

Na sala um, designada de Artilheiros Ilustres Portugueses e Estrangeiros e respetivo acervo, estão representadas personalidades que se distinguiram ao longo das suas vidas pelas atividades em prol da artilharia portuguesa, quer por feitos em combate e/ou sua atividade intelectual, nomeadamente D.João II, D.Pedro V, Jacinto Reis Fisher, Bernardo Faria, Carlos Maria de Caula e Eugénio Castro Bilstein de Meneses. Nas salas dois e três, Salas de Direcção Técnica do Tiro e Equipamento de Transmissões, podemos observar Património militar que reflete o rigor técnico necessário a empregar de forma correta na Artilharia de Campanha¹⁰⁶. A sala quatro, sala de Topografia e Meteorologia, podemos observar instrumentos usados para recolher informação meteorológica e topográfica necessária para

¹⁰⁵ Neste espaço podemos observar reproduções de documentos e gravuras que constituem etapas fundamentais dessa história nomeadamente, Crónica de D. Fernando, tapeçarias da conquista de Arzila, livro do segundo cerco de Diu e tratados de Artilharia assim com exemplares que mostram a evolução das bocas-de-fogo e dos seus projéteis. Esta sala termina com alguns elementos que fazem referência a D. Pedro V e ao Brigadeiro Carlos Maria de Caúla, obreiros da EPA.

¹⁰⁶ Para maior detalhe podemos observar tabelas, réguas de cálculo, equipamentos de transmissões utilizados para assegurar a ligação entre os elementos da Equipa do Tiro de Artilharia de Campanha (Observador Avançado), Posto Central de Tiro e Armas e Munições), e também para possibilitar ao Comandante os meios necessários para exercer o Comando e Controlo da sua Unidade.

umentar a precisão no cálculo dos elementos de tiro¹⁰⁷. A sala cinco, ainda com materiais de Topografia e Meteorologia e fotografias da estação meteorológica automática Marwin e do Pelotão de Aquisição de Objetivos que é uma Unidade, é aquela em que está concentrado o equipamento mais moderno disponível em Portugal para recolher informação necessária a uma Brigada Independente, e também para detetar, localizar e identificar alvos móveis e armas de tiro indireto, tais como morteiros e obuses de artilharia. As salas seis e sete são Salas de Uniformes, com exemplares do Exército Português desde a reorganização efetuada pelo Conde de Lippe¹⁰⁸.

Lembremos que, como consequência do dia um de dezembro de 1640 e em resultado da imediata criação do Conselho de Guerra, surge o primeiro Exército permanente de Portugal, constituído por três escalões: o exército de linha, as tropas auxiliares e milícias e as ordenanças. Com a criação deste Exército permanente surgiram preocupações com o fardamento, visando criar uma massa uniforme que transmitisse poder militar e intimidasse o inimigo¹⁰⁹.(Anexo nº III) Efetivamente, não podemos descurar o importante Património de uniformes que se encontram neste Museu e que trajaram as gerações de Artilheiros que nos antecederam uma vez que estes dispuseram desde o século XVIII de uniformes distintivos,

¹⁰⁷ No campo específico da Artilharia a meteorologia abrange as técnicas e procedimentos utilizados para determinar as condições atmosféricas correntes e os seus efeitos nos projéteis de Artilharia. Podemos observar instrumentos meteorológicos como barógrafos, psicómetro, termómetro Bendix, anemómetro de campanha, radiossondas, bússolas e tiodolitos.

¹⁰⁸ Referimos um exemplar do uniforme de praça- soldado do Regimento do Alentejo, decorre do Plano de Uniforme de 1762 estabelecido por Alvará de 24 de março de 1764. O modelo apresenta casaco e calça em cor azul, gola e vestia pretos, forro encarnado e botões dourados. Merece referência o tricórneo que substituiu o chapéu de abas largas Um modelo de uniforme da cabo do Plano de 1806, Alvará de 19 de maio de 1906, apresenta como característica a barretina, casaca com abas curtas abetoada ao centro, calças justas à perna, cor azul ferrete no inverno e brancas no verão. Um exemplar de uniforme de oficial que decorre do Plano de 1848, Decreto de 25 de setembro de 1848, de influência francesa com uma particularidade, as calças serem de cor mescla com uma lista encarnada ao longo das costuras exteriores. Um uniforme de polícia de sargento relacionado com o Plano de 1856, Decreto de 31 de março de 1856, o casaco é de cor azul ferrete abotoado com oito botões grandes de metal amarelo, a calça é de cor acinzentada claro. Um exemplar de uniforme de Polícia de soldado, decorre do Plano de 1885, Decreto de 1 de outubro de 1885, uniforme de influência prussiana que se verificava na Europa. Calças de cor mescla escura têm nas costuras uma lista encarnada (oficiais tinham duas), casaco azul ferrete abotoado com oito botões. Um exemplar de uniforme de passeio de oficial do Plano de 1892, Decreto 10 de setembro de 1892. O modelo reflete a adaptação às campanhas que o exército português se vê envolvido em Angola e Moçambique. É abandonado o estilo europeu, adotado desde 1834, fundamentalmente por razões económicas. Um exemplar de campanha de soldado do Plano de 1911, Decreto de 7 de agosto de 1911. Farda de cor cinzento, em substituição do azul ferrete que vigorava desde o Conde de Lippe. Um exemplar de uniforme nº2 de passeio de sargento, Plano de 1920, Decreto de 22 de maio de 1920. Cor azul ferrete, reservado a sargentos e oficiais. Um exemplar de pequeno uniforme de oficial, Plano de 1933, regulamento de uniformes de 18 de maio de 1933. Cor acinzentada com vermelho na gola e seis botões dourados. Um exemplar de uniforme nº1 de oficial (Grande uniforme e peça de Oficial), Plano de uniformes de 1945, Decreto de 11 de dezembro de 1948. Adota modelos semelhantes aos modelos do exército alemão: casaco azul ferrete e calça mescla azul. Dois exemplares de uniforme de Campanha nº2, resulta do plano de 1961, Decreto de 29 de setembro de 1960. Um em cor caqui e outro camuflado de influência francesa. Um exemplar de uniforme nº1, decorrente do Regulamento de Uniformes do Exército (RUE) de 1994. Oferta do General Gabriel Augusto Espírito Santo que serviu a EPA e desempenhou funções de CEME e CEMGFA.

¹⁰⁹ Fernando Pereira Marques, **Exército e Sociedade em Portugal, No declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo**, Regra do Jogo, p. 26.

cuja forma e cor caracterizavam o trajar dos militares em cada época, assim como os adornos, nomeadamente as barretinas, bonés capacetes e armas.

No Museu, este espólio encontra-se devidamente documentado de forma a serem distinguidos os postos e os regimentos de cada Artilheiro¹¹⁰ num total de dezasseis uniformes, dos quais nove são uniformes completos, seis são apenas uniformes de casacos e um uniforme de gabardine. (**Anexo nº IV**)

A sala oito, Sala das Batalhas, contem documentação alusiva às batalhas em que os artilheiros participaram¹¹¹. A sala nove é designada por Herança Histórica do RALIS¹¹². Nesta sala podemos observar um acervo diversificado composto por documentos, gravuras e fotos diversas, tais como uma planta do Porto de Lisboa e costas vizinhas de 1756, o documento com a criação do Regimento de Artilharia da Corte, o Alvará da formação do RALIS, a relação dos oficiais do CEP mortos em combate em França em 1717 e 1718, Alvarás e diplomas de condecorações atribuídas ao Regimento, equipamento individual como capacetes e marmitas, guião da bateria de D.João de Castro, o último Guião e a última Ordem de Serviço do Regimento. As salas dez e onze são denominadas de EPA Escola Centenária. Nelas estão expostos documentos ilustrativos da atividade centenária desta Escola que se tornou a “Casa Mãe” de todos os Artilheiros Portugueses.

Consideramos que a EPA é possuidora de Património próprio e de bens patrimoniais que ao longo do tempo foi herdando e que tem conseguido preservar com dignidade. A EPA herdou Património Histórico do Grupo Misto Independente de Artilharia de Montada Nº 14 de Portalegre¹¹³. É também a fiel Depositária das seguintes Unidades de Artilharia: pela OE anterior. Regimento de Artilharia e Marinha do Reino do Algarve 1763 Lagos, Regimento de Artilharia de Elvas 1834, Regimento de Artilharia 2 1834 Faro, Regimento de Artilharia 2 de Montada 1864 Torres Novas-Lisboa, Regimento de Artilharia 2 1868 Lisboa, Regimento de Artilharia 2 de Montada 1884 Torres Novas-Lisboa, Regimento de Artilharia de Guarnição 5-1901 Elvas, Grupo de Artilharia a Cavalos 1 1938 Estremoz, Regimento de Artilharia 6 1948

¹¹⁰ Pedro Soares Branco **Exército Português memória ilustrada**, Edições Quimera, 2005. Refere o autor que partir do séc. XVII a maioria dos estados europeus começou a instituir uma certa uniformidade na maneira de trajar dos seus exércitos. Com o passar dos anos, as cores dos uniformes foram-se convertendo em distintivos nacionais com predomínio do branco e cinzento nos países católicos, e do azul escuro, verde e encarnado, nos países protestantes. Portugal adotou inicialmente a cor alvadia, mas passou de forma gradual a usar o azul ferrete, instituída em 1764 pelo conde de Lippe. Esta cor foi consagrada no Plano de uniformes de 1806 e dominou todo o séc. XIX e início do séc.XX, apesar de alguns corpos de Caçadores a pé terem usado com mais frequência uniformes cor de pinhão.

¹¹¹ Nesta sala estão representadas as análises de quatro grandes batalhas: 1471-Tomada de Arzila; 1546-Segundo Cerco de Diu; 1659-Cerco de Elvas; 1918-Batalha de La Lys.

¹¹² RALIS (Regimento de Artilharia de Lisboa), teve a sua origem no Regimento de Artilharia da Corte, fundado em 1792, tendo sido extinto em 1993.

¹¹³ OE Nº3 de 31 de março de 1991 Arquivo da EPA.

Santarém, Regimento de Artilharia de Lisboa¹¹⁴. A EPA recebeu também várias condecorações, nomeadamente, Grande Oficial da Ordem Militar de Cristo¹¹⁵. Medalha de Ouro de Serviços Distintos¹¹⁶ e Membro Honorário da Ordem da Liberdade¹¹⁷ e herdou do Grupo Misto Independente de Artilharia de Montada 14 de Portalegre as condecorações de Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito¹¹⁸ e Cruz de Guerra de 1ª Classe¹¹⁹.

Recebeu ainda a Medalha de Ouro da Cidade a 4 de dezembro de 2004 atribuída pela Câmara Municipal de Vendas Novas. Por tudo o que acabámos de referenciar, a EPA é possuidora de numerosos bens com valor patrimonial e tem conseguido preservá-los. Encara mesmo de forma positiva a classificação da EPA como Monumento de interesse Público sendo igualmente favorável à ZEP¹²⁰.

3-Património construído durante a vigência da Escola Prática de Artilharia

D. Maria II ordenou a entrega do Palácio ao Ministério da Fazenda em 1853 e em 1857 este terá passado para tutela do Ministério da Guerra, tendo-se iniciado os trabalhos de preparação para a instalação da EPA que ficaram concluídos em 1861.

O edifício existente era, segundo as *Memórias Paroquiais* de 1758 e de acordo com a descrição do padre André Gomes Gallego, um Palácio, dois grandes pátios ou picadeiros e uma grande cavalaria que acomodava mais de duzentos cavalos¹²¹.

O Palácio apresentava extensa e austera fachada de três corpos, articulada com dois corpos perpendiculares nos topos. O corpo central, destacado, apresentava uma aparatosa porta real, já desaparecida, de acesso ao grande vestíbulo central, coberto com abóboda decorada por pinturas de onde partia a escadaria, posteriormente substituída. Nos corpos

¹¹⁴ Despacho de 21 de abril/1993 do GENVCEME.

¹¹⁵ OE Nº 8, 2ª Série de 29 de maio de 1939 Arquivo da EPA.

¹¹⁶ Decreto de 5 de novembro 1984- OE Nº 10, 2ª Série de 15 de maio /1985.

¹¹⁷ Alvará de 25 de abril de 1999, DR nº 138, 2ª Série, de 16 de junho de 1999.

¹¹⁸ Atribuída à 2ª Bateria /Destacamento do Cuamato do Grupo de Artilharia de Montanha, pelos feitos em Angola 1914/15, na Campanha do Cuamato (Portaria de 24 de março 1923- OE Nº 6, 2ª Série de 31 de março 1923).

¹¹⁹ Atribuída ao Regimento de Artilharia de Montanha pela sua intervenção nas campanhas de África 1914/15 (Decreto 6205 de 7 de maio /1921- OE Nº 9, 2ª Série de 31 de maio 1921).

¹²⁰ Foi apresentada uma Proposta de classificação do imóvel por parte de um particular em 27 de fevereiro de 2002- Proposta de classificação pela EPA em 1 de outubro de 2002, -Proposta de classificação pelo IPPAR/DRÉvora em 10 de março de 2006- despacho de abertura da Vice-Presidente IPPAR determinando abertura do processo para eventual classificação como IIP- Imóvel de Interesse Público do (conjunto Palácio Real de D. João V e Capela Real); 2008, 18 de julho- Proposta da DRCA lentejo para a classificação como IIP – Imóvel de Interesse Público e de ZEP; 5 de setembro de 2008, -nova Proposta de ZEP pela DRCA lentejo; 5 de dezembro de 2011- Parecer da SPAA do Conselho Nacional de Cultura a propor a classificação como MIP- Monumento de Interesse Público e favorável à ZEP.

¹²¹ Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Memórias Paroquiais de 1758 de Santo António das Vendas*, vol. 39, Memória 125, p. 711-716, microfilme 587.

laterais encontravam-se as câmaras de el-rei e da rainha, com quartos, gabinetes, oratórios e mais aposentos. (Fig. 15)

Fig.15-Palácio Real de Vendas Novas



Fonte: Arquivo da EPA

Após a passagem a EPA, foram instaladas no Palácio as casernas dos praças, instalações para alojamento para oficiais e sargentos, secretarias e biblioteca, messe de oficiais, instalação de tropas e guarda de materiais.

O Palácio Real de Vendas Novas e os seus Anexos¹²² constituem o Prédio Militar 1, formado por um vasto edifício por dois pavimentos. O Polígono de Artilharia constitui o Prédio Militar 2 e a Nascente da Casa da Água e da Casa da Máquina elevatória¹²³ situa-se o Prédio Militar 3. (**Anexo nº V**)

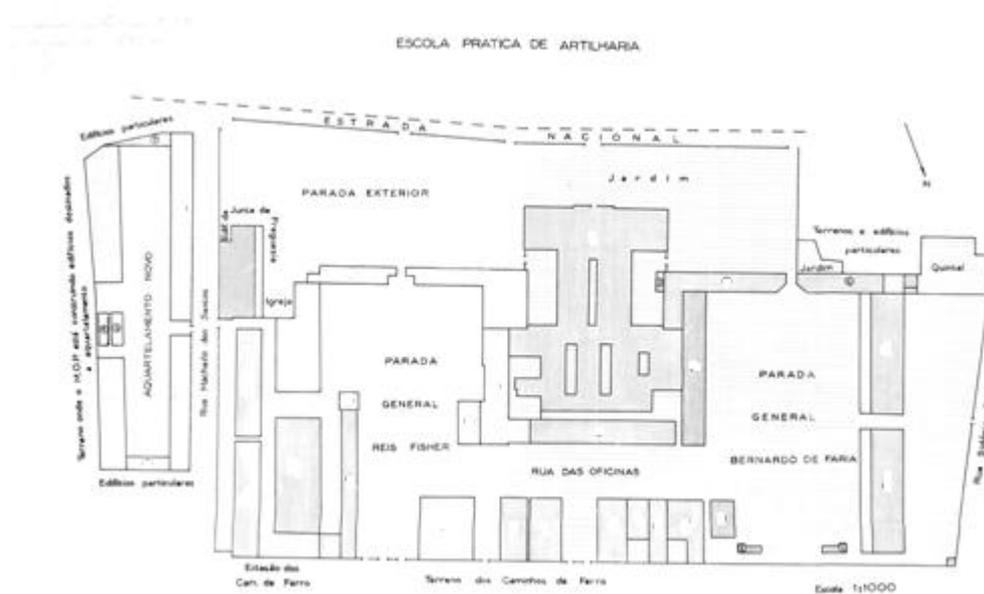
Devido ao terramoto de 1755, verificaram-se danos no telhado, rachas nas paredes e destruição de pinturas; posteriormente, com os incêndios de 1880 e de 1908, ardeu uma das alas do Palácio que não tinha sido terminada a tempo e fora construída em madeira. Em 1908 terão começado as obras de reconstrução em alvenaria que têm sofrido remodelações ao longo dos tempos¹²⁴, nomeadamente as Paradas e instalações para pessoal e materiais¹²⁵. (Fig. 16)

¹²² Caderneta Predial Urbana, matriz cadastral, Artigo 2479, DIE.

¹²³ Vulgarmente é conhecida por Casa da Mina, situa-se acerca de 500m a sul do PM 1. Está desocupada e fora de funcionamento. Deste prédio apenas existem as dependências e muros circundantes em situação de ruínas.

¹²⁴ Nota informativa da Direção da Arma de Engenharia 3ª Repartição (DIE).

Fig.16-Paradas General Bernardo de Faria e General Reis Fisher



Fonte: Direção de Infraestruturas do Exército

Em 1941 é criada a Comissão Administrativa das Novas Instalações para o Exército (CANIE)¹²⁶, que inicia a sua atividade em 1945. Assim, dentro da sua atividade iniciaram-se obras, e também melhoramentos e ampliações de instalações existentes¹²⁷.

Constatámos também que foram construídas quinze moradias de rés-de-chão para oficiais e uma para o Comandante da Unidade, bem como arranjos nas Paradas General Bernardo Faria¹²⁸ e General Reis Fisher¹²⁹. **(Anexo nº VI)**

Sempre que necessário a EPA foi procedendo a ampliações ou reparações e beneficiações nas instalações dos militares¹³⁰.

¹²⁵ Muitas obras construídas antes da criação da Comissão Administrativa das Novas Instalações para o Exército não existem dados (DIE).

¹²⁶ DecretoLei nº 31.272 de 17 de maio de 1941, criou a Comissão Administrativa das Novas Instalações para o Exército (CANIE).

¹²⁷ Em 23/03/1953 foi entregue a obra nº1902/52– reparação do telhado da caserna da bateria de depósito e em 11/06/1953 a Sala de tiro e observação obra nº1915/52, e de um paiol para munições de artilharia obra nº1990/52 e em 05/04/1953 reparação dos pavimentos e caixilharias de diversas dependências obra nº1900/52. Em 1954 iniciou-se a construção de dois barracões para alojamento de milicianos, dispostos ao longo da rua da Estação deixando entre eles um intervalo vedado por um muro com portão de ferro.

¹²⁸ Bernardo Faria, (General), foi nomeado durante I Guerra Mundial, Comandante da 1ª Divisão do Corpo Expedicionário Português. Prestou serviço na EPA, onde foi classificado como Oficial distinto.

¹²⁹ Jacinto Reis Fisher, (General), Comandante da EPA de 23 de março1916 a 1 de abril de 1926. Foi fundador e 1º Provedor da Misericórdia de Vendas Novas. Em 1925 foi presidente da Comissão Pró-melhoramento de Vendas Novas que se desdobrou em duas ambas presididas por ele. Uma para a criação do Concelho de Vendas Novas e a outra Comissão Promotora da Fundação dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas. Em 23 de março de1926 fundou a Associação Humanitária dos Bombeiros de Vendas Novas da qual foi presidente.

¹³⁰ Em1953 obras de ampliação da caserna para cadetes e em 1958 deu-se início a reparação dos telhados e diversas obras pelos Serviços de Construção e Conservação e pela CANIE construção do refeitório para cadetes e sargentos milicianos.

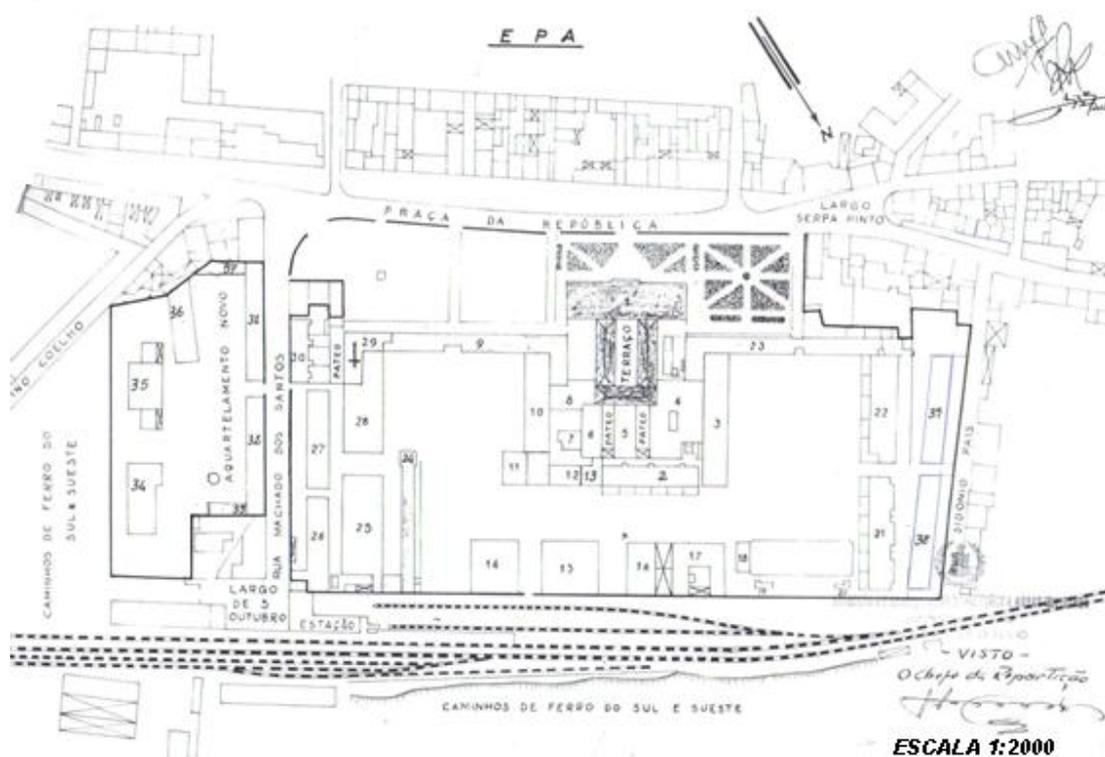
Devido à ampliação constante das instalações foi necessário adquirir mais espaço e, nesse sentido, em 1967 foi adquirida uma parcela de terreno com cerca de 13.520 m² à Casa de Bragança. Mais tarde, em 1980 procedeu-se a uma nova aquisição de terreno à Casa de Bragança com cerca de 119.625 m² para implantação do Pavilhão Gimnodesportivo e Campo de Futebol.¹³¹

Em 1973 deu-se início à demolição dos dois barracões construídos em 1954 para construção de novas instalações para sargentos milicianos.

Foram muitas as intervenções no conjunto construído inicialmente: novas construções, reparações, beneficiações e remodelações, quer no interior, quer no exterior, durante a vigência da EPA. Atualmente, observamos que a planta é composta pelo antigo Palácio, Capela Real, Museu interior e exterior, espaços das Paradas, Jardim, Edifícios de Serviços, Campo de Jogos, Moradias e cinco Edifícios habitacionais. Integram ainda o complexo militar 5 blocos habitacionais num total de 40 apartamentos cuja construção foi iniciada em 1983 destinados a oficiais, sargentos, praças e funcionários civis da escola. (Fig. 17).

¹³¹ DIE, Tombo Militar nº 1, Processo nº 20 Caixa 4.

Fig.17-Construções na EPA (1945/1983)



LEGENDA

- 1-Edifício de Comando.
- 2-Residências de Sargentos.
- 3-Parque de Material de Guerra.
- 4-Caserna e Arrecadações.
- 5 e 6-Caserna.
- 7-Depósito de Gêneros.
- 8-Delegação da Manutenção Militar.
- 9-Enfermaria, STM, Gab. De Oficial de dia, Casa da Guarda, e sala de Sargentos.
- 10-Sala de Soldado, Sala de TV e Refeitório de Praças.
- 11-Messe de Sargentos e Posto de transformação.
- 12-Cozinha do Refeitório de Praças.
- 13-Depósito de fardamento.
- 14-Parque de Material Auto da Bateria 8,8.
- 15-Ginásio e Salas de Aulas.
- 16-Oficina Auto.
- 17-Carpintaria, Marcenaria e Serralharia.
- 18-Sala de Tiro.
- 19-Arrecadação.
- 20-Arrecadação.
- 21-Residência de Oficiais.
- 22-Residências de Oficiais.
- 23-Residências de Oficiais.
- 24-Barbearia, Prisão, Lavandaria e Balneários das praças.
- 25-Arrecadações de Armamento, Material de Transmissão, Oficina de Rádio e Parque Auto.
- 26-Parque Auto e Arrecadação de material de Guerra.
- 27-Parque de Artilharia.
- 28-Parque Auto, Camarata e sala de Cabos Milicianos.
- 29-Capela Militar e Residência do Capelão.
- 30-Residências de Sargentos.
- 31-Caserna do CSM.
- 32-Caserna do CSM.
- 33-Arrecadação de Material de Guerra e Aquartelamento.
- 34-Caserna do COM.
- 35-Cozinha e Refeitório do CSM e COM.
- 36-Caserna de Praças.
- 37-Arrecadação de Material de Guerra e Aquartelamento.
- 38 e 39-Apartamentos para Militares e Civis.

Fonte: Direção de Infraestruturas do Exército

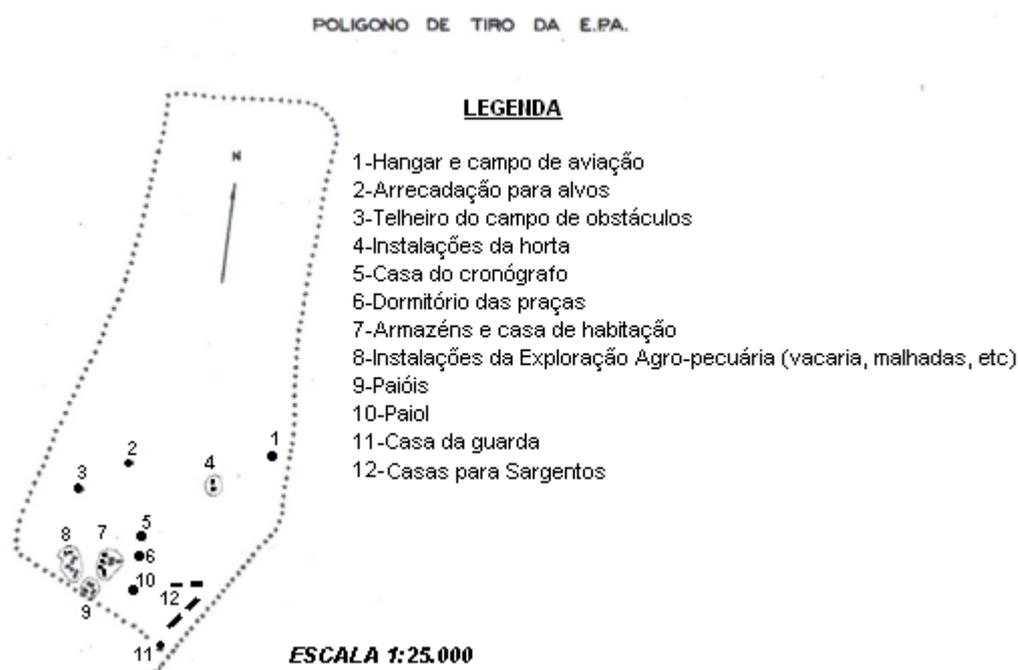
4-O Polígono de Tiro e a envolvente paisagística

O Polígono de Tiro da Escola Prática de Artilharia situa-se na área de jurisdição da Direção Regional de Agricultura do Alentejo, Administração Florestal de Évora - IV Região Venatória, englobando terrenos da freguesia e concelho de Vendas Novas.

Tem uma área de cerca de 405 hectares, com a forma aproximada de um retângulo, com 1 km de lado por 3 km de comprimento, que confronta a sul com a cidade de Vendas Novas, a leste com a estrada que liga Vendas Novas ao Lavre e a Norte e a Oeste com terrenos da Fundação da Casa de Bragança.

Os pontos extremos limitam-se entre as seguintes coordenadas da carta militar de Portugal folha nº 435:479852; 490851;472824:480816. (Fig. 18)

Fig.18-Polígono de Tiro da EPA



Fonte: Direção de Infraestruturas do Exército

Localiza-se na região do Alto Alentejo, e a sua paisagem agrária caracteriza-se por culturas leitosas mediterrânicas, com a presença do pinheiro bravo e manso, alguns eucaliptais, áreas de olival e montado de sobre e azinho, sendo a sua área definida por uma topografia plana, oscilando as suas cotas entre os 92 e 194m.

O clima Atlântico Mediterrâneo que caracteriza a região permite dispor de uma insolação por volta das 2479/horas ano, de uma precipitação média anual de 1252 mm, de uma temperatura média de 20°C, variando entre os -2°C e os 42°C no Verão, a quase

inexistência de trovoadas e de granizo e de, em média, 11 dias/ano com formação de geada. Existem no seu interior alguns poços, lagoas e bebedouros naturais que mantêm massas de água todo o ano.

Segundo Manuel dos Reis e Costa, pretendia-se dar ao Polígono uma zona de segurança em todo o seu perímetro, exceto o lado onde convergiam os projeteis, em que se fizesse uma sementeira de pinheiros, ou se plantassem mais de 4.000 pés de oliveira, numa orla de terreno de 10 a 12 m de largura.¹³² Este Autor refere também que o campo de instrução se presta a ser cultivado, podendo, no prolongado recinto que fica em frente da bateria de sítio e no terreno contíguo ao Palácio denominado de horta, semear-se e colher-se abundante forragem, pelo menos para o gado de uma bateria de artilharia aparelhada; neste caso, a bateria iria ali para preencher diversos fins, nomeadamente contribuir para uma menor despesa no cultivo da terra que uma parte dos praças se ocupasse dos trabalhos no Polígono.

Desde sempre o Polígono foi utilizado em proveito da Unidade como área de treino militar e tiro de Artilharia, mas também como forma de obter alguns proventos financeiros para a Escola, e a exploração agropecuária foi ao longo de décadas a base de captação desses recursos, através das culturas cerealíferas, fruticultura e também a pecuária, como a suinicultura e a produção leiteira, resultante da criação do gado bovino e ovino, utilizados na alimentação dos militares e civis que diretamente dependiam da EPA.

Verificámos que a Escola Prática de Artilharia, para satisfazer o fim a que era destinada, deveria compreender o Quartel e o Polígono para exercícios e experiências, e que no Polígono haveria o paiol, armazéns para o material de guerra, casa para a guarda do paiol e armazéns para obras de fortificação permanentes e ocasionais¹³³, e que, relativamente ao Polígono, os edifícios como o paiol, armazéns-casa para o cronógrafo, oficina pirotécnica, casa da guarda, teriam a capacidade e condições necessárias para satisfazerem os fins a que eram destinados.

Como já referimos, há entre as edificações uma casa de guarda de campo, vastos armazéns para arrecadação das ferramentas de emprego diário, uma casa com a sua carreira de tiro própria para a determinação de velocidades iniciais, extensas carreiras de tiro niveladas, redentes¹³⁴ e outras obras simuladas de fortificação de campanha para colocação de reparos de alvos em condições análogas às da guerra.

¹³² Manuel dos Reis e Costa, “Polygono de Artilheria de Vendas Novas”, in **Revista Militar** n° 7, de 15 de abril de 1861, vol. XIII, 1861, p. 322 AHM.

¹³³ OE N°5 de 26 de fevereiro de 1887, Capítulo II, Arquivo da EPA.

¹³⁴ Redente, é uma obra de fortificação com duas faces, sem flancos, formando um ângulo saliente voltado para o lado de um possível ataque. O redente pode ser uma obra permanente ou de campanha, feita de alvenaria ou de terra

O terreno do Polígono é ondulado e estas condições têm sido aproveitadas para a instrução porque permitem uma grande variedade de exercícios. Relativamente à instrução e exercícios, a OE de 1887 obrigava à construção de baterias de ataque nos diferentes períodos incluindo revestimentos, plataformas, travezes¹³⁵ e abrigos.

Ainda na sequência da “construção” da paisagem envolvente do Polígono de Tiro, verificamos que sempre houve a preocupação com a conservação e plantação de arvoredo e a sua manutenção ao longo dos tempos. Não podemos deixar de referenciar que, durante o comando de Valente de Couto¹³⁶, de 1871 a 1880, houve grande preocupação com a paisagem, pois variadíssimas espécies de arvoredo foram plantadas, como os eucaliptos, dispostos de uma forma alinhada na entrada do Polígono. Relativamente aos eucaliptos, foram semeados em grande quantidade, havendo o objetivo de posteriormente se proceder à sua venda, a proposta de compra dos vários interessados era efetuada em carta fechada e entregue na EPA. Para além de eucaliptos existe ainda outro tipo de árvores, nomeadamente sobreiros, e a EPA sempre que necessário procedia à venda de cortiça. No dia 12 de julho de 1996, realizou-se uma plantação de pinheiros, efetuada por Aspirantes do Tirocínio para Oficial de Artilharia e Sargentos do 23º Curso de Formação de Sargentos. Esta plantação de pinheiros teve como finalidade a reflorestação do Polígono e ainda sensibilizar os futuros Quadros de Artilharia para as tarefas de proteção do Ambiente.

As obras de fortificação associadas ao Polígono são intervencionadas/restauradas sempre que necessário, como é o caso dos alvos, abrigos e trabalhos. Existem obras de cariz permanente, como um redente com escarpa e contra-escarpa revestida, caminho coberto e esplanada, assim como a existência de um espaldão¹³⁷ para experiências de tiro e penetração dos projeteis, e uma obra de fortificação de campanha para alvo das baterias de campanha e de montanha¹³⁸.

Todas as obras de fortificação e baterias, tanto para servirem de alvos como para colocação das bocas-de-fogo, poderão ser permanentes ou passageiras, consoante for conveniente e constar na planificação da atividade, e compete ao Comandante da Escola providenciar sobre a construção das obras que se devem efetuar antes da época dos exercícios.

¹³⁵ São construções feitas em terra para proteção do fogo inimigo. A terra protegia os combatentes em caso de fogo inimigo.

¹³⁶ Comandante da EPA no período de 1871 a 1880, foi considerado um distinto comandante aplicando com habilidade e energia todos os recursos de que dispunha a melhoramentos em todas as dependências da EPA uma transformação salutar. Sondou os terrenos do próprio quartel e encontrou no recinto do pátio principal água para encher bebedouros de modo que o gado não saísse do quartel. Iniciou plantação de arvoredo de modo a quebrar as esterilidades dos baldios e charnecas alentejanas. Foi considerado um comandante muito importante para o crescimento da EPA.

¹³⁷ É uma barreira ou aterro voltado para a plataforma de tiro, a toda a largura da zona de tiro. Pode ser natural ou artificial. A sua superfície deverá ser construída por uma camada de terra solta e penetrável, isenta de pedras e outros corpos duros que possam provocar ricochete.

¹³⁸ OE N°5 de 26 de fevereiro de 1887, Capitulo X Arquivo da EPA.

Descrições de inícios do século XX referem que no Polígono de Tiro de Vendas Novas, durante dois meses por ano e com alguma frequência, entravam para execução dos diversos exercícios, a toda a hora do dia, desde o alvorecer até à noite, as baterias com som festivo dos clarins, as brilhantes cavalgadas de oficiais novos, os pelotões armados em guerra, que iam executar os fogos das baterias permanentes ou ensaiar-se ao alvo no tiro de carabina, os grupos de fuchinas, com os seus fatos de linhagem, caminhando para os trabalhos de remoção de terras, para a construção das baterias rápidas e de estudo, para a execução das obras de fuchinagem, ou para a organização de abrigos e observatórios e colocação de alvos¹³⁹.

Porém, no Polígono de Tiro, ao longo do tempo têm ocorrido inúmeros acidentes não só de militares em exercícios, mas também de civis, que após a conclusão de exercícios muitos particulares se deslocam a este espaço para a recolha de estilhaços e de granadas não detonadas, prática comum efetuada por sucateiros; refira-se a este propósito a obra de José Cardoso Pires, *O Hospede de Job*, que nos ilustra de forma clara a vida dos sucateiros no Polígono de Tiro¹⁴⁰.

O Polígono possui ainda um campo de aviação com um Hangar que foi utilizado ao longo do tempo pela EPA.

Dos 22 aviões «Piper Super-Cub» que o exército recebeu em 1952 como aparelhos de observação na correção de tiro de artilharia, oito foram atribuídos à EPA e foram vários os oficiais que frequentaram cursos no estrangeiro em Escolas de Aviação do Exército para poderem exercitar táticas e técnicas no Polígono. Este Hangar desempenhou um papel importante no que diz respeito a exercícios aéreos militares.

Devido à paisagem existente no Polígono, surgiu o regulamento que aprovou o Exercício da Caça no Interior das zonas Militares¹⁴¹; assim, foi criada, sob proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército, a Zona Militar de Caça da Escola Prática de Artilharia¹⁴². São muitos os Oficiais, Sargentos e Praças, muitos em situação de reforma, que aqui fixaram

¹³⁹ Portugal-**Dicionário Histórico, Biográfico, Bibliográfico, Heráldico, Numismático e Artístico**, 1915 p. 380.

¹⁴⁰ (...). Entretanto já uma nova descarga cortava os ares em direção às extremas do polígono. À esquerda da primeira, ergue-se outra nuvem do volumoso corpo de areia, subindo, adensando-se, e pairando a meia altura à espera que o vento a empurre. Estirados ao comprido homens, velha e garotos são um pequeno lago de rostos a boiar à tona das cinzas de pólvora, entre \os troncos do chaparral. Apenas Angelina está de pé, como um capitão de naufrágio. Com a mão em pala para proteger a vista, aguarda o quarto tiro que não deve tardar. Desde madrugada acompanharam o fogo da bateria, o que lhe dera uma ideia segura do número de disparos que se faziam antes de cada intervalo. Eram quatro como em quase todos os exercícios do polígono; quatro descargas e um espaço de trégua que os garotos aproveitavam para correr sobre o objetivo e para marcar os destroços encontrados. (...) p. 12

¹⁴¹ Lei nº 30/86 de 27 de agosto, no nº 2 do Artigo 25º do Decreto – Lei nº 136/96, de 14 de agosto, e ainda a na Portaria nº 1226/90, de 21 de dezembro.

¹⁴² Processo nº 2095- DGF, situada na freguesia e município de Vendas Novas, com uma área de 405 ha portaria nº 744-A/2000 de 11 de setembro.

residência e que praticam regularmente o exercício da caça. Todos os sócios pagam uma jóia de inscrição e respetiva quota mensal, e assim podem usufruir deste desporto no Polígono de Tiro. Salientamos que sempre que existem exercícios militares ou Fogos Reais¹⁴³ o exercício da caça é vedado.

Devido às boas condições que o Polígono possui e à paisagem que aos poucos se foi construindo é possível encontrar-se uma diversidade de espécies cinegéticas¹⁴⁴, e por esse motivo foi decidida a criação de um Clube de Caça Militar num espaço com riqueza patrimonial que urge preservar, pois a sede do Clube perspectiva-se que seja instalada no antigo Palacete de Caça¹⁴⁵ o que possibilitaria a recuperação de um edifício que tem um valor patrimonial, apesar de hoje estar bastante degradado e obsoleto.

¹⁴³ Fogos Reais são fogos, cujo objetivo primário é testar os efeitos e as capacidades para ser posto em prática em tempos de guerra.

¹⁴⁴ Podemos destacar o coelho, espécie sedentária e abundante, a lebre e a perdiz, espécies sedentárias observadas com frequência, o pombo e a rola, espécies migradoras e frequentes, a codorniz, espécie migradora e observada ocasionalmente, a galinhola, espécie migradora apenas observada no inverno, o tordo comum ave migradora observada frequentemente, a raposa e o javali, espécies sedentárias observadas ocasionalmente no Polígono.

¹⁴⁵ O Palacete de Caça faz parte das estruturas do Polígono de Tiro, Prédio Militar N°2 (DIE)

Capítulo III- Proposta de valorização

1-A presença militar em Vendas Novas: um Património a preservar

A presença militar em Vendas Novas contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento da cidade e para as características que a mesma tem hoje. É possível verificar que a Unidade Militar e a comunidade circundante estão indissolúvelmente ligadas por mais de cem anos de história comum. Assim, recordar o passado da Escola Prática de Artilharia é por assim dizer recordar muito do passado de Vendas Novas.

Segundo Artur Aleixo Pais¹⁴⁶, Vendas Novas foi crescendo, de forma lenta, após a instalação de algumas estalagens, como consequência da abertura da nova estrada entre a Aldeia Galega e Montemor-o-Novo. Contudo, a construção do Palácio constituiu-se como verdadeiro pólo de atração populacional, ou seja, o Palácio das Passagens, posteriormente utilizado como Escola Prática de Artilharia.

A construção deste Palácio Real foi, também segundo o mesmo autor, o acontecimento de maior importância e o verdadeiro impulsionador do desenvolvimento na vida de um lugarejo, no qual a existência de algumas estalagens, atrás referidas, constituía o único fator de dinamismo. A sua edificação teve como consequência a construção de outros edifícios, uns provisórios, outros definitivos para acomodar não só o pessoal empregado na construção como abrigar o gado utilizado no decorrer da obra, assim como acompanhantes e famílias.

Devido a todo este movimento e acréscimo populacional verificou-se o estabelecimento de comerciantes, alguns temporariamente, outros em definitivo. Assim, este aglomerado escassamente povoado teve vida animada durante a construção do Palácio.

Apesar de ter tido alguma utilização por membros de famílias reais nomeadamente em 1777, 1778 e 1785 como já referimos, foi também posteriormente utilizado por altos dignatários sobretudo nas deslocações a Vila Viçosa. Posteriormente, o Palácio teve menos utilização pela família real e teve por isso várias utilizações nomeadamente, como Armazém da Companhia dos caminhos-de-ferro, fato que gerou algumas polémicas, como já foi abordado anteriormente, e que levou D. Pedro V a proceder à criação da Escola Prática de Artilharia.

Após a criação da EPA, novo impulso foi dado a este aglomerado pois os militares, Oficiais e Sargentos e Praças, colocados nesta Instituição, trouxeram consigo as suas famílias

¹⁴⁶ Artur Aleixo Pais, Vendas Novas, das Origens do Povoado a sede do Concelho, vol I, 1985, p. 19

contribuindo assim para o aumento demográfico desta comunidade, pois muitos fixaram-se e permaneceram neste lugar até aos dias de hoje.

Segundo Manuel Reis e Costa verificamos que a pouco e pouco este aglomerado foi crescendo e melhorando, contudo, não tinha ainda as condições como nos grandes centros populacionais¹⁴⁷.

As relações entre a Unidade Militar em estudo e a comunidade em que se encontra inserida são evidentes e têm sido fortalecidas ao longo de mais de cem anos de coexistência e as relações entre civis e militares têm-se pautado pelo melhor relacionamento e mútua dependência que se tem verificado em alguns marcos decisivos do desenvolvimento de Vendas Novas.

Saudade Baltazar¹⁴⁸ refere que é notória a influência desta Unidade Militar, desde o momento da sua instalação, no crescimento da comunidade envolvente e pode ser evidenciada mediante uma diversidade de aspetos como o aumento do parque habitacional, da formação profissional, do comércio local e de outros serviços prestados à comunidade, como sejam as atuações de auxílio humanitário levadas a cabo pela Escola Prática de Artilharia a favor da população.

Também não podemos descurar o Associativismo desportivo e recreativo que contribuiu para o crescimento e sociabilização da população e no qual os militares estiveram sempre presentes, muitas vezes fazendo parte dos corpos gerentes¹⁴⁹. Por parte dos militares houve a preocupação constante de contribuírem para o desenvolvimento de Vendas Novas em

¹⁴⁷ (...) a aldeia precisava que se lhe conceda foro de concelho, nomeando-lhe um bom administrador; que se lhe construa um edifício, em que se estabeleça um hospital filial da Santa Casa da Misericórdia; que se estabeleça uma botica, podendo ser administrada pela direção do próprio hospital; que se lhe destruam os poços que têm água insalubre, reconstruindo-lhe os que têm boa qualidade, seguindo-se na reconstrução os preceitos da arte, que se lhe mande calçar convenientemente a rua larga, que corre desde a frente da estalagem de Maria José até à direcção da atual estação do caminho-de-ferro; que se lhe proíba o andarem pelas ruas animais soltos, cuja criação não é permitida no centro das povoações por ser nociva á saúde pública; que se lhe destine um local para efetuar.

Os seus mercados, dando-lhe a forma de uma praça regular e convenientemente arborizada; que se lhe crie uma associação encarregada da construção de alguns prédios, colonização, e dar impulso ao ramo da agricultura; que se lhe faça um empréstimo razoável, a fim de que se possam levar a efeito as obras que de prompto precisa; que este empréstimo seja garantido pelos próprios recursos do novo concelho, tais como, venda de pinheiros aforamento, venda e renda dos terrenos, emolumentos e impostos toleráveis exigidos aos vendedores, quaisquer outros renditos de diversa procedência. Aconselhava o aumento progressivo da aldeia, colonizando-se os seus territórios abandonados, mas sobretudo incremento na cultura, cujos efeitos benéficos reverteriam em proveito do interesse comum. Quanto mais florescentes forem as povoações de que a capital se circunda mais elevado será o grau de prosperidade de que ela há-de gozar.

¹⁴⁸ Relações Civil-Militares numa Comunidade Portuguesa-O caso Particular da Escola Prática De Artilharia. O conteúdo do presente artigo integra-se numa pesquisa mais ampla que decorreu em 1994, para obtenção do Grau de Mestre, pela Universidade Técnica de Lisboa.

¹⁴⁹ Artur Aleixo Pais, faz-nos referências ao Associativismo, como foi importante para o desenvolvimento cultural, com a criação de várias Bandas Filarmónicas, nomeadamente a Filarmónica D. Carlos a primeira de que há notícia. Refere-nos ainda as atuações das mesmas no Terreiro da EPA, onde existiam neste espaço dois coretos e onde é notório a ligação da comunidade civil com a Instituição Militar, e outras instituições de carater humanitário em que a presença militar foi constante.

vários aspetos desde o social¹⁵⁰ ao cultural e até ao político¹⁵¹. Em 1933 foi criada uma Comissão Pró Concelho, da qual faziam parte muitos militares¹⁵². O contributo militar a nível do dinamismo local foi grande e decisivo para o desenvolvimento global da área geográfica de Vendas Novas e para sua ascensão a Concelho.¹⁵³ Salientamos também o papel dos militares a nível escolar, pois mais de 50% da população que se pretendia escolarizar tinha aulas em salas cedidas pela EPA¹⁵⁴.

Esta Unidade Militar constituiu-se como um importante fator de desenvolvimento da Cidade, do Concelho e da Região, contribuindo para o seu desenvolvimento local e regional, tendo sido percursora da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, da Santa Casa da Misericórdia e do primeiro Hospital local. A Escola Prática de Artilharia manteve ao longo do tempo uma grande ligação com a população, a sociedade e as instituições locais, garantindo sinergias e benefícios mútuos importantes para o desenvolvimento local e nacional.

Vendas Novas desenvolveu-se, como referimos, devido à construção deste Palácio Real e ao facto de D. Pedro V ter criado a Escola Prática de Artilharia neste espaço, que, como já salientámos, possui um Património Cultural importante não só para militares como para todos os Vendasnovenses que é necessário preservar cuidando destas instalações.

Consideramos muito importante a presença desta Instituição Militar em Vendas Novas pois ela contribuiu para o seu crescimento e desenvolvimento.

No caso de esta Escola deixar de ter as funções para as quais foi destinada, esse facto terá consequências em termos demográficos, sociais e culturais para Vendas Novas.

2-Proposta de valorização

2.1-Requalificação do Palácio de Caça em Núcleo Museológico

¹⁵⁰ Referimos o dia 17 de dezembro de 1944, em que se realizou o 1º Cortejo de Oferendas, a favor do Hospital da Misericórdia, onde da Comissão faziam parte civis mas também militares, como o Comandante da EPA, o Coronel Soares Zilhão e o Coronel Manuel Martins.

¹⁵¹ Salientamos o Capitão Oliveira Leite que em 1932 foi Presidente da Junta de Freguesia e o Alferes António Salgueiro Máximo foi Comandante dos Bombeiros Voluntários.

¹⁵² Artur Aleixo Pais refere o General Jacinto Reis Fisher, o Coronel Adriano Costa Macedo, o Tenente Coronel Manuel da Silva Martins o Tenente coronel Fernando Falcão Pacheco Mena o Tenente coronel António Santos, o Capitão Joaquim de Oliveira Leite o capitão Belarmino Vasconcelos, o Tenente António Salgueiro máximo, o Alferes Guilherme Pires Monteiro assim como civis Vendasnovenses.

¹⁵³ Vendas Novas foi elevada a concelho e 7 de setembro de 1962, pelo Decreto-Lei nº 44557.

¹⁵⁴ O Capitão Morais dos Santos e a Aspirante Alves de Sousa fazem referências às relações estabelecidas entre a EPA, e a população civil a nível cultural também nos mostram a importância do Associativismo para Vendas Novas e as relações destas Instituições com a EPA. São inúmeras as interações entre civis e militares, a nível de eventos populares, de auxílio prestado à população sobretudo no combate a incêndios e a pragas também a nível religioso em que muitos capelães uns civis e outros eram militares mas ajudaram a cimentar a relação civil/militar em Vendas Novas.

Nos últimos anos as perdas do nosso Património têm sido bastante significativas não só a nível local, como a nível nacional devido à degradação física de vários imóveis, motivada muitas vezes pela incúria, vandalismo e pelos roubos. A falta de inventários e de medidas que protejam estes imóveis também não tem ajudado à sua preservação.

É urgente uma reflexão sobre o futuro do Património edificado, que tem vindo a ser desocupado, pois o resultado das permanentes transformações económicas, sociais e tecnológicas observadas na sociedade atual, conduzem à desatualização e abandono de edifícios que têm-se tornado obsoletos muito rapidamente, exigindo a sua substituição ou readaptação.

Consideramos que manter vivas estas marcas, partindo por vezes para programas de requalificação é sinónimo de civilidade.

Através do conhecimento e valorização do Património Histórico-Cultural, não apenas o passado é recuperado, mas também são exaltadas todas as atividades e expressões que se possam converter num instrumento ao serviço do fortalecimento da identidade de uma comunidade.

Como já foi referido, em 21 de dezembro de 1990 foi aprovado um Regulamento que aprovou o Exercício da Caça no Interior das Zonas Militares ¹⁵⁵ sendo assim criada, sob proposta do Chefe do Estado Maior do Exército, a Zona Militar de Caça da Escola Prática de Artilharia.

O Palácio de Caça que faz parte do prédio militar nº2, portanto do Património Arquitetónico da EPA e fica localizado no interior do Polígono de Tiro é possuidor de riqueza patrimonial, a necessitar de requalificação e está inserido numa paisagem diversificada, onde está situado um Campo de Tiro que remonta a D. Pedro V¹⁵⁶.

Por todos estes motivos apresentamos uma Proposta de valorização deste espaço, o Palácio de Caça, explorando a sua reconversão como meio de valorizar Património construído, de forma a possibilitar a reutilização de antigas estruturas edificadas pois são espaços com memória e com história. Assim, propomos a sua requalificação como Núcleo Museológico de modo a torná-lo num pólo dinâmico, pois a melhor conservação será a manutenção deste espaço.

¹⁵⁵ Lei nº 30/86 de 27 de agosto, no nº 2 do Artigo 25º do Decreto – Lei nº 136/96, de 14 de agosto, e ainda a na Portaria nº 1226/90, de 21 de dezembro.

¹⁵⁶ Em 1861 Manuel dos Reis e Costa refere-nos que se o Polígono de Vendas novas fosse abandonado, e por consequência destruído sofreríamos a inevitável perda de um capital já em si de uma grande importância, que com ele se havia despendido tempo, dinheiro e sacrifícios.

Fig.19-Palácio de Caça



Fonte: Arquivo da EPA

A criação deste núcleo museológico seria também uma forma de colocar este Património ao serviço da região, contrariando a ideia de espaços abandonados. A revalorização do ambiente militar do passado é determinante para a captação de jovens para a vida militar e de fluxos turísticos que contribuiriam para o desenvolvimento de Vendas Novas. Este espaço requalificado seria um local onde se poderiam desenvolver iniciativas culturais e de natureza didático/formativa, possibilitando a realização de encontros, seminários, palestras e exposições sobre diferentes temáticas ligadas a assuntos de natureza militar e civil como exposições com temáticas sobre Vendas Novas, a sua História, o Património, a Gastronomia, o Artesanato, a Industrialização, as espécies Cinegéticas existentes no Concelho, mas sobretudo as que existem neste Polígono.

2.2-Criação de um Arquivo Documental

Propomos também a criação neste Palácio de Caça de um Arquivo Documental, uma vez que os Arquivos fazem parte da vida em sociedade e com o evoluir das mesmas o homem passou a compreender melhor o valor da informação e por conseguinte, o valor dos documentos.

O Arquivo Documental que propomos agruparia documentação diversificada sobre a EPA, mas o principal objetivo seria a guarda e conservação, de forma ordenada, dos

documentos que atestam a legalidade dos Patrimónios guardados por esta Instituição no seu Arquivo.

Consideramos esta Proposta com interesse porque para podermos conhecer e valorizar algo sem fazermos investigação não faz sentido, pois para haver conhecimento sobre o passado é sempre preciso uma base de investigação. Assim, este espaço seria um local onde a comunidade de Vendas Novas, Militares que aqui residem assim como outros que por aqui passaram e civis pudessem usufruir de um espaço de pesquisa.

Esta Proposta enquadra-se na necessidade de conhecer melhor todo o legado deixado por esta Instituição e na necessidade de fazer uma reflexão sobre o futuro do Património Militar, com base na investigação.

Procuramos com esta Proposta promover o desenvolvimento da cidade, pois seria um local a visitar e seria uma mais-valia para Vendas Novas que podia possibilitar a todos, mas sobretudo aos jovens, o gosto pela investigação nestas áreas. Podiam-se promover visitas guiadas, sobretudo com as Escolas do Concelho, pois Vendas Novas e o Polígono de Tiro fazem parte de um passado com história e é necessário criar nos jovens gosto por diferentes áreas do saber.

Salientamos nesta Proposta a Autarquia, que deveria ter um papel fundamental cooperando com a EPA e com as Escolas do Concelho, pois estamos perante um espaço com memória que urge conhecer, preservar e divulgar.

2.3-Reabilitação do Hangar do Aeródromo para prática e exposição de aeromodelismo.

O Hangar do Aeródromo faz parte do Património Arquitetónico do Polígono de Tiro e surgiu na sequência das primeiras medidas tomadas pelo General Abranches Pinto¹⁵⁷ enquanto Ministro do Exército, nomeadamente a criação da Aviação Ligeira do Exército, com pilotos recrutados entre os oficiais de Artilharia voluntários (pilotos observadores), ou provenientes de qualquer outra Arma.

Estava previsto ser da responsabilidade do Exército a construção e conservação de Hangares, Pistas e Aeródromos. Assim, surgiu a ideia para o estudo e construção de uma Pista e de um Hangar no Polígono de Tiro da EPA, onde passaria a funcionar um Centro de Instrução de Observação Aérea.

¹⁵⁷ Adolfo do Amaral Abranches Pinto foi um destacado militar e ocupou diversos cargos. Foi brigadeiro de Artilharia, Ministro do Exército, chefe do Estado Maior de Moçambique e diretor do Curso de Estado Maior e foi também professor do Curso de Altos Comandos, foi também adido militar em Washington, embaixador na África do Sul e obteve Medalha de Ouro de Serviços distintos e de Mérito Militar. Exerceu ainda o cargo de Ministro do Exército (1950/54), pelo Decreto nº 39 607 /12 de abril 1954.

Em setembro de 1952, já funcionava o Campo de Aviação no Polígono de Tiro para utilização aos 8 aviões Piper Super Club que tinham sido atribuídos à EPA que o Exército recebera dos EUA.

A 12 de novembro de 1953 aterrou no Campo de Aviação do Polígono, o avião que transportava o General Abranches Pinto, então Ministro do Exército que era aguardado no referido Aeródromo pelos Comandantes, procedendo de seguida a uma visita à EPA.

Refere-nos Artur Aleixo Pais que os Alferes Pacheco Rodrigues e Belchior Vieira tornaram-se em julho de 1953, os primeiros oficiais a receberem formação de pilotagem pela Escola de Aviação do Exército dos EUA. A partir desta altura estes e outros oficiais frequentaram em Escolas e Centros de Instrução no estrangeiro cursos de preparação técnico/tática¹⁵⁸.

Este Hangar que desempenhou papel importante ao nível da observação aérea hoje encontra-se completamente obsoleto e apenas é utilizado por aeromodelistas que se concentram em encontros, tentando mostrar como se voa em condições atmosféricas adversas, fazendo também evoluir modelos de aviões de treino, praticando acrobacias, escalas e helicópteros. Assim, apesar das poucas condições e da degradação e abandono em que se encontra o Hangar este ainda continua a ser um lugar de grandes convívios sobretudo de civis mas também de militares, uns residentes e outros que se deslocam para a prática da modalidade.

Devido a ser um espaço Militar com riqueza Patrimonial propomos que o Hangar seja requalificado e se crie um espaço para fazer exposições dentro da temática do aeromodelismo. Por seu lado, a pista poderia servir para experimentação de acrobacias e todo o espaço envolvente poderia ser utilizado e visitado por civis e militares interessados numa prática para o qual funciona apenas a antiga pista de aviões.

Fig.20- Hangar do Polígono de Tiro da EPA

Fig21- Prática de aeromodelismo

¹⁵⁸ Refere-nos a Aspirante Alves de Sousa que para dar sequência à preparação técnico tática dos Oficiais em Escolas e Centros de Instrução no estrangeiro, tiveram lugar outros cursos, designadamente, o Curso de Transmissões frequentado pelo Alferes Pereira do Nascimento nos EUA, o Curso de Comunicações realizado pelo Alferes Pinto Simões no Brasil, o Curso de Métodos de Instrução efetuado pelo capitão Belchior Vieira no Reino Unido, o Curso de Analista de Objetivos Nucleares frequentado pelo Capitão Raul Passos Ramos nos EUA e o curso de radar realizado pelo alferes Costa Brás, na Alemanha p. 142



Fonte: Arquivo da EPA



Fonte: Arquivo da EPA

2.4-Reabilitação da Estação Meteorológica

A antiga Estação Meteorológica existente no Polígono de Tiro, desempenhou um papel muito importante, na área do emprego da Artilharia de Campanha porque a meteorologia abrange técnicas e procedimentos utilizados para determinar as condições atmosféricas de cada momento, necessárias para a determinação das correções necessárias à trajetória que possam compensar as perdas de precisão.

As condições meteorológicas afetam as trajetórias balísticas e os foguetes, podendo provocar desvios relativos ao ponto de impacto previsto, que podem variar de 5% a 10%, em relação ao efeito tabelado tendo em consideração as características dos materiais. Assim, a meteorologia procura responder a várias necessidades que compreendem desde as simples informações climatológicas, até às observações e previsões meteorológicas de superfície e em altitude bem como os resumos do tempo, os quais são muito importantes para a prática de tiro.

Os elementos correntes fornecidos pelas unidades meteorológicas podem incluir vários tipos de mensagens: as meteorológicas, as balísticas, as de previsão de precipitação radioativa e, em certos casos observações de superfície e de altitude. Todas estas informações são importantes para uma Escola de treino militar como a Escola Prática de Artilharia.

As informações eram conseguidas através da Estação Meteorológica manual (ANTMQ-4), que satisfazia as necessidades básicas mas que no entanto, tinha limitações ao nível da precisão e rapidez.

Em 2001, com a entrada da Estação Meteorológica MARWIN MW12, esta veio trazer uma melhoria no cálculo e difusão da informação meteorológica, possibilitando, nomeadamente o processamento automático de dados uma vez que foi integrada no Sistema Automático de Comando e Controle (SACC).

Neste momento a Estação Meteorológica MARWIN equipa atualmente a Sessão de Meteorologia do Pelotão de Aquisição de Objetivos (PAO) Nacional sediado na EPA.

Esta estação, única nas Forças Armadas, permite com grande rapidez e fiabilidade o fornecimento de valores em tempo real de temperatura, humidade do ar, direcção do vento, nas várias camadas da atmosfera até cerca de 30km em altitude.

Consideramos que a antiga Estação Meteorológica desempenhou um papel muito importante à EPA, e que hoje se encontra obsoleta e abandonada, por isso, propomos a reabilitação da Antiga Estação Meteorológica do Polígono de Tiro, de modo a poder ser experimentada, utilizando para o efeito um simulador para se poder ver como no passado a mesma funcionava. Seria um local aberto ao público em geral, mas sobretudo explorada pelos jovens das escolas.

Fig.22-Foto da antiga Estação Meteorológica.



Fonte: Arquivo da EPA

Fig.23-Estação Meteorológica MARWIN



Fonte: Arquivo da EPA

2.5-Percursos Culturais

2.5.1-Percurso 1: Vertente Histórico-cultural

Atendendo à história do Palácio Real, à sua riqueza patrimonial e ao fato de ser a 1ª Escola Prática de Artilharia criada no País, propomos que a EPA estivesse disponível um dia por semana para todos os que a quisessem visitar percebendo o que foi no passado e o que é no presente. Seria um percurso com uma vertente histórico-cultural que, começando por uma narrativa histórica, orientada por um militar ou um civil, ambos com formação para o efeito, permitisse vivenciar os diferentes espaços do antigo Palácio Real, perceber o contexto para o qual foi edificado, a sua história e apreciar o seu Património, sobretudo as pinturas dos tetos

que ornamentam salas e salões representativas de uma época histórica de luxo e grandeza próprios da prosperidade do reinado de D.João V.

Seguidamente no Jardim Militar, visitar o Museu ao ar livre, onde se podem apreciar peças, sobretudo de Obuses com calibres diferentes, que tiveram um papel muito importante na história militar, e que se encontram devidamente sinalizados. Passar-se-ia depois pelo interior do Museu com riqueza patrimonial e portador de um espólio significativo, desde biografias de artilheiros portugueses e estrangeiros, material de tiro, de topografia, de meteorologia e por fim réplicas de uniformes, medalhas estandartes, manuscritos, fotografias e peças em bronze como já referimos, onde todos os visitantes pudessem conhecer um passado histórico/militar muito importante que só aqui existe.

De seguida, visitar as várias Paradas, sobretudo a Parada D.Pedro V, onde também se pode apreciar Património Militar, sobretudo Canhões e Obuses, que se encontram igualmente devidamente identificados e que também eles são memória e fizeram parte do passado militar.

Para terminar este percurso histórico-cultural seria feita uma visita à Capela Real, edifício que remonta a D. João V, e que possui uma riqueza patrimonial importante não só a nível dos azulejos que a revestem, como da talha dourada.

Pretendemos que este percurso introduza um sistema dinâmico e ao mesmo tempo tenha um carácter pedagógico, lúdico e turístico, permitindo vivenciar diferentes espaços, de modo a que os visitantes desfrutem de conhecimentos, não só sobre Vendas Novas, como também percebam o porquê da existência neste lugar de um antigo Palácio Real e como este se transformou na primeira EPA do nosso País.

2.5.2-Percurso 2: Vertente vivencial no Polígono de Tiro

Ao terminar este percurso, a Proposta seria a continuação de um percurso no Polígono de Tiro mais experienciado e vivenciado onde no dia estipulado pela Escola para as visitas guiadas por militares experientes não decorreriam exercícios de tiro.

Os visitantes seriam deslocados em carrinhas militares disponíveis para o efeito, utilizando o túnel que faz a ligação da EPA com o Polígono, criando uma distância de onde pudessem assistir a demonstrações de tiro e também poderem experienciá-las com as devidas precauções, de modo a conhecerem a carreira de Tiro e a forma como funciona na componente prática a Escola Prática de Artilharia.

Todo este percurso seria sempre acompanhado de narrativa histórica, pelas estruturas anteriormente citadas que já estariam requalificadas Seria feita uma visita ao Palácio de Caça,

requalificado num Núcleo Museológico, onde visitariam as Exposições temáticas, tomariam contato com cartas Topográficas, e com aparelhos antigos utilizados na antiga Estação Meteorológica, visitariam o Arquivo Documental e tomariam conhecimento da documentação existente, percebendo sua importância, e como a devemos preservar e utilizar.

Pretenderíamos que os visitantes, sobretudo os mais jovens, adquirissem com esta visita o gosto pela investigação e que ficassem com novos interesses nomeadamente, pela topografia, e geodesia, para a investigação e desenvolvimento de temáticas interessantes no campo da Artilharia. Ao mesmo tempo, pretendemos que fiquem atraídos pela envolvente paisagística, pelo coberto vegetal e espécies endógenas, a nível da flora e da fauna, potenciando a vertente ecológica da visita.

De seguida a visita continuaria pela antiga Estação Meteorológica para que percebessem a importância que esta Estação teve no passado e qual a relação do tempo atmosférico com experiências de exercícios militares, sobretudo, tiro.

A antiga Estação seria requalificada e equipada com um simulador onde os visitantes, sobretudo os jovens, através de possibilidades tecnológicas hoje existentes pudessem experimentar neste espaço os instrumentos e perceber funções atribuídas no passado apenas a militares.

Por fim, este percurso terminaria com uma visita ao antigo Hangar requalificado, onde poderiam estar expostos modelos de aviões utilizados na prática do Aeromodelismo. A antiga pista modernizada, permitiria a prática desta modalidade, e que serviria também como local de convívio entre aeromodelistas, que todos os visitantes civis e militares pudessem também desfrutar.

Pretendemos com esta Proposta que este espaço ainda utilizado para fins militares pudesse ser requalificado, divulgado e dinamizado pois tem Património Militar que urge preservar e dar a conhecer, pois não é utilizado e espaços sem uso são, por norma, espaços que com mais facilidade se degradam.

Assim, a EPA e a Autarquia deveriam pensar em parcerias com as estruturas de educação da cidade e do Concelho, no sentido destes espaços serem visitados, permitindo que todos pudessem apreciar este conjunto de estruturas e o Património Militar que comporta a todos os níveis, único no país, que fez parte de um passado não apenas local mas também nacional, e que pode ser entendido e apreciado à luz do mundo contemporâneo.

Conclusão

Traçar a história do Palácio das Passagens, desde 1728 até à atualidade, registando as memórias mais importantes deste percurso e apresentar algumas propostas para as preservar e dar a conhecer foi o objetivo geral deste trabalho. Contudo, definimos para este estudo outros objetivos: Perceber os processos históricos que levaram à construção deste Palácio, assim como a sua nova funcionalidade; Sensibilizar o poder Autárquico, Escola Prática de Artilharia e Estado para a salvaguarda do Património existente na EPA; Colocar esse Património ao serviço da região; Despertar consciência Patrimonial nos jovens.

Este estudo serviu-nos para mostrar como podemos preservar essas memórias, utilizando a reconversão como meio de intervir no Património construído de forma a possibilitar a reutilização de antigas estruturas edificadas e espaços envolventes a novas valências.

Este trabalho procura também contribuir para sensibilizar as entidades e o público para uma possível requalificação de alguns destes espaços que se encontram hoje obsoletos e degradados, uma vez que são um Património Militar que é importante para a compreensão do passado. Não podemos esquecer que a criação do Polígono de Tiro foi pensada dentro do contexto da história militar do século XIX.

A proposta de requalificação destes espaços levou-nos a recuar cronologicamente aos séculos XVIII/XIX, e acabamos por mergulhar na história local, pois Vendas Novas nasceu, e cresceu à imagem do Palácio Real. Entrámos na vertente patrimonial destes espaços, procurámos não esquecer o seu passado, olhámos para o presente e perspetivámos o seu futuro, atendendo ao vasto quadro legislativo Nacional e Internacional, relativo à proteção e valorização do Património Cultural.

Ao longo da investigação encontrámos alguns obstáculos nomeadamente no que respeita ao acesso a alguma documentação que obedeceu a normas militares de segurança. Por outro lado, na Instituição Militar (DIE) houve abertura e bastante colaboração por parte de quem a coordena, pois tudo o que necessitamos nos foi disponibilizado com muito agrado. O mesmo se verificou no Arquivo de Montemor-o-Novo

A nível da estrutura delineada para a investigação, os livros de atas consultados no Arquivo de Montemor-o-Novo e no AHM foram importantes para o desenvolvimento do trabalho, uma vez que continham informação muito específica e diversificada relativa às primeiras “vendas” construídas anteriormente ao Palácio, permitindo-nos perceber quando surgiu o primeiro casario e o porquê destas “vendas”. A documentação encontrada atesta-nos

a importância que os lavradores exerciam sobre as terras e que só com a Política Fontista, Vendas Novas conseguiu espaço nas herdades circunvizinhas para a criação do Polígono de Tiro. Assim, estas fontes ajudaram-nos a contextualizarmos os motivos que levaram à construção deste imóvel e percebemos toda a polémica em torno do mesmo após um período de pouca utilização e a sua cedência para a Mala Posta e todo o interesse da Companhia dos Caminhos de Ferro ao querer apoderar-se de uma parte do imóvel para Armazém, função pouco digna tendo em atenção a finalidade para o qual tinha sido construído.

Também a história oral e a Imprensa da época nos ajudaram a compreender a evolução deste povoado, como se desenvolveu e foi evoluindo ao longo do tempo.

O recurso à bibliografia ajudou-nos a compreender o interesse que D. Pedro V tinha pela modernização do ensino militar que conheceu no estrangeiro e que procurou introduzir em Portugal e assim percebermos os motivos pelos quais ele decidiu criar neste Palácio a primeira Escola Prática de Artilharia do País.

Para podermos fundamentar a organização e funcionamento desta Unidade Militar muito importante se revelou a pesquisa efetuada no Arquivo Primário da EPA e no Arquivo Histórico Militar, recorrendo a Ordens do Exército e Regulamentos da segunda metade do século XIX e consultando artigos e publicações de oficiais sobre o seu funcionamento no século XX.

Com a pesquisa efetuada na Biblioteca e no Arquivo Histórico Militar, percebermos a criação da EPA, e como se organizou a nível de Cursos ministrados e também tentámos perceber quais os objetivos aquando da sua criação pois teve/tem uma função formativa, sendo uma Escola com uma vertente teórica, houve necessidade de criar uma vertente prática onde se pudessem efetuar exercícios de tiro e assim surgiu a necessidade da criação de um Polígono de Tiro.

Da análise histórica efetuada, concluímos que a criação da EPA foi muito importante para Vendas Novas e para o seu desenvolvimento, levou a que muita gente aqui se fixasse não só no aglomerado urbano, mas também nas herdades próximas, contribuindo para o seu desenvolvimento económico, pois era a Vendas Novas que se deslocavam para se abastecerem de bens de primeira necessidade, era aqui que participavam nas festas, romarias e cortejos e muitos para aqui se deslocavam para os seus locais de trabalho contribuindo para a fixação de população.

Desta forma, o desenvolvimento de Vendas-Novas esteve muito ligado a esta Instituição Militar desempenhando um papel preponderante para toda esta comunidade a partir do século XIX, pois contribuiu para a educação e cultura promovendo o ensino primário, uma vez que a primeira escola funcionou nas instalações da EPA.

Também a nível Associativo, as Associações criadas foram geridas e dinamizadas por militares porque para além de fazerem parte dos associados, faziam parte das direções. No que diz respeito ao Desporto, podemos dizer que toda a dinâmica partiu da EPA, pois o primeiro campo de futebol foi na Parada D. Pedro V. Também aos Militares se devem a criação das Filarmónicas e a sua dinamização que muito contribuíram a nível cultural para o desenvolvimento desta localidade e a ligação com toda a comunidade civil, pois delas faziam parte civis e militares. O primeiro Hospital improvisado funcionou nesta Instituição Militar, e foram também os militares que contribuíram para a criação do Hospital da Misericórdia e dos Bombeiros Voluntários. Para ajudar os mais necessitados do Concelho também a EPA sempre se prontificou fornecendo refeições aos pobres da vila conhecida como a “Sopa dos Pobres.

O Património que a comunidade de Vendas Novas dispõe, não se restringe só ao Militar, mas este é importante em Vendas Novas.

Se parte do Património da EPA se encontra em bom estado de conservação, outro, apesar de se terem efetuado obras, corre risco de se perder, nomeadamente algumas pinturas dos tetos do antigo Palácio Real, Património importante que deve ser preservado.

Temos consciência que nos dias que correm esta tarefa não é apenas da responsabilidade do Estado, pois a nível local compete a todos essa responsabilidade, e a Autarquia e os cidadãos devem também eles serem sensíveis e estarem atentos para se mobilizarem para a salvaguarda destes bens, para não correrem o risco da sua destruição.

Face ao que acabamos de expor, a nossa Proposta vai no sentido de uma requalificação de espaços, nomeadamente no Polígono de Tiro. Pensamos que a sua requalificação poderá contribuir para que este Património possa ser colocado ao serviço não só da população local como também de eventuais visitantes, conferindo-lhe um novo dinamismo, através do usufruto dos percursos propostos.

Salientamos que este Curso de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico Cultural nos ensinou a olhar e a encarar os bens Patrimoniais numa outra perspetiva, pois achamos que as acções interventivas no Património não competem como já referimos só ao Estado, mas também aos cidadãos e às Escolas, no sentido de terem um papel mais interventivo naquilo que chamamos Educação Patrimonial.

Nesta perspetiva, as visitas de estudo, as pesquisas sobre os bens que referimos, assim como outros existentes no Concelho de Vendas Novas, seriam muito importantes para alertar os jovens para a importância do nosso Património.

A valorização do Património junto das comunidades locais, no caso apresentado junto de todos os Vendasnovenses, permitiria que, no futuro, o Património local não continuasse

abandonado nem desprezado contando com uma população sensibilizada para a importância da preservação da sua memória e da sua história

FONTES

Fontes Impressas

LEAL, Augusto S de Azevedo Barbosa de Pinho, **Portugal Antigo e Moderno, Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Andreológico, Histórico, Biográfico e Etymológico de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal de grande número de aldeias**, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Cardoso, 1882

NATIVIDADE, Frei José da, **Fausto D. Hymeneu ou História panegírica dos desposórios dos fidelíssimos reis de Portugal, nossos Senhores, D. Joseph I, D. Maria Anna Vitoria de Bourbon**, Lisboa, Officina de Manoel Soares, 1752.

Biblioteca de Montemor-o-Novo

A folha do Sul, Bi/ semanário/ Montemor/o Novo, Ano de 1897 a 1898, p.4

A folha do Sul, Bi/ semanário/ Montemor/o Novo, de 19 de agosto de 1944 (1911/1946), p.3

A Folha do Sul, Bi/ semanário/ Montemor/o Novo, de 23 de dezembro de 1944, p.5

A folha do Sul, Bi/ semanário/ Montemor/o Novo, de 20 de outubro de 1945, p. 2

O Ocidente-Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, Vol XIII-13º ANNO-Nº-417, Empreza do Occidente, Lisboa, de 21 de Julho de 1890, p. 162-165

Cartas e Recomendações Internacionais

Cartas de Atenas 1931

Carta de Veneza 1964

Declaração de Dresden 1982

Carta de Cracóvia de 2000

Legislação

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, **Decreto-Lei nº 31.272/1941, Cria Comissão Administrativa para administrar obras de construção de novos edifícios de quartéis da organização territorial do exército e ampliação e adaptação das instalações existentes**, DR I Série 113 (41-05-17), 432-433

Assembleia da República. **Lei nº 13/85 Património Cultural Português**, DR.I Série, 153, (85-07-06) 1865-1874.

Assembleia da República **Lei nº 30/86 Aprova a lei da caça**, DR 196 I Série (86-08-27) 2211-2220

Ministério da Defesa Nacional; Ministério da Agricultura Pescas e Alimentação **Portaria nº 1226/90, Aprova o regulamento do exercício da caça no interior das zonas militares** DR 293 I Série (90-12-21) 5188-5190

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e pescas, **Decreto Lei nº 136/96, Estabelece o regime jurídico do fomento, exploração e conservação dos recursos cinegéticos**, A DR 188 I Série (96-08-14) 2515-2537

Ministério da Defesa Nacional, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas **Portaria nº 744-A/2000, Cria, sob proposta do Chefe do Estado-Maior, pelo período de 15 anos, a zona militar de caça da Escola Prática de Artilharia**, DR 210 I Série (00-09-11) 4810

Assembleia da República **Lei nº 107/01 Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural**, DR.I Série-A,209 (01-09-08) 5808-5829.

Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico **Portaria nº 376/2007, Estatutos do IGESPAR**, DR I Série, 64 (07-03-30) 2019-2024

Ministério da Cultura, **Decreto Lei 138/2009, Cria o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural**, DR I Série 113 (09-06-15) 3646-3647.

Presidência do Concelho de Ministros, **Decreto Lei 115/2012, Criação da estrutura orgânica da Direção-Geral do património Cultural**, DR I Série 102 (12-05-25), 2772-2776
GENVCEME **Despacho de 21 de abril/1993**-Fiel depositária do espólio do Regimento de Artilharia de Lisboa

Fontes Manuscritas

GALLEGO, André Gomes, **Memórias Paroquiais de Santo António das Vendas Novas**, vol. 39, Memória 125, microfilme 587, Torre do Tombo,1758.

Arquivo Histórico Militar (AHM)

Doc. 3/50/25/26, de 14-04-1854, relativo à cedência de parte do Palácio à Mala Posta,

Doc. 3/54/9/54, de 9-11-1858, sobre o não avanço do Polígono e o interesse do caminho-de-ferro no Palácio.

Arquivo da Escola Prática de Artilharia (EPA)

Revue du Cercle Militaire, 21 de outubro, 1899, citada pelo General Alberto da Silveira, A
EPA, Notícia Histórica sobre a Instituição e Funcionamento

OE nº 11, 1ª Série de 26 maio 1911,.

OE nº 10, 1ª Série de 21 agosto de 1926,.

OE nº 8, 2ª Série de 29 de maio de 1939

OE nº 10, 2ª Série de 15 de maio /1985

OE nº3 de 31 de março de 1991

Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo

Livros de atas - A1B-155; A1B-156; A1B-157; A1B-158; A1B-159; A1B-160; A4 E5 78

Arquivo Histórico Militar

Doc. 1/06/52/12.

OE.nº6. 30 de março.1861

OE Nº 29 de 7 de agosto de 1866

OE nº 42 de 27 de dezembro de 1867

OE nº2 de “4 de janeiro de 1874

OE nº 5 de 15 de fevereiro de 1887

OE nº 34 de 23 de dezembro de 1893

OE nº10 1ª Série de 30 de maio de 1896

OE Nº5 de 26 de fevereiro de 1887

OE nº 14 1ªsérie de 25 de agosto de 1896,

BIBLIOGRAFIA

- AAVV, “Momentos da Escola Prática de Artilharia”, in **Boletim de Informação e Divulgação da EPA**, Ano VI,II Série, Edição Especial, Escola Prática de Artilharia, 2005;
- ABRAGÃO, Frederico de Quadros, **Caminhos de Ferro Portugueses. Esboço da sua História**, Lisboa, Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, vol.I, 1956;
- ALBINO, João, “A zona de caça de EPA”, in **Boletim de Informação e Divulgação da Escola Prática de Artilharia**, Ano II, II Série, Vendas Novas, EPA, 2001, p.75-80
- BAENA; Miguel Empis Sanches de, “Vendas Novas: História e Geografia”, in **Boletim de Informação e Divulgação da Escola Prática de Artilharia**, Ano IV, II Série, Vendas Novas, EPA, 2003, p.77-85;
- BALDAIA, Sónia, **Apontamentos sobre a História da Escola Prática de Artilharia 1961-1980**. Trabalho realizado no âmbito do Tirocínio para Oficial de Artilharia, 2003/2004;
- BALTAZAR, Maria da Saudade, «**Relações Civil-Militares numa Comunidade Portuguesa** -O caso particular da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas, in Atas do IX Congresso Português de História Militar, Lisboa, 1999;
- BRANCO, Pedro Soares, **Exército Português memória ilustrada**, Edição Quimera, 2005;
- BOTELHO, José Justino Teixeira, **História da Artilharia Portuguesa**, vol. I, Lisboa, 1944;
- BOTELHO, José Justino Teixeira, **Novos subsídios para a história da artilharia portuguesa**, Lisboa, Comissão de História Militar, Vol. II, 1944-1948;
- CARVALHO, José Manuel dos Santos Dias de, “Síntese: Da Evolução Tática, Técnica e Organizativa do Exército Português de 1109 a 1993”, in **Caderno de história Militar Nº 14**, Direção de Documentação E História Militar, Lisboa, 1993, p.11-34;
- CHAGAS, Manuel Joaquim Pinheiro, Colen, José Barbosa, **História de Portugal: Popular e Ilustrada**, Lisboa, Emp.da História de Portugal, vol. I, 3ª Edição 1889/1909,;
- CHANCA, Manuel, “O Museu da EPA”, in **Boletim de Informação e Divulgação da Escola Prática de Artilharia**, Ano II, II Série, Vendas Novas, EPA, 2001, p.72-74;
- CHINITA, Filipe Jorge, **Rumo ao futuro**, Vol. I, Vendas Novas, Edições Câmara Municipal de Vendas Novas, 2006;
- COELHO, A. B. e Marques, G., **Vendas Novas – História e Património**, Edições Câmara Municipal de Vendas Novas, 1992;

COSTA; Manuel dos Reis e, “Polygono de Artilheria de Vendas Novas”, in **Revista Militar n° 7**, de 15 de abril, vol. XIII, Lisboa, 1861, p.319-323;

CURADO, Silvino da Cruz, “Afinal quem projetou e quem dirigiu a construção do palácio de Vendas Novas”, in **Revista de Artilharia n° 941**, 2004, p. 31-39;

CURADO, Silvino da Cruz, (General), **O Palácio das Passagens e o Polígono**, Ciclo de Conferências sobre os 150 ANOS DA ESCOLA PRÁTICA DE ARTILHARIA, 2010;

DIAS, Pedro, **Apontamentos sobre a Escola Prática de Artilharia 1981-2003**, Trabalho realizado no âmbito do Tirocínio para Oficial de Artilharia, 2003/2004;

ESPANCA, Túlio, **Inventário Artístico de Portugal**, Vol. I, Lisboa, Edição da Academia Nacional das Belas Artes, 1975;

ESPANCA, Túlio, **Inventário Artístico de Portugal**, Vol. II, Lisboa, Edição da Academia Nacional das Belas Artes, 1978;

FARIA, Manuel Severim de, **Notícias de Portugal, 1655**, in Túlio Espanca, **Inventário Artístico de Portugal**, vol II, Lisboa, Edição da Academia Nacional das Belas Artes, 1978;

FRANCISCO, A. de Carvalho, **Dicionário Bibliográfico Militar Português**, Academia das Ciências de Lisboa, Vol. I, Lisboa, 1976;

FONSECA, Jorge, “Minhotos e Beirões, Construtores do Palácio Real das Vendas Novas”, in **Revista Almansor n.º5**, 1ª série, Edições Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1987, p.37-44;

LOBO, Ferreira, “D. Pedro V” in **DHP Joel Serrão** (org de) vol V, 2ª Ed. Porto, Livraria Figueirinhas, 1985;

LOURENÇO, Eduardo, **Os Militares e o Poder**, Lisboa, Arcádia, 1975;

MARQUES, Fernando Pereira, **Exército e Sociedade em Portugal – No declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo**, A Regra do Jogo, 1981;

Guia de Portugal – Extremadura, Alentejo e Algarve, Vol. II, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1926 a 1936;

MARTINS, Oliveira, **Portugal Contemporâneo**, Guimarães Editores, Lisboa, 1986;

MÓNICA, Maria Filomena, **D. Pedro V**, Rio de Mouro Circulo de Leitores, 2005;

O’CONNEL, Robert L, **História da Guerra Armas e Homens**, Editorial Teorema, Lisboa, 1988;

PAIS, Artur Aleixo, **Vendas Novas, das Origens do Povoado a sede do Concelho**, Vol.I, PAIS, Artur Aleixo, **Vendas Novas, das Origens do Povoado a sede do Concelho**, Vol. II, 1986;

PAIS, Artur Aleixo, **Vendas Novas, das Origens do Povoado a sede do Concelho**, Vol.III, 1987;

PAIS, Artur Aleixo, **Vendas Novas, das Origens do Povoado a sede do Concelho**, Vol. IV, 1989;

PAIS, Artur Aleixo, **Vendas Novas, das Origens do Povoado a sede do Concelho**, Vol. V, 1993;

PAIS, Artur Aleixo, **EPA: das origens ao alvorecer do III Milénio**, Vendas Novas, EPA, 2009;

PIMENTEL, Luís Augusto, “Campos de instrução”, in **Revista Militar nº 13**, 1860, p. 415-418;

PINTO, António Florêncio de Sousa, “Polígono das Vendas Novas”, in **Revista Militar Nº 21**, 1860, p. 693-695;

PIRES, José Cardoso, **O Hóspede de Job**, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992;

SALGUEIRO, António, “O orgulho do Palácio das Passagens”, in **Boletim de Informação e Divulgação da Escola Prática de Artilharia**, Ano IV, II Série, Vendas Novas, EPA, 2003, p.4-6;

SANTO, Gabriel Augusto do Espírito, no seu texto da Conferência «**Vendas Novas e a Escola Prática de Artilharia: Uma Relação Duradoura e Feliz**» Ciclo de Conferências 150 ANOS DA ESCOLA PRÁTICA DE ARTILHARIA, 2010;

SANTOS, Henrique Pereira dos, (Coronel), **150 anos da Escola Prática de Artilharia, uma palavra do Comandante**, Ciclo de Conferências sobre os 150 ANOS DA ESCOLA PRÁTICA DE ARTILHARIA, 2010;

SANTOS, Morais dos, **Descobrimo a Escola Prática de Artilharia” 1941-1960**, realizado no âmbito do Tirocínio para Oficial de Artilharia, 2004/2005;

SANTOS, Pardal dos, “Reequipamento da Artilharia de Campanha”, in **Boletim de Informação e Divulgação da Escola Prática de Artilharia**, Ano IV, II Série, Vendas Novas, EPA, 2003, p.37-44;

SARAIVA, José Hermano, **História de Portugal**, Lisboa, Publicações Alfa, 1985;

SELVAGEM, Carlos, **Portugal Militar, Compêndio de História Militar e Naval de Portugal**, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993;

SERRANA, António José Belchior, “A importância do arquivo primário para preservação da memória histórica da EPA”, in **Boletim de Informação e Divulgação da Escola Prática de Artilharia**, Ano IV, II Série, Vendas Novas, EPA, 2003, p.44-48;

SOUSA, Alves de, **Descobrimo a Escola Prática de Artilharia-1941-1960**, Trabalho realizado no âmbito do Tirocínio para Oficial de Artilharia, 2004/2005;

VALENTE, Vasco Pulido, **Os Militares e a política: 1820-1856**, Lisboa, Imprensa Casa da Moeda, 1996;

VASCONCELOS, José Leite de, **Religiões da Lusitânia**, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1981;

VELHO, José Vaz, **Tesouro Heráldico de Portugal**, Lisboa, Gabinete de Estudos Heráldicos de Portugal, 1958;

VITERBO, Sousa, **Dicionário dos Arquitetos e Engenheiros Portugueses**, Lisboa, Imprensa Nacional, Vol. III, 1870/1890.

WEBGRAFIA

<http://www.ua/sbidm/biblioteca> (acesso em 13 de fevereiro de 2012)

<http://www.monumentos.pt> (acesso em 19 de março de 2012)

<http://www.doc.ua.pt> (acesso em 1 de fevereiro de 2012)

<http://www.bdalentejo.net> (acesso em 22 de abril de 2012)

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa> (acesso em 27 maio de 2011)

<http://legislacao.vlex.pt/vid/lei-bases-do-patrimonio-cultural-469157> (acesso em 27 março de 2011)

<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-historico/pro-memoria/lei-de-protecao-ao-patrimonio-historico-e-cultural-do-estado> (acesso em 27 junho de 2012)

http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=14 (acesso em 28 de fevereiro de 2012)

<http://icomos.fa.utl.pt/documentos/documentos.html> (acesso em 27 fevereiro de 2012)

<http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas> (acesso em 27 fevereiro de 2012)

<http://www.europeana.eu/portal> (acesso em 18 de março de 2012)

<http://www.bn.pt> (acesso em 10 de abril de 2012)

<http://www.cm-vendasnovas.pt> (acesso em 26 de março de 2012)

<http://www.jfvendasnovas.com> (acesso em 3 de abril de 2012)

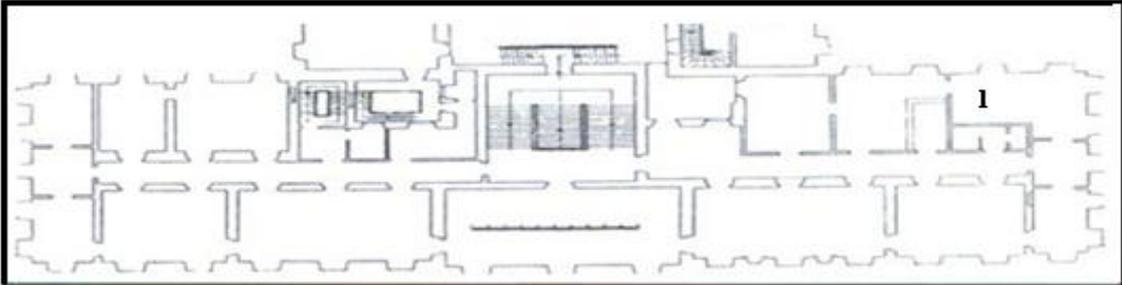
<http://www.exercito.pt> (acesso em 26 de fevereiro de 2012)

<http://www.exercito.pt/sites/EPA> (acesso em 29 de fevereiro de 2012)

<http://www.exercito.pt/bibliopac> (acesso em 28 de junho de 2012)

ANEXOS

Anexo I-Fichas de inventário dos tetos das salas da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas

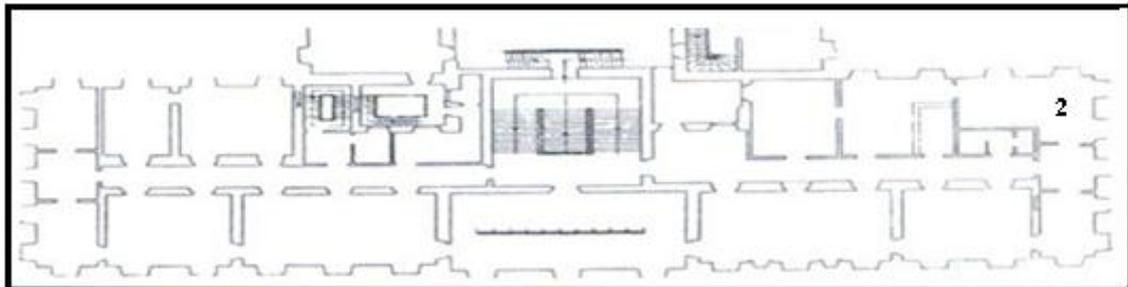
	<p>Ficha de Inventário</p>	<p>N.º de Inventário: 1</p>
 <p style="text-align: center;">Sala 1</p>		
<p>Autor: Desconhecido.</p> <p>Data: 1728 (Aquando da construção do Palácio).</p> <p>Dimensões: 5,0x4,5 m.</p> <p>Assunto: Cenas mitológicas* *- Segundo Túlio Espanca e António Borges Coelho.</p> <p>Localização: EPA (Sala de estar anexa ao bar de oficiais).</p> <p>Material: Óleo</p> <p>Suporte: Tela</p> <p>Técnica: Pintura a óleo</p>	<p>Fotografia/Imagem:</p>  <p>Autoria: Arquivo da EPA.</p>	
<p>Descrição: Pintura a óleo sobre tela emoldurada por uma sanca saliente, saindo em perspetica, pedestais e volutas que circundam toda a sala e suportam a meios vãos, quatro medalhões de molduras douradas com retratos grisée de personagens desenhadas ao gosto neo romano da época, suportados por quatro pares de meninos nus. O fundo é branco, já repintado. No centro, rodeado por uma moldura dourada, colam drapējamentos orlados de vermelho e está representada uma cena mitológica com Mercúrio de manto vermelho, voando para Vénus adormecida sobre as nuvens, acompanhada de dois cúpidos que brincam com faixas azuis e vermelhas. O fundo do quadro é um céu com nuvens.</p> <p>Representação com movimento, policromia, assimetria e uma certa exuberância decorativa muito característica do barroco.</p> <p>Estado de conservação: Razoável apesar dos repintes.</p> <p>Bibliografia: COELHO, António Borges, <i>Vendas Novas-História e Património</i>, Ed. Câmara Municipal de Vendas Novas, 1992. ESPANCA, Túlio, <i>Inventário Artístico de Portugal</i>, vol. II, Lisboa, Ed. Academia Nacional das Belas Artes, 1978.</p> <p>Autora: Maria Antónia Ferreira.</p> <p>Data: maio de 2012.</p>		



Ficha de Pintura

N.º de Inventário:

2



Sala 2

Fotografia/Imagem:

Autor: Desconhecido.

Data: 1728 (Aquando da construção do Palácio).

Dimensões: 6,5x3,8 m.

Assunto: Cenas mitológicas*
*-Segundo Túlio Espanca e António Borges Coelho.

Localização: EPA (Sala de Bilhar).

Material: Óleo

Suporte: Tela

Técnica: Pintura a óleo



Autoria: Arquivo da EPA.

Descrição: Pintura a óleo sobre tela. Está encimada por uma sanca saliente pintada a amarelo limão, onde se apoia a falsa abóboda. Rodeando a sanca, um murete de pilastras e volutas molduras sobre plintos. Nos cantos e a meio dos lados maiores medalhões emoldurados a ouro, com figuras dançantes pintadas em grisé. A meio dos topos, a figuração de vasos metálicos. No centro, do fundo branco da abóboda, cercado por imitação de estuques pintados está outra cena mitológica: em céu azul, uma figura feminina vestindo uma túnica vermelha reclinada sobre uma nuvem coroada de flores e dois meninos, tendo a seus pés um outro brincando com uma faixa rosa. Vasos e medalhões tipicamente neoclássicos, influência que coexiste com o Barroco Rocaille do movimento, cor e policromia.

Estado de conservação: Razoável.

Bibliografia: COELHO, António Borges, *Vendas Novas-História e Património*, Ed. Câmara Municipal de Vendas Novas, 1992.
ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, Lisboa, Ed. Academia Nacional das Belas Artes, 1978.

Autora: Maria Antónia Ferreira.

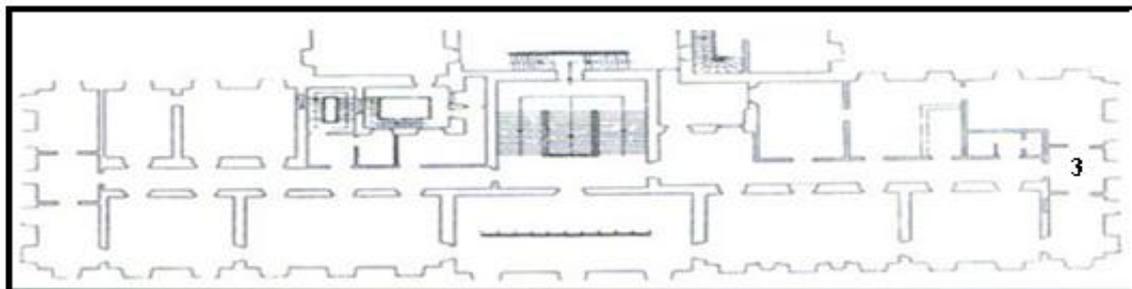
Data: maio de 2012.



Ficha de Pintura

N.º de Inventário:

3



Sala 3

Fotografia/Imagem:

Autor: Desconhecido.

Data: 1728 (Aquando da construção do Palácio).

Dimensões: 4,5x3,8 m.

Assunto: Cenas mitológicas*
*- Segundo Túlio Espanca e António Borges Coelho.

Localização: EPA (Sala de Leitura).

Material: Óleo

Suporte: Tela

Técnica: Pintura a óleo



Autoria: Arquivo da EPA

Descrição: Pintura a óleo sobre tela. Circundada por sanca pintada, da qual sobem ornamentos flamejantes dourados, formando uma espécie de rede, onde a espaços se abrem vazios preenchidos por medalhões com máscaras grisées. O quadro central é igualmente uma cena mitológica: numa grande concha dourada, está uma figura feminina reclinada (Vénus ?), envolta numa túnica azul clara e num véu esvoaçante vermelho, segurando uma flâmula. A concha pousada sobre nuvens transporta também dois jovens tritões nus soprando buzinas e um terceiro personagem masculino (Neptuno ?) que empunha um tridente.

A figura feminina deverá ser Vénus, deusa do Amor e da beleza, geralmente representada semi nua e dentro de uma concha da qual terá nascido. A figura masculina poderá ser Neptuno identificado pelo tridente e pelos tritões que geralmente fazem parte do cortejo de Neptuno.

Estado de conservação: Razoável.

Bibliografia: COELHO, António Borges, *Vendas Novas-História e Património*, Ed. Câmara Municipal de Vendas Novas, 1992.
ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, Lisboa, Ed. Academia Nacional das Belas Artes, 1978.

Autora: Maria Antónia Ferreira.

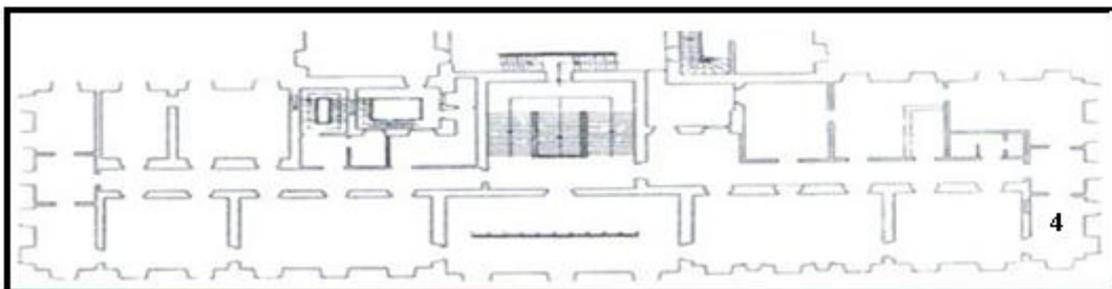
Data: maio de 2012.



Ficha de Pintura

N.º de Inventário:

4



Sala 4

Autor: Desconhecido.

Data: 1728 (Aquando da construção do Palácio).

Dimensões: 6,5x3,8 m.

Assunto: Cena de caça *
*- Segundo Túlio Espanca e António Borges Coelho.

Localização: EPA (Sala contígua ao átrio da Sala de Oficiais).

Material: Óleo

Suporte: Tela

Técnica: Pintura a óleo

Fotografia/Imagem:



Autoria: Arquivo da EPA

Descrição: Pintura a óleo sobre tela. No teto, saindo da sanca pintada de branco, vêm-se volutas em perspectiva pintadas a cinzento e dourado, a meio dos lados, quatro vasos dourados com flores. No centro, sobre uma nuvem, uma figura feminina de pé, vestindo túnica azul claro com manto esvoaçante vermelho. Talvez represente a deusa da caça Diana empunhando a lança e segurando na esquerda, um galgo. No centro deste quadro foi posteriormente pintada uma moldura dourada, que esconde em parte a imagem da deusa. Por todo este teto se notam repintes mais recentes, deixando ver em vários pontos, o anterior céu azul claro, que agora se encontra repintado a branco.

A figura feminina é uma alusão à deusa da caça, assim como o galgo. Esta atividade lúdica era uma das principais distrações da nobreza. A pintura foge à temática das outras pinturas. Contudo, Vendas Novas é uma zona de campo com caça e a família real ao vir das caçadas de Vila Viçosa passava por Vendas Novas.

Estado de conservação: Razoável apesar dos repintes.

Bibliografia: COELHO, António Borges, *Vendas Novas-História e Património*, Ed. Câmara Municipal de Vendas Novas, 1992.
ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, Lisboa, Ed. Academia Nacional das Belas Artes, 1978.

Autora: Maria Antónia Ferreira.

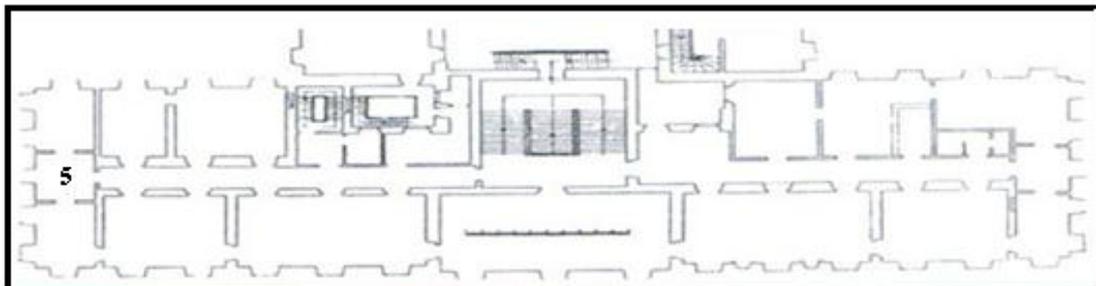
Data: maio de 2012.



Ficha de Pintura

N.º de Inventário:

5



Sala 5

Autor: Desconhecido.

Data: 1728 (Aquando da construção do Palácio).

Dimensões: 4,5x3,8 m.

Assunto: Cenas mitológicas*
*- Segundo Túlio Espanca e António Borges Coelho.

Localização: EPA (Átrio do gabinete do comandante).

Material: Óleo

Suporte: Tela

Técnica: Pintura a óleo

Fotografia/Imagem:



Autoria: Arquivo da EPA.

Descrição: Pintura a óleo sobre tela. A falsa abóbada de tela pintada sai da sanca pintada de branco. No centro representa a deusa Ceres reclinada numa nuvem, vestida com túnica amarelo dourado. A deusa ergue no braço um molho de espigas. A toda a volta, saindo dos cantos e do meio dos lados, vemos motivos florais entrelaçados sobre medalhões encerrando cupidos, sustentados por esfinges, ou brotando de jarrões.

A representação da deusa Ceres, deusa da agricultura é, identificada pelo molho de espigas. É a deusa das colheitas e do amor maternal, estando associada à fertilidade.

Estado de conservação: Razoável.

Bibliografia: COELHO, António Borges, *Vendas Novas-História e Património*, Ed. Câmara Municipal de Vendas Novas, 1992.
ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, Lisboa, Ed. Academia Nacional das Belas Artes, 1978.

Autora: Maria Antónia Ferreira.

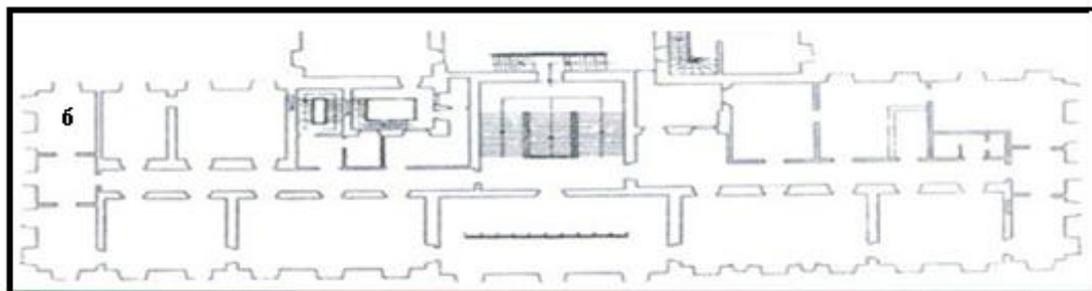
Data: maio de 2012.



Ficha de Pintura

N.º de Inventário:

6



Sala 6

Autor: Desconhecido.

Data: 1728 (Aquando da construção do Palácio).

Dimensões: 6,5x3,8 m.

Assunto: Cenas mitológicas*
*- Segundo Túlio Espanca e António Borges Coelho.

Localização: EPA (Gabinete do 2º comandante)

Material: Óleo

Suporte: Tela

Técnica: Pintura a óleo

Fotografia/Imagem:



Autoria: Arquivo da EPA.

Descrição: Pintura a óleo sobre tela. Rodeada por uma sanca pintada de branco. Volutas em perspetivas nos cantos, suportam molduras douradas que encerram quatro paisagens ideais. A meio dos lados menores e a terças dos lados maiores estão seis amores com mantos esvoaçantes erguendo ramos de flores. No meio dos lados maiores estão dois medalhões de molduras douradas encerrando figuras femininas. No centro, cercado por moldura partida dourada vemos um quadro onde uma carruagem descoberta dourada puxada por dois cavalos, correndo sobre nuvens, encerra um par mitológico; uma deusa nua, semi coberta por um véu esvoaçante branco, está presa pela cintura, por uma figura masculina, envolvida em manto vermelho. A cena representa o rapto de uma deusa que poderá ser Vénus devido à semi nudez.

Estado de conservação: Bom.

Bibliografia: COELHO, António Borges, *Vendas Novas-História e Património*, Ed. Câmara Municipal de Vendas Novas, 1992.
ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, Lisboa, Ed. Academia Nacional das Belas Artes. 1978.

Autora: Maria Antónia Ferreira.

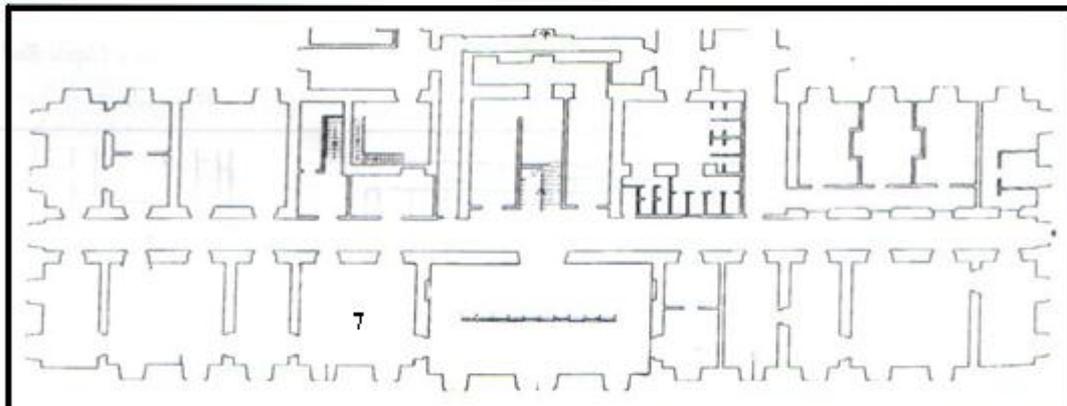
Data: maio de 2012.



Ficha de Pintura

N.º de Inventário:

7



Sala 7

Fotografia/Imagem:

Autor: Desconhecido.

Data: 1728 (Aquando da construção do Palácio).

Dimensões: 7,6x7,0m.

Assunto: Cenas mitológicas*
*- Segundo Túlio Espanca e António Borges Coelho.

Localização: EPA (atual secretaria)

Material: Óleo

Suporte: Tela

Técnica: Pintura a óleo



Autoria: Arquivo da EPA

Descrição: Pintura a óleo sobre tela .Teto plano, revestido por tela pregada nas vigas de madeira. Observa-se uma pintura muito degradada, obscurecida pela sujidade e com vários rasgões. A meio dos lados observamos medalhões dourados vazios amparados por cupidos. No centro sobre nuvens duas figuras femininas muito apagadas, seguram um menino que empunha uma seta. Cena mitológica de difícil interpretação, poderá representar o nascimento de cupido.

Estado de conservação: Muito degradada.

Bibliografia: COELHO, António Borges, *Vendas Novas-História e Património*, Ed. Câmara Municipal de Vendas Novas, 1992.
ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, Lisboa, Ed. Academia Nacional das Belas Artes, 1978.

Autora: Maria Antónia Ferreira.

Data: maio de 2012.

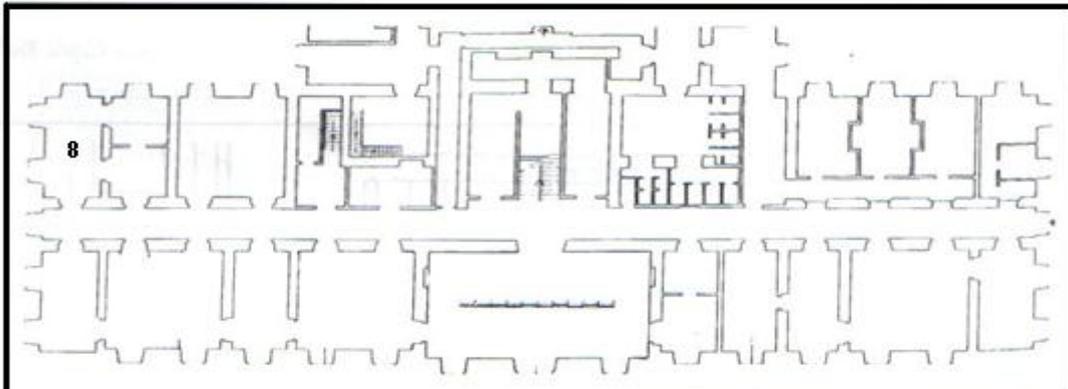


Ficha de Pintura

N.º de Inventário:

8

Foto/Imagem



Sala 8

Autor: Desconhecido.

Data: 1728 (Aquando da construção do Palácio).

Dimensões: 7,0x3,8 m.

Assunto: Cenas mitológicas*

*- Segundo Túlio Espanca e António Borges Coelho.

Localização: EPA (atual secretaria do comando)

Material: Óleo

Suporte: Tela

Técnica: Pintura a óleo

Fotografia/Imagem:



Autoria: Arquivo da EPA

Descrição: Pintura a óleo sobre tela. Teto coberto por uma pintura em tela muito repintada, figurando albarradas douradas e entrelaçadas, que envolvem uma moldura muito deformada por repintes e observa-se dois cupidos sobre nuvens. Cupido que corresponde ao nascimento do amor e que é a base espiritual que permite a união dos seres.

Estado de conservação: Deformado por repintes.

Bibliografia: COELHO, António Borges, *Vendas Novas-História e Património*, Ed. Câmara Municipal de Vendas Novas, 1992
ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, Lisboa, Ed. Academia Nacional das Belas Artes, 1978.

Autora: Maria Antónia Ferreira.

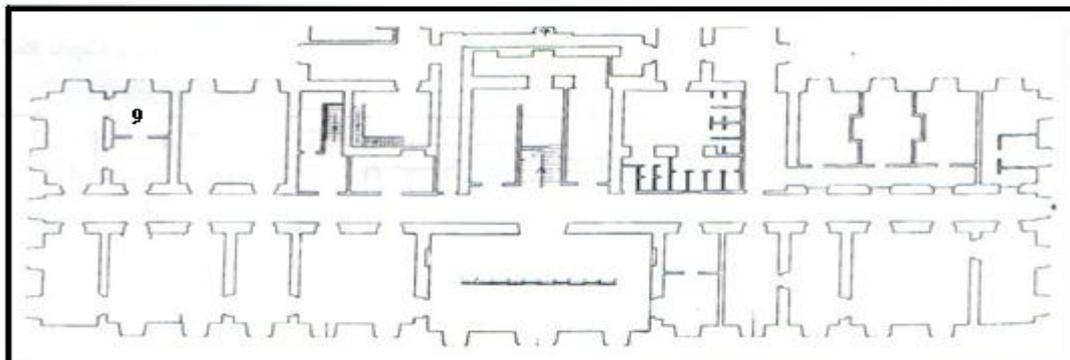
Data: maio de 2012.



Ficha de Pintura

N.º de Inventário:

9



Sala 9

Autor: Desconhecido

Data: 1728 (Aquando da construção do Palácio).

Dimensões: 6,5x3,8 m

Assunto: Cenas mitológicas*
*- Segundo Túlio Espanca e António Borges Coelho.

Localização: EPA (Sala da secretaria do comando)

Material: Óleo

Suporte: Tela

Técnica: Pintura a óleo

Fotografia/Imagem:



Autoria: Arquivo da EPA

Descrição: Pintura a óleo sobre tela constituída por uma balastrada octogonal em perspetiva, que emoldura um cupido num fundo de nuvens, a disparar uma seta tendo a seus pés uma armadura e um elmo. Cupido que corresponde ao nascimento do amor e que é a base espiritual que permite a união dos seres. É uma espécie de benção aos conjugues.

Estado de conservação: Razoável.

Bibliografia: COELHO, António Borges, *Vendas Novas-História e Património*, Ed. Câmara Municipal de Vendas Novas, 1992
ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, Lisboa, Ed. Academia Nacional das Belas Artes. 1078.

Autora: Maria Antónia Ferreira.

Data: maio de 2012.

Anexo II-Auto de entrega da Igreja à EPA

3

2383

P.M.1/Montemor-o-
Novo

25 Abril

61

Ao Snr. Comandante da Escola Prática de Artilharia

VENDAS NOVAS

Auto de entrega da Igreja, enquadrada no Polígono da E.P.A e do respectivo recheio, a E.P.A..

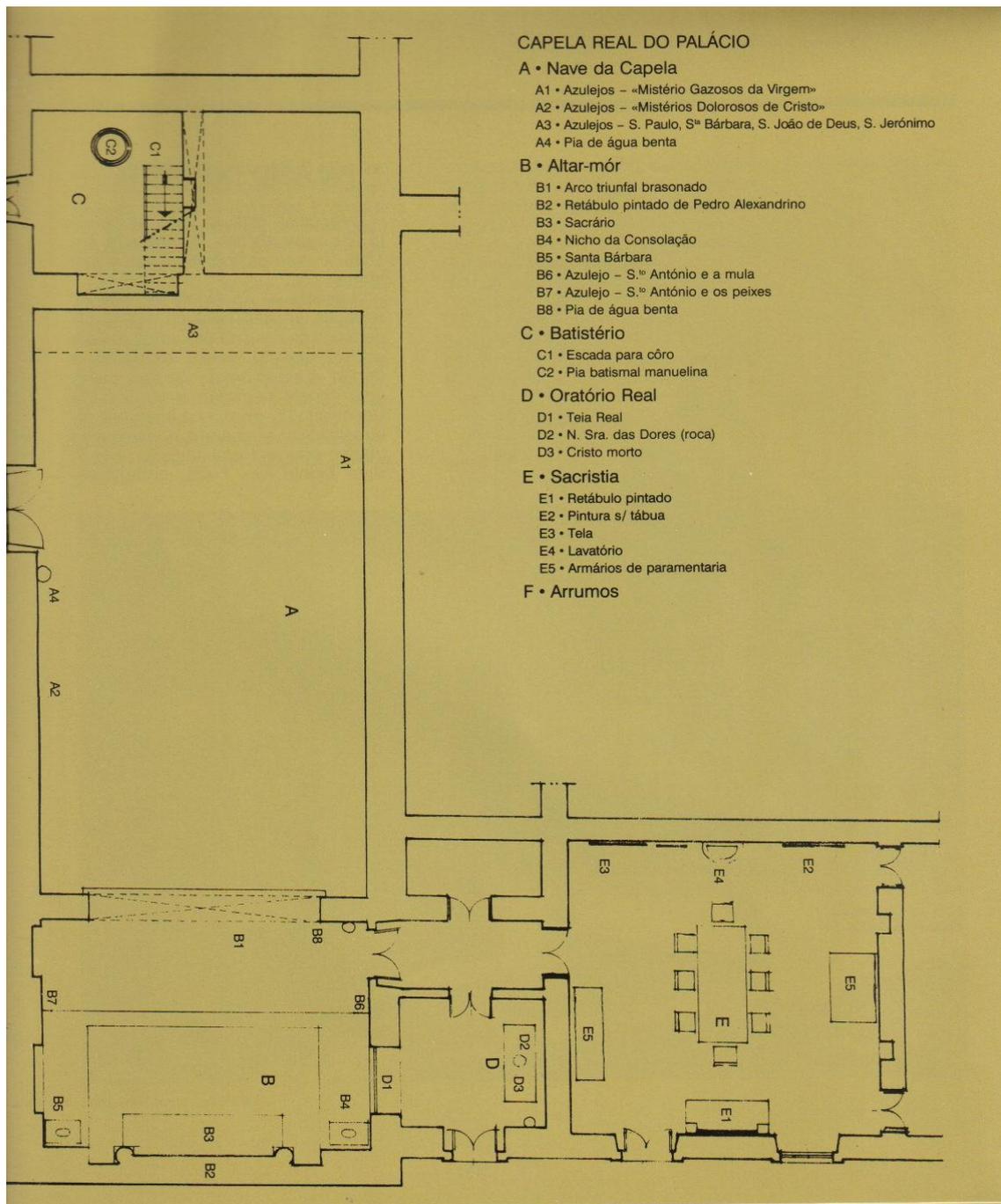
- 1.- Em aditamento à nota desta Direcção do S.F.O.M. nº.883 de 9 de Fevereiro último, encarrega-me Sua Ex^{ta}. o General Director de informar V.Ex^{ta}. que o auto de entrega em epígrafe, deverá ter lugar no dia 3 de Maio p.f., data esta em que o Delegado desta Direcção, Exm^o. Major do Q.S.G.E., ALBINO GABRIEL DA COSTA JANA, comparecerá na Secção de Finanças de Montemor-o-Novo, para outorgar como Delegado do Ministério do Exército.
- 2.- Rogo por isso a V.Ex^{ta}. se digne nomear a Comissão que deve receber, em nome da E.P.A., os referidos bens, conforme foi solicitado na nota acima referida.

O CHEFE DA REPARTIÇÃO;



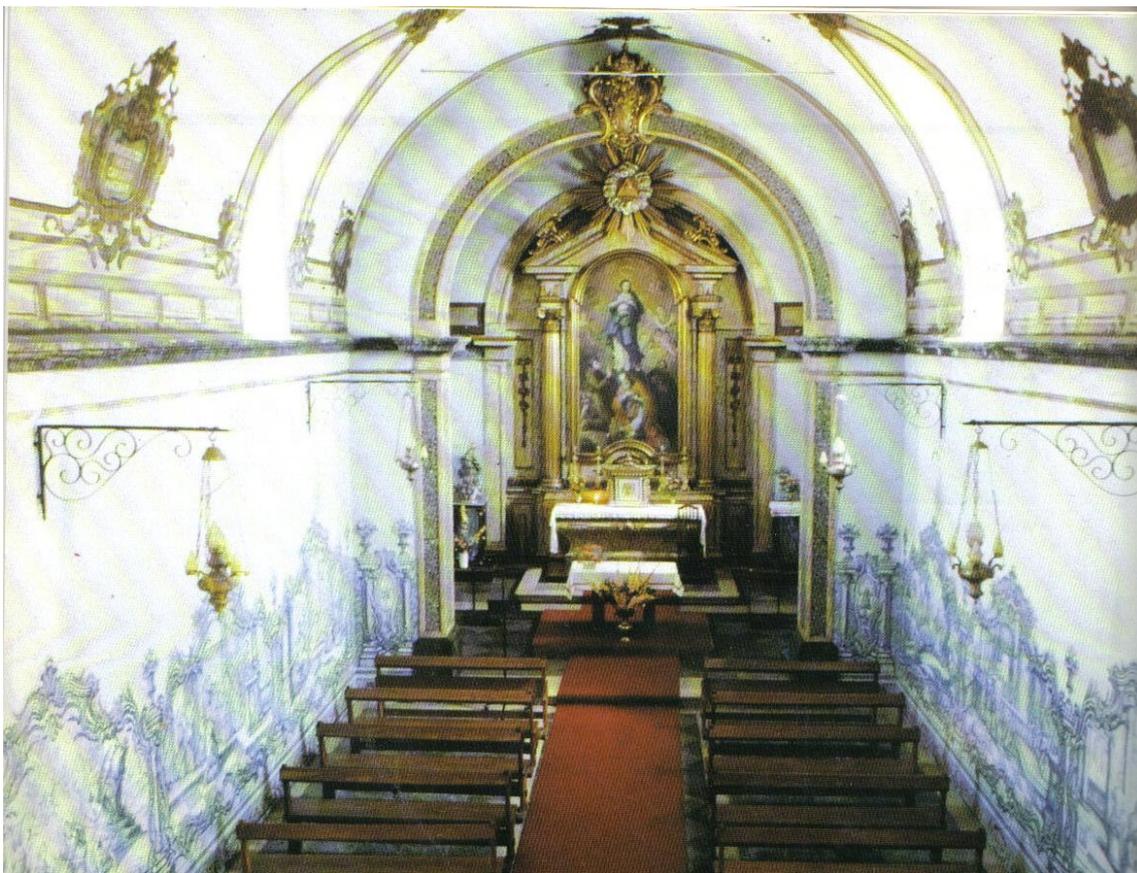
J. Pereira Dias
Coronel de Eng^a.

Planta e localização do Património da Capela Real

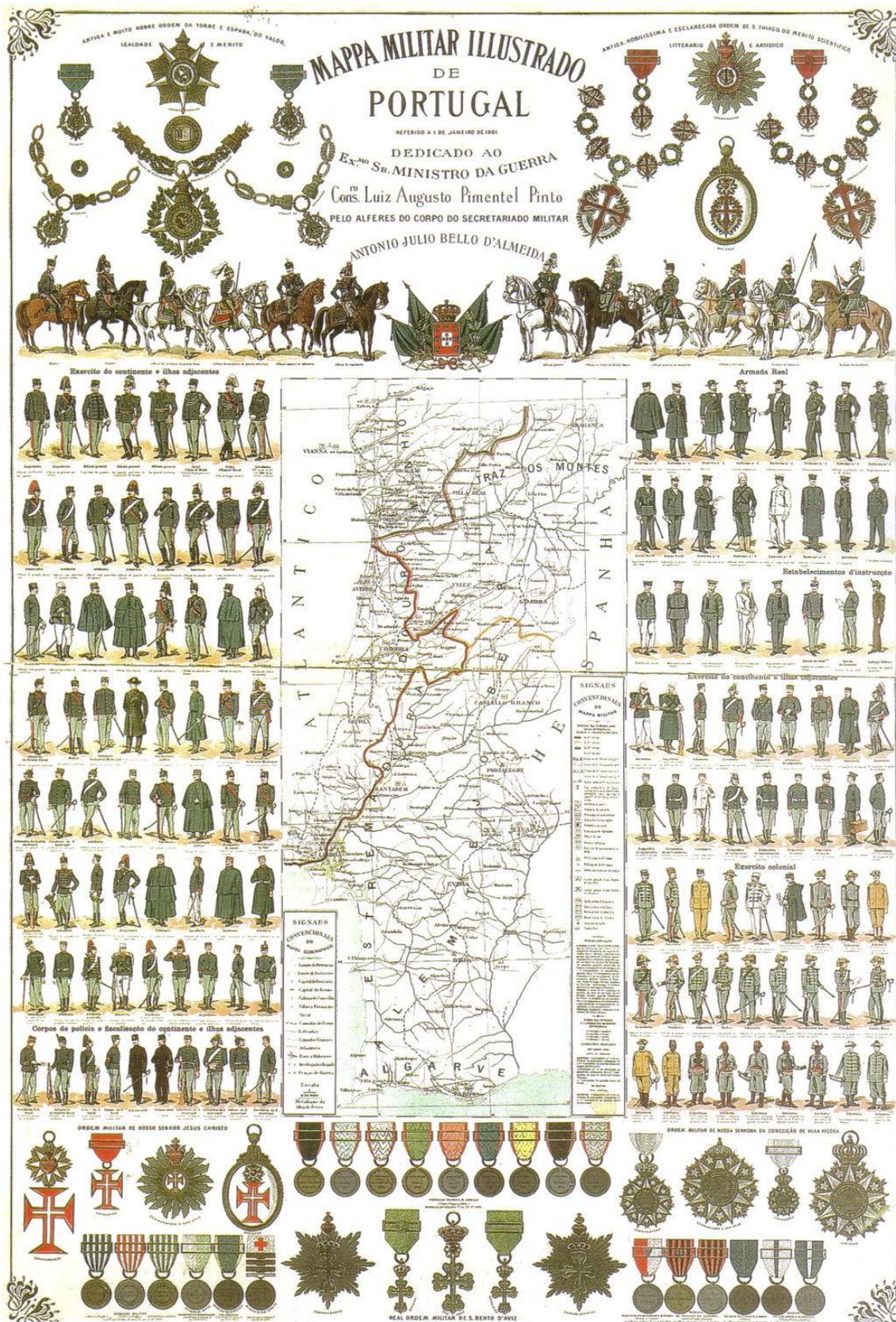


Fonte: Arquivo da EPA

Vista interior da Capela Real



Fonte: Arquivo da EPA



Fonte: Pedro Soares Branco, Exército Português memória ilustrada, Edição Quimera, 2005

Anexo IV-Fardas Militares expostas no Museu da EPA



Uniforme de Praça



Grande Uniforme de Oficial



Uniforme N°1 de Oficial

Fonte: Museu da EPA

Anexo IV-Circular com a descrição do nº de prédios ocupados pela EPA



Serviço da República

Vendas Novas, 2 de Janeiro de 1954

Ao Sr. Chefe da 3.ª Repartição de Direcção da
Arma de Engenharia

N.º 2

L I S B O A

Referência nota-circular n.º 5435, de 30/12/953.

Estando numerados de 1 a 3 os prédios militares ocupados por esta Escola (1-Quartel; 2-Poligono; 3-Máquina elevatória da água) cada um com vários edifícios, rogo a V.Ex.ª se digne informar se os edificios existentes dentro de cada um destes prédios, devem considerar-se anexos.

O Comandante

Armando José de Matos
Coronel

72
F.O.1
6/1/1954

Anexo V–Paradas da EPA

A-Foto da Parada General Bernardo de Faria

B-Foto da Parada General Jacinto Reis Fisher



Fonte: Arquivo da EPA